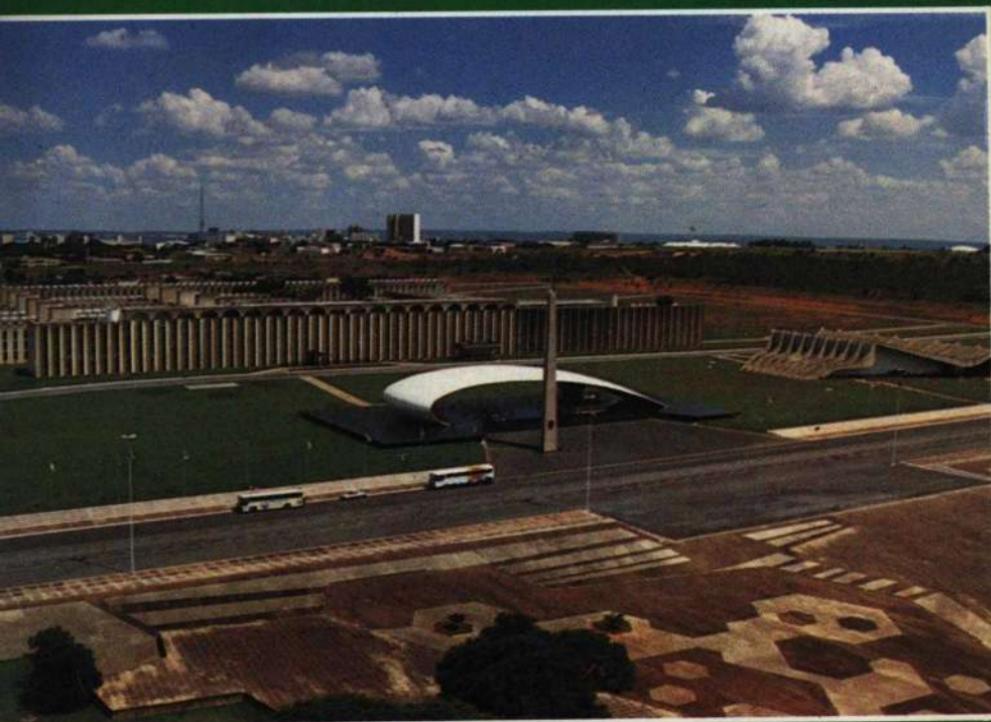




A DEFESA NACIONAL

STA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



EDITORIAL

GUERRA CONTINUA

N.º 753
JUL/SET-91



A DEFESA NACIONAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Santos Dumont de Carvalho - Alfa Marello Dib
Av. Presidente Vargas, 20 - 3.º andar

20.455 - Rio de Janeiro (RJ)
SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS	7
Tazil Martino Godinho	
DESCOBRIMENTO DO RIO DAS AMAZONAS.....	21
José Lopes de Oliveira	
AS RAÍZES DO PODER.....	35
Osmar José de Barros Ribeiro	
PARA QUE O EXÉRCITO CONSTRÓI?.....	43
Jorge Luiz Abreu do Ó de Almeida	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)" Durante a II Guerra Mundial	50
Luiz de Alencar Araripe	
DO QUE SOFREU CAXIAS.....	68
Walter Pinheiro Guerra	
A AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/92.....	76
Henry J.R. Sanson	
A "BATALHA DE CAMPO GRANDE" OU "LA BATALLA DE LOS NIÑOS"	86
Alberto Martins da Silva	
A BESTA DO APOCALIPSE.....	91
Luiz Carlos Poll	
A MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ALGUNS DOS SEUS PRINCÍPIOS.....	99
Francisco Ruas Santos	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICA E TÁTICAS MILITARES

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE O IMPÉRIO.....	105
Mário Jorge da Fonseca Hermes	
SISTEMAS DE CONTROLE PARA MÍSSEIS TÁTICOS NO IME...	126
Paulo Sergio de Carvalho Alvarenga	

EDITORIAL.....	5
PALAVRAS DE DESPEDIDA.....	133
INFORMAÇÕES.....	137
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	140



A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Presidente Teixeira: BERTO; JOAQUIM DE CARVALHO; J. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

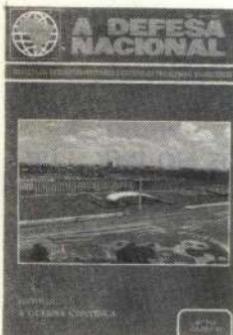
Ano I.

Grupo mantenedor: Bernardo Klinger, Ezequiel Lefêvre de Carvalho, Joaquim de Souza Ribeiro (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Mário Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tancredo, Amaro Vila Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

BAMERINDUS.....	pág. 4
BRASIF.....	pág. 20
CHESF.....	pág. 49
GBOEX.....	pág. 67
BRUMAGS.....	pág. 98



NOSSA CAPA

Quartel-General do Exército — Brasília, DF.
Evocação ao dia 25 de agosto, Dia do Soldado.
Foto: Ten Isnart e Sgt Costa — C COMSEX



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi

Diretor-Secretário: Cel Arismar Dantas de Oliveira

Diretor-Administrativo: Ten Cel Amaro dos Santos Lima

Diretor-Tesoureiro: 2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Fernando Barbosa Monteiro Gonçalves

Cel Humberto Caldas da Silveira

T C Raul Fernandes de Sá Filho

Suplentes: Cel Geraldo Martinez Y Alonso

Cap Gil Farias

1º Ten Paulo Jorge de Medeiros

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe: Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi

Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga

Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis

Cel Claudio Moreira Bento

CMG José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional*

Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

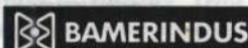
ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA: Peneluc Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

**SE VOCÊ ACHA
QUE 10 MIL CRUZEIROS
NÃO VALEM NADA,
ESTÁ NA HORA
DE FALAR COM
O SEU GERENTE DE
INVESTIMENTOS.**

APLICAÇÃO MÍNIMA	
APLICAÇÕES	LIMITE
FUNDO DE AÇÕES BAMERINDUS	passou de 50 mil para 10 mil
FAF BAMERINDUS (CONTA MULTIPLICADA)	passou de 50 mil para 20 mil
FUNDO DE RENDA FIXA BAMERINDUS	passou de 50 mil para 20 mil
CDB/RDB BAMERINDUS PÓS-FIXADO COM PRAZO SUPERIOR A 90 DIAS	passou de 200 mil para 50 mil

O Bamerindus baixou o limite mínimo de algumas das suas principais aplicações. Como o Fundo de Ações Bamerindus, onde 10 mil cruzeiros é tudo que você precisa para começar um grande investimento. Dê mais valor ao seu dinheiro. No Bamerindus é mais fácil investir.



O seu gerente de investimentos.



EDITORIAL

A GUERRA CONTINUA

Sempre que houve confronto, não se deram bem. Foi assim em 1935, em 1964 (e anos subsequentes) e no episódio Volta Redonda.

Daí a opção pela Guerra Psicológica, que sabem usar com tanta mestria. A conjuntura lhes é favorável e a convivência amistosa com o Poder lhes dá força e liberdade de ação para praticá-la.

Por isso, raros são os dias que deixam os noticiários em paz, na observação de fazer a cabeça da opinião pública contra as instituições militares minar convicções nos quartéis.

Fruto do malogro das "diretas-já" e seus desdobramentos, a opinião pública se mostra resistente a manipulações e não lhes dá ouvido, pelo menos na intensidade desejada. Mas, no mundo verde-oliva, conseguem atingir a ingenuidade de uns e o vedetismo de outros, que dão de fazer declarações públicas, inconscientemente.

Cai a mosca no mel.

Sem qualquer representatividade no meio em que vivem, passam eles a ser apresentados como padrões de lucidez — por "imunes ao ranço dos quartéis" — e, ao abonarem idéias coincidentes com as que se pretendem difundir, aparentam legitimar a orquestração em andamento.

Muitos vão julgar fantasiosa esta interpretação. Com base na atual desventura do mundo comunista, acharão absurdo "querer ressuscitar velhos fantasmas".

Tudo bem.

Só que não se abandona, sem mais nem menos, uma ideologia, se ela foi abraçada por convicção. Restarão sempre focos de resistência prontos a se expandirem, quando subestimados. Quando se pensa morto, o nazismo dá mostra de sobrevivência entre os denominados "neonazistas" que, vira e mexe, são destaques nos noticiários da televisão.

Matéria publicada no Jornal do Brasil, de sete de junho do corrente, dá conta da realização da "Primeira Conferência Continental da Associação Americana de Juristas" na capital gaúcha. Eis algumas das sugestões apresentadas: redução dos exércitos do continente e sua transformação em forças de paz, comprometidas com o combate à miséria e à pobreza; extinção dos colégios militares, com exceção dos destinados, exclusivamente, à orientação profissional; extinção do foro privilegiado para os militares, a fim de que eles possam ser julgados pela justiça comum, quando se envolverem em crimes não políticos. A natureza da fonte e o conteúdo da mensagem deixam alguma dúvida?

Admitida ou não, a guerra continua.



A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

Tazil Martino Godinho

Matéria extraída do Caderno de Estudos Estratégicos nº 15 (junho 89) do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).

Trata-se da conferência proferida, pela Dr.ª Tazil Martino Godinho, na parte expositiva da 3.ª Sessão do XII Seminário do CEBRES (29 e 30 de novembro e 02 de dezembro de 1988) sob o tema "Recursos Minerais: Política e Estratégia de Exploração e Aproveitamento no Brasil."

A experiência histórica e a análise do processo de crescimento econômico revelam que o setor da mineração pode desempenhar papel da maior relevância no desenvolvimento econômico dos países que possuem abundantes recursos minerais.

Exemplos históricos são os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália

e os países produtores de minerais.

Representando os recursos minerais, um dos elementos mais importantes na economia de uma nação, em torno desse tema, política, economia e direito disputam a preeminência. Isso porque, ao serem examinados os problemas relacionados com a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais, há que levar em

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

conta, não somente os aspectos técnicos e econômicos de tais atividades mas, também, as questões referentes ao domínio, à utilização da propriedade e ao aproveitamento do solo e do subsolo, que constituem o âmbito do chamado Direito das Minas.

Já tem sido definido o Direito das Minas como o sistema orgânico das disciplinas jurídicas que regulam a propriedade do solo e do subsolo e as atividades de exploração das energias que lhes são inerentes. Por isso mesmo, já se tem dito, também, que analisar as leis reguladoras e protetoras da mineração é o mesmo que compendar e dissecar a própria história econômica do país, revelando o valor e utilidade das jazidas existentes no seu subsolo, preocupação viva dos governos e razão de constante vigilância.

A grande extensão do território brasileiro (onde se acham representadas todas as idades geológicas) assegura, ao Brasil, posição privilegiada, em termos de depósitos minerais, com grande potencial a desafiar o esforço humano. Por isso, o interesse do governo está em obter a máxima contribuição do setor da mineração como fator relevante, pré-condição, para que se possa aspirar a outros objetivos sociais, culturais e políticos.

Para a criação de condições favoráveis à mobilização dos recursos minerais e à expansão da indústria de mineração, de modo a atender à demanda, sempre crescente, de insu-

mos minerais para a indústria e a agricultura e de combustíveis minerais para a geração de energia em quantidades cada vez maiores, foi necessário aperfeiçoar os instrumentos legais e jurídicos que regulam a propriedade mineral e as atividades de exploração e aproveitamento das jazidas e minas.

Desde o advento da República, o arcabouço do regime jurídico da mineração está definido na Constituição Federal. Os constituintes sempre se preocuparam em disciplinar o setor da mineração e traçar-lhe as linhas mestras na Carta Magna.

Isso reflete a grande importância desse ramo de atividade no contexto da economia do país relacionado com questões de segurança, soberania e bem-estar da coletividade. As minas e jazidas sempre estiveram, na concepção do homem do povo, como sendo um bem comum, uma riqueza de todos, porque o proprietário do solo em nada contribuiu para que, na extensão da sua propriedade territorial, se viesse conter um depósito mineral, uma fonte de insumo para a indústria, uma fonte de energia térmica ou motriz.

Sendo um dado da Geologia, considera-se a riqueza mineral como um bem da coletividade, um bem nacional. Daí a grande preocupação, sempre, em disciplinar esse setor e em desenvolver a exploração dos recursos naturais.

Examinando nossas Constituições,

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

mineração, a fim de melhor utilizar os recursos minerais para desenvolver a industrialização no país. E a Constituição de 1934 adotou o princípio da separação da propriedade do solo da do subsolo, que continuou a vigir nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969, e foi mantido na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

O princípio da separação da propriedade do solo da do subsolo estabelece uma natureza jurídica especial para esse tipo de bem: trata a propriedade mineral como uma propriedade imobiliária distinta, esteja aflorando à superfície ou esteja contido no interior da terra o jazimento mineral (no qual está contido o minério, a substância mineral útil), que tem valor econômico, desde que possa ser explorado para utilização nas suas múltiplas finalidades.

Com a separação da propriedade do solo da do subsolo, passou a caber ao Estado a administração plena dos recursos minerais, a completa intervenção estatal nesse setor da economia.

Discussiu-se muito sobre a natureza jurídica da propriedade das minas e das jazidas. Indagou-se sobre se os recursos minerais seriam bens da nação, da coletividade, ou se seriam bens patrimoniais da União.

Qual o regime da propriedade mineral, quando se separou a propriedade do solo da do subsolo por um dispositivo constitucional que já es-

tava na lei ordinária, na lei infra-constitucional elaborada dias antes de a Constituição entrar em vigor, em 16 de julho de 1934?

No nosso primeiro Código de Minas, de 1934, cuidou-se, explicitamente, de regulamentar a atividade de exploração e aproveitamento dos recursos minerais.

A Constituição de 1934 fazia depender a exploração dos recursos minerais de autorização e concessão do Governo Federal, na forma que dispusesse a lei ordinária. Ressalvou, contudo, os direitos adquiridos antes da Constituição: o de propriedade do proprietário do solo sobre os recursos minerais nele existentes. Ressalvou a existência das minas e das jazidas conhecidas na data de 16.07.34, cuja exploração independia de autorização e concessão no caso de mina, e dependeria de autorização e concessão no caso da jazida (porque esta não é um depósito em aproveitamento, ainda é algo latente).

Ressalvando a propriedade privada sobre as minas e jazidas, estabeleceu, evidentemente, que as que viessem a ser descobertas não mais pertenciam ao proprietário do solo. Por lei ordinária elaborada com data de 10.07 e publicada em 20.07, foi explicitado o novo regime de separação da propriedade do solo da do subsolo, da dualidade imobiliária, que, na exposição de motivos do Código de 1934 (conhecido como Código Juarez Távora, por ser este o Ministro da Agricultura na época, ao qual estava subordinada a atividade de mi-

neração), é denominado *res nullius* (no sentido de que os recursos minerais seriam tratados como "coisa sem dono" enquanto desconhecidos, e que a apropriação desses recursos decorreria da outorga de uma autorização ou concessão governamental). Eram bens comuns, bens da nação, interessando a todos, ficando sob domínio público e administração do Estado, a quem competia todo o poder de fiscalizar, administrar e reger os recursos minerais.

Ressalvando os direitos adquiridos, o Código disciplinou uma categoria de minas que existe até hoje: as minas manifestadas.

E o que é uma *mina manifestada*?

É uma mina que estava em lavra, transitoriamente suspensa em 16.07.34, e a cujo proprietário, através de um procedimento estabelecido no Código da época, foi dado um prazo para manifestar a existência dela, para registrá-la no Departamento Mineral, mediante uma justificação judicial procedida no Juízo da Comarca onde estivesse situada a mina, com testemunhas de que havia exploração mineral na mina, ainda que suspensa no momento, podendo o manifesto da mina corresponder à extensão da área mineralizada até os limites da propriedade territorial do manifestante. Nos casos em que houvesse ocorrido alienação ou arrendamento da mina a terceiro, a este, como interessado na exploração da mina, foi facultado fazer o manifesto.

Então, até hoje temos essa categoria de *mina manifestada*.

Na época da Constituição de 1934, também foi dado prazo para ser requerida, pelo proprietário do solo, autorização de pesquisa ou concessão de lavra de jazida situada em terreno de sua propriedade; mas esse prazo extinguiu-se cinco anos depois de aprovado o Código de Minas de 1940 (que sucedeu ao de 1934).

A Constituição de 1937 manteve as mesmas linhas da Constituição de 1934 com uma exceção: ela estabeleceu restrição ao exercício da atividade de mineração por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.

Na Constituição de 1934 não havia nem a exigência de que a pessoa jurídica estrangeira fosse autorizada a funcionar no país, nem que se constituísse sob as leis brasileiras. Bastava que a empresa estrangeira se registrasse para operar no país. Embora tivesse sede fora, ela podia exercer atividade de mineração.

Mas, a partir da Constituição de 1937, não. Ela determinou que só brasileiros natos poderiam ser titulares de autorização ou concessão de pesquisa e lavra mineral e, também, só brasileiros natos poderiam ser sócios ou acionistas das empresas que pleiteassem autorização de pesquisa ou concessão de lavra, ressalvando, não obstante, os direitos adquiridos. Mas, para a obtenção de autorizações ou concessões novas, as empresas teriam que ser constituídas inteiramente de sócios brasileiros, ainda que fossem empresas constituídas no Brasil (portanto, empresas nacionais).

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

Com a adoção desse regime, houve retração muito grande na atividade de mineração, no período que se lhe seguiu. Daí, por lei ordinária, foram sendo estabelecidas aberturas para a participação do capital estrangeiro no caso de determinados minérios.

Discutiu-se se seria constitucional, por lei ordinária estabelecer a possibilidade de 50% do capital em ações ao portador; mas essas aberturas foram sendo adotadas para evitar uma parada muito grande no desenvolvimento da mineração. Até que, pela Constituição de 1946, voltou-se ao regime da de 1934, com a separação da propriedade do solo da do subsolo (o chamado regime da *res nullius*), e a participação de sócios e acionistas estrangeiros e capitais estrangeiros nas empresas de mineração.

Esse regime de 1946 foi reproduzido na Constituição de 1967 e na de 1969.

Mas a Constituição de 1946 estabeleceu uma inovação, que foi arrasadora para a atividade de mineração: criou o sistema da preferência do proprietário do solo. O proprietário do solo seria sempre ouvido antes da outorga da autorização de pesquisa ou concessão de lavra a terceiro que não tivesse antes ajustado com ele ou adquirido dele, proprietário, o direito de preferência (que assim se tornou negociável). Disso resultou um desânimo muito grande na prospecção de novas jazidas, porque o prospecto ficava à mercê do proprietário do solo, dos seus caprichos, do que ele

pudesse impor como condição para dar seu assentimento prévio para ele se habilitar à exploração dos recursos minerais pretendidos.

Mas, ainda assim, havia, no Código de 1940 (que substituiu o de 1934), um princípio muito importante: o da prioridade daquele que primeiro pleiteasse perante o poder público a autorização de pesquisa ou concessão de lavra, desde que se enquadrasse nos requisitos que a lei estipulava como essenciais.

Esse regime de preferência foi abolido em 1967. Mas os proprietários do solo conseguiram convencer os congressistas de que precisavam de uma compensação pela perda da preferência. Foi então criado o princípio da participação do proprietário do solo no resultado da exploração da lavra.

Só se pode admitir como uma compensação, não pelo fato de o proprietário do solo não ter acesso preferencial aos recursos minerais, mas sim como uma compensação pela limitação ao seu direito de propriedade, no sentido de que a propriedade do solo fica subordinada aos misteres da atividade de mineração. Há um primado da propriedade mineral sobre a propriedade superficial, que fica sujeita a uma servidão legal, em benefício da atividade de mineração, não podendo o proprietário impedir a outorga do direito de mineração.

A Constituição lhe assegura participação nos resultados da lavra, além de outras indenizações que a lei ordinária contempla em favor do pro-

prietário do solo pelos danos e prejuízos causados pela atividade de mineração.

Chegamos então à Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

Durante os debates na Assembléia Constituinte, como sempre, o assunto da mineração foi apaixonante, com diversas tendências a se manifestarem. Uns, com um nacionalismo exacerbado, outros querendo manter o *status quo*, que estaria produzindo os resultados satisfatórios da Emenda Constitucional de 1969, que manteve os mesmos princípios da Constituição de 1967.

Com os princípios constitucionais e as adaptações e acréscimos que recebeu, através de legislação ordinária, na medida em que se ia desenvolvendo a atividade nesse período de mais de 20 anos, considerou-se, no âmbito do Ministério das Minas e na área da mineração (empresas privadas e estatais), que a legislação em vigor atende bem ao setor, quanto aos investimentos desejáveis.

A natureza jurídica da concessão de lavra como disciplina na legislação mineral vigente, dando ao concessionário o domínio útil sobre as jazidas do domínio da União, dando-lhe o direito de explorar a mina até a sua exaustão, subordinada às condições estabelecidas na lei, estaria estimulando investimentos na mineração, na atividade de grande risco, tanto na fase de pesquisa (porque não se sabe nunca o que vai realmente resultar ao término da pesquisa) quanto

na fase da lavra (pela incerteza das condições de mercado, do avanço da tecnologia, da substituição de materiais), o que torna um jazimento antes muito proveitoso e rentável, num jazimento sem condições de viabilidade econômica.

A jazida não se podendo transferir de um local para outro, não se podendo modernizar métodos, não se dispondo de tecnologia nova, surgindo outros minérios com características que atendem melhor à demanda, a mineração é uma atividade de grande risco, se não oferecer um mínimo de segurança jurídica na outorga dos direitos minerários, um mínimo de estabilidade das regras que regem a atividade, dos princípios jurídicos do sistema, de previsão do tempo que se tem para ser aprovado o plano de lavra, da permanência do direito de concessão visando à exploração dos recursos pelo tempo de vida útil da jazida, a confiabilidade do plano de viabilidade aprovado pelo Governo segundo o qual são feitos os investimentos de infra-estrutura, e o tempo durante o qual se poderia exercer aquele direito dentro das perspectivas estimadas.

Esta não é, também, uma atividade gratuita, não é uma doação. É uma atividade ungida, quase que uma obrigação pública, porque, como mineirador, como concessionário de lavra, a empresa de mineração estará explorando um recurso que é da União.

Embora lhe seja assegurado um direito com conteúdo econômico de uma propriedade, um direito patri-

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

monial, o concessionário é um colaborador do Governo. Ele cria uma riqueza que se incorpora ao patrimônio da Nação, ao transformar uma jazida em mina, mas fica obrigado a cumprir as regras legais que regem o sistema de exploração e aproveitamento. É um poder-dever. Ter o poder de lavrar e o dever de observar as regras que o legislador entendeu que seriam as que mais interessam à economia do país.

Estava-se então, no regime em que se falava “vamos rever a legislação mineral, vamos adaptá-la, modernizá-la”, mas não havia consenso no setor mineral de que se devessem mudar as linhas mestras do regime da mineração consagrado na Constituição de 1969.

Durante os trabalhos da Constituinte foram sendo debatidos os vários tópicos que tratavam da atividade da mineração e foram sendo sugeridos novos temas a serem incluídos na Constituição para disciplina do setor mineral. O resultado foi que tivemos uma modificação, não propriamente no regime jurídico da mineração, porque este continuou a ser o da separação da propriedade do solo da propriedade do subsolo e da necessidade de autorização e concessão, outorgada pelo Governo-Federal, na forma da lei, para explorar o subsolo.

A outorga de autorização e concessão é privativa da União Federal, desde a Constituição de 1934, com atenuantes no Código de 1940, que, por algum tempo, admitiu que os Es-

tados, por delegação da União, também outorgassem autorização e concessão. Mas isso foi suspenso pela Constituição de 1946.

Essa delegação para os Estados também não foi prevista nas Constituições de 1967-69 e de 1988. Mas esta última introduziu grandes inovações com relação ao regime jurídico da mineração, na parte, vamos dizer, de exercício dos direitos mineralários. Na capacidade jurídica das pessoas físicas e dos sócios das empresas de mineração houve uma restrição, bem como na parte tributária, que de longa data vinha sendo só federal e deixou de ser federal.

Houve também alterações no que tange à exploração dos recursos minerais nas terras indígenas. Houve, ademais, uma contemplação inesperada, inusitada: a inclusão, na Constituição, de uma figura nova na mineração: o “garimpeiro”.

Sempre se tratou, nas nossas Constituições, do “pesquisador”, do titular de pesquisa e concessionário de lavra. A figura do garimpeiro entrou na Constituição de 1988 com privilégios em relação às próprias empresas de mineração organizadas.

A Constituição de 1988 também está trazendo, pela primeira vez, uma declaração expressa de que os recursos minerais do solo e do subsolo são patrimoniais da União. Anteriormente, a lei ordinária (Código de 1934) é que tratou disso, dizendo que as jazidas não manifestadas e aquelas manifestadas que não tivessem a lavra requerida pelos respectivos pro-

prietários até 1945, tinham se incorporado ao patrimônio da Nação. E o Código de 1940 dispunha que "as jazidas manifestadas que não forem lavradas mediante requerimento de autorização de lavra ou concessão de lavra pelos seus proprietários serão incorporadas ao patrimônio da União, a partir da data em que se completar cinco anos da entrada em vigor deste Código". Mas sempre, pelos julgados dos tribunais, tratam-se os recursos minerais como bens públicos.

Pela atual Constituição, só as empresas brasileiras de capital nacional (como tal definidas na própria Constituição) poderão receber autorização de pesquisa e concessão de lavra na forma da lei que rege a atividade de mineração, a qual, segundo a opinião de uns, continua sendo o Código de Mineração de 1967. Outros, por sua vez, acham que esse preceito da limitação da outorga a empresas de capital nacional ainda não entrou em vigor porque, não tendo havido lei nova regendo esse princípio, continuou o regime de livre participação do capital estrangeiro na atividade de mineração.

Mas isso são questões jurídicas, que surgem toda vez que se muda a legislação e que se atinge um direito adquirido. Os prejudicados recorrem ao Poder Judiciário para "interpretar" ou "ler" a Constituição, função que cabe ao Supremo Tribunal Federal. Como foi dito pelo Dep Ulisses Guimarães: "Ao Supremo Tribunal caberá a missão de reescrever a Cons-

tituição", no sentido de interpretar, definir o alcance das normas constitucionais.

No que diz respeito a essa restrição, desde 1946 não tínhamos participação do capital estrangeiro na mineração. Do capital, porque, a partir de 1937, somente as empresas nacionais se permitiu que atuassem no setor mineral através de autorizações e concessões. Quanto ao capital ou à nacionalidade dos sócios, desde 1946 não havia nenhuma restrição à participação. Toda empresa cujo controle direto e indireto não pertencesse a brasileiros ou a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, era sujeita à fiscalização e ao controle governamental, através da lei conhecida como Lei de Remessa de Lucros, muito rígida, e que se aplica a toda e qualquer empresa (não só de mineração) que tenha capitais estrangeiros ou controle direto ou indireto de estrangeiros não domiciliados no país.

Agora as empresas que quiserem se dedicar às atividades de mineração terão que passar pelo crivo do exame do seu estatuto, da sua natureza, do domicílio e residência dos seus sócios.

Se não for domiciliado no País, também o brasileiro não pode ter a maioria do controle do capital votante de uma empresa de mineração, porque o critério foi o do domicílio e não o da nacionalidade do sócio.

O estrangeiro domiciliado e residente no País poderá ser acionista controlador de empresa de mineração, de acordo com o princípio de

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

que emigrou, que trouxe para cá os seus capitais, quis investir no Brasil, pode minerar, princípio este incorporado ao direito brasileiro de longa data, pela Lei de Remessa de Lucros e outras leis, que diziam: "para o efeito desta lei, se entende como empresa nacional aquela que é constituída por capitais controlados por maioria de sócios brasileiros ou estrangeiros domiciliados e residentes no País".

Enfim, esse conceito de domicílio e residência tem sido usado sistematicamente para definição de empresa nacional, sempre se tendo entendido como nacional a empresa regida pelas leis brasileiras, aqui constituída e subordinada tão somente à soberania nacional, sem nenhuma ingerência de qualquer governo estrangeiro: Regida pelas leis brasileiras, brasileira é.

Da mesma forma, pessoa jurídica domiciliada no Brasil é brasileira, é nacional. Sempre foi essa a definição da lei civil, da lei comercial, da lei de sociedades anônimas.

Agora, pela primeira vez, a Constituição define o que é empresa brasileira, empresa nacional.

A regulamentação desse preceito virá por lei ordinária, como está dito na Constituição. Mas há um entendimento de que ele se aplica imediatamente, é de vigência imediata, e, a partir da data da promulgação da Constituição, as empresas que não se enquadram no figurino dessa posição restritiva não poderão obter autorização de pesquisa e concessão

de lavra. Mas vão poder fazê-lo as que já estavam atuando no setor, que têm investimentos feitos no Brasil no setor mineral, tenham titularidade de direitos de pesquisa e lavra e outros direitos minerários. A elas a Constituição deu o tratamento especial, em respeito aos direitos adquiridos, de permanecerem, com prazo de graça por quatro anos para se adaptarem aos princípios da definição de empresa de capital nacional. Durante quatro anos essas empresas poderão continuar atuando no setor mineral, tendo tempo para, ou negociar os direitos, ou transferir a terceiros (como é permitido pela lei minerária e também, agora, pela Constituição).

Então, ou as empresas cederão e transferirão os direitos de que são titulares para terceiros que possam exercê-los de acordo com as regras constitucionais, ou vão reduzir a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País o seu controle direto ou indireto.

Daí surgirão, talvez, questões levadas perante o Judiciário, quanto a se esse preceito constitucional não implica em se atingirem direitos adquiridos. Serão questões para os prejudicados levarem ao Judiciário, mas o preceito que está na Constituição, taxativo, é este: quatro anos para se adaptar.

Agora, quando se fala em empresa brasileira, pode ser aquela que costumava ser chamada de empresa estrangeira.

Diz a Constituição de 1988: "As atuais empresas brasileiras titulares

de autorização de pesquisa e concessão de lavra que, no prazo de quatro anos, a contar da data da promulgação da Constituição, passarem a destinar o produto da sua lavra e beneficiamento para industrialização no País, seja em seus próprios estabelecimentos ou em estabelecimentos de empresa controlada ou controladora, estarão dispensadas de se enquadrar no requisito constitucional de capital nacional.”

Algumas empresas que vêm atuando aqui há tantos anos, as empresas verticalizadas, estão abrangidas por essa exceção, estabelecida nas disposições transitórias. Elas continuarão atuando no setor, podendo obter pesquisa e lavra de outras jazidas das quais não sejam detentoras, além de utilizarem o produto da sua lavra nos respectivos processos de industrialização.

E aí surgem novas questões de interpretação: se isso vale apenas para os projetos industrializados existentes na data da promulgação da Constituição, ou depois de se completarem quatro anos a partir dessa promulgação, ou se elas poderão continuar pesquisando, lavrando para ampliar sua atividade de industrialização.

Essas questões estão sendo já objeto de exame, debate, no setor governamental, no órgão normativo da atividade de mineração (que é o Departamento Nacional de Produção Mineral), os juristas, os interessados, enfim.

Então, evidentemente, vai haver uma retração na atividade da mine-

ração. Não há tranquilidade, no momento, quanto ao que vai ser objeto de disposição pela lei ordinária, ou se a lei ordinária em vigor vai ser alterada pelo Congresso. Porque a legislação será por lei do Congresso (embora a iniciativa das leis para a mineração seja do Executivo), e o tripé geologia, mineração e metalurgia continua sendo da competência privativa da União para legislar sobre ele.

Está prevista na Constituição a elaboração de uma nova lei quando diz: “Dentro de um ano a contar da promulgação da lei que vier a regular a pesquisa e a lavra, ou dentro de um ano a contar da data da promulgação desta Constituição, ficarão sem efeito as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra que não tenham iniciado seus trabalhos nos prazos legais ou estejam inativas.” Mas, ao mesmo tempo, a Constituição prescreve que “ficarão sem efeito as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra, etc.”, enquanto a lei minerária disciplina as penalidades gradativas aplicáveis a quem suspender as atividades, a quem não cumprir o seu plano de lavra, a quem não cumprir todas as regras estabelecidas. São penalidades que vão da advertência à caducidade, mas não torna sem efeito, drasticamente, quem parar. Inclusive permite que se justifique: há o caso de força maior, o de impossibilidade de prosseguir os trabalhos de lavra porque houve um desmoronamento na galeria, ou não há, no momento, procura para aquele bem mineral, ou

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

há necessidade de se mudar o sistema de mineração.

Agora a Constituição é taxativa nesse aspecto. Embora tenham sido mantidos os direitos outorgados anteriormente à Constituição, há uma intranqüilidade quanto ao que virá a lei ordinária dispor sobre a matéria. Também os investidores, representados pelas empresas que não estão no momento classificadas como de capital nacional, e que não são verticalizadas, vão se retrair para reanalisar a sua posição. E, possivelmente, não vão ampliar os investimentos até definir-se qual vai ser a sua participação.

Aliás, a estagnação nos investimentos em pesquisa já ocorria desde 1985. De modo que tudo indica que, pelo menos temporariamente, haverá um declínio nos investimentos, tanto no setor privado quanto no das empresas de economia mista federais.

Nas empresas estaduais, como foi desvinculado o imposto único sobre minerais da possibilidade de a cota parte que tocava aos Estados ser aplicada em atividades especificamente do setor mineral, não haverá grandes investimentos. Mas a grande modificação na tributação é a que transfere para os Estados o poder de tributar a atividade de mineração. Esta é uma alteração profunda, objeto de muitos esclarecimentos prestados pelo setor privado, tanto quanto pelo estatal da mineração, quanto às repercussões que poderia ter sobre a oneração dessa atividade, em decorrência da extinção do imposto único sobre mi-

nerais, um tributo federal que incidia uma única vez sobre o processo de extração, circulação e comercialização da mineração. Esse imposto era federal mas a União repassava 70% da sua arrecadação ao Estado e 20% ao Município, ficando só com 10%.

Durante muitos anos, esses 10%, vinculados ao Departamento Nacional da Produção Mineral, foram, até 1979, a parcela mais ponderável do Fundo Nacional de Mineração, e permitiram o reaparelhamento do DNPM, o exercício da atividade de mapeamento geológico básico, e uma série de outras atividades próprias do governo no setor da mineração.

Outra novidade que trouxe a Constituição de 1988 e que está preocupando muito o setor de mineração (inclusive porque ainda está para ser regulamentada) diz respeito ao regime tributário: impostos que eram federais deixam de sê-lo, outros que eram estaduais passam a municipais.

Vai haver um novo sistema tributário nacional, com prazo para a sua entrada em vigor estabelecido nas disposições transitórias. Se não entrar em vigor, até lá, a nova legislação tributária para a mineração, vai ser necessário estabelecerem-se normas de convênio através do Conselho Fazendário para que possa ser feito o lançamento dos tributos e o seu re-colhimento pelos contribuintes.

Há uma preocupação grande a esse respeito. Um ponto a ser debatido refere-se a que não se faça uma tri-

A LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS

butação pesada para o setor mineral, porque isso implicará em tornar muitas minas gravosas, e certos produtos minerais poderão ficar gravosos.

Outra novidade é a participação nos resultados da lavra, não só do proprietário do solo mas também dos Estados, dos municípios e de entidades de administração direta e indireta, ou uma compensação financeira pelos mineradores que estejam explorando jazidas no território do Estado, do município.

Como ainda não há nenhuma disciplina sobre isso na lei ordinária, a Constituição frisa que é "na forma da lei", o dispositivo não é auto-aplicável. Sua eficácia fica condicionada à regulamentação em lei ordinária. Haverá então que refletir sobre o alcance dessa participação e em que bases ela será estabelecida.

Qualquer participação que se estabeleça com percentual geral, sem levar em consideração o tipo da atividade, a natureza do jazimento, poderá onerar demasiadamente a atividade de mineração.

Dr.^a TAZIL MARTINO GODINHO — Advogada inscrita na OAB, Seção do RJ, formada pela PUC do RJ, com curso de pós-graduação em nível de mestrado (Master of Laws); fez vários cursos de especialização em Direito. Assistente-Jurídico do Departamento Nacional de Produção Mineral em 1968-1970. Chefe da Assessoria Jurídica do Departamento Nacional da Produção Mineral, de 1970 a 1974. Advogada da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais — CPRM, de março de 1974 até a presente data. Foi professora de Direito Minerário do Centro de Estudos Jurídicos da Guanabara — CEJUG, de 1975 a 1979. Professora de Direito Minerário nos cursos de Economia Mineral, aperfeiçoamento de advogados, assistentes de mineração e especialização em Direito Nuclear do Ministério de Minas e Energia, ministrados em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, PUC, Fundação Universidade de Brasília e UFRJ, de 1971 a 1981. Expositora, conferencista em seminários e simpósios sobre legislação mineral no âmbito do Ministério de Minas e Energia e entidades relacionadas com o setor mineral. Atualmente representa a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais na Comissão Técnica de Legislação Mineral do Inst. Brasileiro de Mineração.

COM A BRASIF VOCÊ TEM TUDO PARA TRABALHAR EM RITMO DE PRIMEIRO MUNDO.



- Retroescavadeiras
- Carregadeiras de pneus
- Escavadeiras hidráulicas

Komatsu Dresser

Brasil

- Motoniveladoras
- Tratores de esteiras
- Guindastes



- Empilhadeiras
- Guindastes



Tema Terra Equipamentos Ltda.

- Compactadores

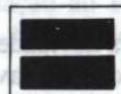


VEGA SOPAVE

- Coletores/Compactadores de lixo



- Peças de reposição para guindastes, dragas de arraste e escavadeiras.



BARBER-GREENE

- Peças de reposição para equipamentos de britagem e asfalto.

CONSÓRCIO

BRASIF

- Para facilitar a compra de qualquer um desses equipamentos, use o Consórcio Brasif. Grupos de até 18 meses. Ideal para você programar a renovação da frota.

BRASIF

MAIS DE 40 MODELOS DIFERENTES DE MÁQUINAS BÁSICAS COM EXTENSA VARIEDADE DE ARRANJOS E ACESSÓRIOS ESPECIAIS PARA AS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DE CADA OBRA.

MATRIZ - Belo Horizonte - Rua Margarida Assis Fonseca, 171 - Bairro Califórnia - CEP 30850 - MG

Tel. [031] 329-7655 - Telex 312395/312025 - Fax [031] 329-7830

Filial Vitória - Av. João Palacio, 280 - Bairro Euíco Sales - Serra - ES - Tel. [027] 228-4555 - Telex 272029 - Fax [027] 228-3723

Filial Rio de Janeiro - Av. Brasil, 20.289 - Barroso Filho - RJ - Tel. [021] 372-7794 - Telex 2130974 - Fax [021] 372-7671

Filial Goiânia - Av. Vereador José Monteiro, 2.206 - Vila Negrão de Lima - GO - Tel. [062] 261-1621 - Telex 622213 - Fax [062] 261-1132

Filial Bresília - SIA - Trecho 3 - Ed. Itaú - Lote 990 - Sala 209 - DF - Tel. [061] 233-1000 - Telex 613406

Filial Uberlândia - BR 050, 5.413 - Bairro Tibery - MG - Tel. [034] 232-8000 - Telex 343314

Filial Verginha - Av. Princesa do Sul, 310 - Bairro Reinaldo Foresti - MG - Tel. [035] 221-3229 - Telex 352261



DESCOBRIMENTO DO RIO DAS AMAZONAS

José Lopes de Oliveira

Em 26 de dezembro de 1991 e 11 de setembro de 1992, respectivamente, completam-se 450 anos do início e do final da viagem de descobrimento do Rio Amazonas por Francisco de Orellana e seus companheiros.

O artigo é parte de um livro que o autor pretende publicar até a segunda das datas acima, em comemoração ao feito espanhol que revelou ao mundo o maior rio da terra em volume de água. O objetivo principal de sua publicação é chamar a atenção para o feito e obter reação que traga melhores subsídios ao tema, muito pouco conhecido, ainda.

INTRODUÇÃO

A história do descobrimento do rio das Amazonas, por Francisco de Orellana, ainda hoje é pouco conhecida, o que se deve a uma diversidade de fatores facilmente compreensíveis.

Uma das circunstâncias primordiais que acarretou essa indevida indiferença foi, por parte dos espanhóis do Peru, a grande atratividade da explo-

ração da vertente pacífica da nova terra que, além de ter revelado compensadora produtividade imediata, protegia-se pela barreira andina e por uma paisagem inhóspita para além dela; mais tarde, pelo perigo que apresentaria a facilidade de penetração pelo lado atlântico — julgado mais próximo esse oceano do que realmente é — por parte de inimigos bem armados, não só franceses, ingleses e holandeses, mas também portugueses.

Isso ficou patenteado no teor da Cédula Real de 26 de junho de 1559, que recomendava ao vice-rei do Peru, marquês de Cañete, que não permitisse o intercâmbio comercial sugerido pelo governador de Santa Cruz, e que já chegara “aos confins do Brasil”, pois, “poderiam resultar em abrir-se esta porta...”, e que deveria se impedir esse trânsito, “deixando os portugueses na ignorância em que até agora se acham, para que o não intentem...”. E, ainda mais revelador foi, logo depois da chegada de Pedro Teixeira a Quito, o receio manifestado por D. Martin de Saavedra y Guzmán, governador de Santa Fé de Bogotá, diretamente a Sua Majestade e ao conde de Castillo — este, membro do Conselho de Estado e Guerra de Espanha — em cartas datadas, respectivamente, de 29 de maio e de 23 de junho de 1639, quanto à abertura do caminho de fácil navegação pelo rio Marañon e a intenção dos portugueses de o continuarem freqüentando; lembra o governador o exemplo do rio Orenoco e de outros rios navegáveis, por onde os inimigos da Coroa já tentavam entrar nas terras da América Espanhola, sem deixar de aludir aos holandeses de Pernambuco (Anônimo, 1941, 83/87).¹

Quanto aos portugueses, a demora em tomar posse efetiva das terras chamadas do Cabo Norte, além das dúvidas concernentes ao traçado da linha de Tordesilhas, parece dever-se à falta de efetivo humano para sua ocupação, tendo em vista o pequeno in-

teresse econômico que a região oferecia. Além das tentativas de Aires da Cunha, em 1535/36, e de Luiz de Mello e Silva, por volta de 1554, os quais, porém, não passaram da atual região maranhense, somente em 1616 estabeleceram-se os lusos no discutido braço sul do rio Amazonas. No entretanto, a costa e mesmo a boca do grande rio eram por eles bem conhecidas, pois foi o próprio Orellana quem pediu permissão ao rei espanhol para contratar pilotos portugueses, a fim de ajudá-lo a navegar na entrada do rio já chamado das Amazonas, pois, “não se acha nenhum marinheiro castelhano que conheça do rio para onde será minha viagem, exceto os portugueses, que têm grande noticia dela pela contínua navegação que por ali têm...”. Orellana argumentava, tendo em vista sua expedição à Nova Andaluzia, nome dado à sua futura colônia nas terras amazônicas (Medina, 1894, 208/209).

Como veremos adiante, também um acesso pelo interior, além daquele já mencionado rondando Santa Cruz, foi aventado à corte portuguesa por um tal Diogo Nunes.

Muitos detalhes da descida do rio são ainda controvertidos. A particularidade de permanecerem quase desconhecidas as versões escritas pela testemunha presencial, o padre Carvajal; a de não se terem interessado os cronistas espanhóis da época pela viagem, contentando-se com vagas afirmações baseadas em testemunhas que não especificam quem sejam,

com exceção de Oviedo e de Orti-
guera que, em seus relatos, dão-lhes
os nomes; a situação política do Peru,
na época, conturbada pela luta pes-
soal pelo poder, na qual despontava,
no momento, Gonçalo Pizarro como
possível astro rei; tudo isso, naque-
les anos e até muito depois, condu-
ziram a centralização das narrativas
em uma possível traição de Orellana,
que teria sido o responsável pelos in-
dizíveis sofrimentos impostos a Pi-
zarro, abandonando-o à própria sorte,
acrescido o episódio da indispensá-
vel pitada de lenda para criar interesse
pelo tema.

Todavia, a saga — no sentido nór-
dico da palavra — dos “filhos do
sol”, navegando precariamente entre
mil perigos, enfrentando e vencendo
milagrosamente milhares de inimigos
em luta de estranha configuração, an-
gustiados, em cada curva do rio, pelo
desconhecimento do que viria a se-
guir, improvisados marinheiros, su-
persticiosos curandeiros, a saga,
repetimos, apresenta em seus diver-
sos aspectos situações curiosas, que
merecem pesquisas mais aprofundadas,
apesar da carência de documen-
tação e o controverso da existente,
ou, talvez por isso mesmo.

A VIAGEM DE ORELLANA

Menos de quarenta anos depois que
Colombo aportou à nova terra do Oci-
dente, que presumia ser a Índia, os
aventureiros espanhóis já haviam des-
feito seu engano, dominado e destru-
ído as duas mais antigas civilizações

do Novo Mundo, e preparavam-se
para sair em busca de novas riquezas
além daquelas de que já se tinham
apossado. A lenda do El (Hombre)
Dorado incendiava as imaginações,
e muitas expedições que saíam dos
aglomerados da conquista espanhola
e que tinham o objetivo declarado de
reconhecimento da terra ou o da busca
de especiarias nativas, escondiam a
secreta esperança de encontrar outras
cidades aztecas ou outros palácios in-
cas.

Foi assim que, nomeado por seu
irmão Francisco para o governo de
Quito, Gonçalo Pizarro, após tomar
posse, empreendeu, em fevereiro de
1541, uma expedição no leste de sua
governança, em busca da terra em
que se dizia haver canela, mas —
quem sabe? —, também ouro ou pe-
dras preciosas. Partiu de Quito com
280 espanhóis, 4.000 índios, 260 ca-
valos,² além de cães de caça — a fim
de “aperrear” os selvagens que ti-
vessem de enfrentar pelo caminho,
e que desconheciam esses animais —,
e muitos porcos e lhamas, os primei-
ros para alimentação e os últimos
como auxiliares dos indígenas no
transporte da carga. Iam bem abaste-
cidos de material e munição de
guerra: arcabuzes, balhesteras e pólvora
— não havendo referência a chumbo
—, couraças e elmos, espadas e pi-
ques, além do armamento típico dos
nativos. A gente espanhola era a de
melhor estirpe vinda à região.³ À ex-
pedição agregou-se, pouco depois e
já em caminho, Francisco de Orel-
lana, meio aparentado dos Pizarro e

que já havia há algum tempo chegado ao Peru.

Vagaram os expedicionários por cerros e matas, atravessaram e reatravessaram rios, encontraram canela de má qualidade, mas continuaram sua exploração, sempre sob péssimas condições climáticas e hostilizados pelos nativos a quem Pizarro antes maltratara, na ânsia de obter informações que lhe trouxesse fortuna. Chegaram a um rio, que hoje se identifica com o Coca, e aí, em um lugar à sua margem esquerda, ao qual deram depois o nome de El Barco, construíram uma embarcação, destinada a transportar doentes, parte da bagagem, e fazer a ligação de uma margem do curso d'água à outra, sempre que se fizesse necessário. Retomaram a marcha, a maioria já a pé, embarcados alguns, descendo o rio até que, exaustos os viajantes, esgotados os recursos em víveres, consumidos os porcos, as lhamas, alguns cavalos, morta ou desertada a quase totalidade dos indígenas participantes, decidiu Gonzalo Pizarro que Francisco Orellana continuasse rio abaixo na embarcação, transportando os doentes e mais os homens que escolhesse, com a missão de adiantar-se até aportar à aldeia ou aldeias indígenas que, de acordo com vagas notícias existiam abaixo, a três ou quatro dias de navegação, na junção do rio com outro. Ali, deveria ele reunir gêneros comestíveis e aguardar Pizarro, ou voltar ao seu encontro, havendo entre os historiadores divergências a respeito desse ponto.

A 26 de dezembro de 1541, partiu Orellana com 54 espanhóis⁴ e dois negros e, entre aqueles, alguns enfermos. Dez ou doze dias depois, desesperados pela fome, já no rio Napo, encontraram uma aldeia indígena na qual foram alimentados e bem tratados, o que não obstou que ali morressem vários dos companheiros dos que já vinham doentes. Permanecendo nessa aldeia por cerca de trinta dias, à espera de Pizarro, sem êxito, e após deliberação com os demais, Orellana, em decisão cujos fatores foram por muito tempo desconhecidos, e tida como traição ao chefe, reuniu a viagem rio abaixo, com a intenção de, afinal, sair na boca do rio, o que imaginava ser no Mar do Norte, isto é, no atual Mar das Antilhas. Acusado até de ter abandonado na margem do curso de água, em plena floresta, um companheiro que da decisão discordara, e um frade que, no entanto, seria o cronista da viagem, Orellana e sua gente desligaram-se definitivamente do comando de Pizarro no dia 2 de fevereiro de 1542, quase exatamente um ano depois que este havia partido de Quito. Entraram, ele e seus companheiros, em um grande rio, chegando a novas aldeias, em uma das quais residia o cacique Aparia, o Grande (pois, na primeira aldeia, ainda no Napo, mandava outro cacique, Aparia, o Menor, ao que parece subordinado ao que agora referimos), onde a acolhida foi fidalga e muitos outros caciques ter-se-iam submetido ao rei, por intermédio do capitão espanhol. Detiveram-se aí

quase sessenta dias, e construíram outro barco, maior, já tendo em vista a probabilidade de ter de navegar no mar.

O prosseguimento da viagem não foi tranquilo. Léguas depois da referida aldeia onde tão bem haviam sido recebidos, encontraram índios hostis, que assediaram os expedicionários em terra e perseguiram-no na água, incessantemente, ora por uma margem, ora por outra, até quase alcançarem eles a foz do grande rio que estavam descendo. Entre os selvagens que os atacaram, contou frei Carvajal, o principal cronista da viagem, estavam mulheres que combatiam tão bem ou melhor do que os homens, e cuja fama já lhes era conhecida desde o contato com aqueles indígenas amigáveis da aldeia de Aparia, o Menor. Foi-lhes dada, pelos espanhóis, a denominação de Amazonas, em recordação daquelas do Thermodonte, e o rio, que se estava chamando de Orellana, passou a ser o das Amazonas... Perderam pouca gente em combate, dois por setas envenenadas. Por fim, já próximo à embocadura, em uma região de grandes ilhas, reencontraram nativos amáveis, o que lhes permitiu consertar os dois bergantins, como foram pomposamente chamados, e a 26 de agosto do mesmo ano de 1542, saíram mar a fora, costeando, e chegaram à ilha de Cubáguia,⁵ no meio "civilizado"; deste percurso marítimo há poucos detalhes conhecidos, a não ser o terem chegado os dois bergantins separados, um a nove e o outro — o maior, onde

estavam o comandante e o cronista — a onze de setembro do ano citado.

Francisco de Orellana não voltou ao Peru. Da ilha de Cubáguia seguiu para São Domingos e, depois, para Madrid, onde pleiteou e obteve os títulos de Adelantado, Governador e Capitão-General de parte das terras que descobrira no Novo Mundo, e que se propunha a colonizar, terras que, então, foram denominadas Nova Andaluzia. Seu antigo comandante e parente, Gonzalo Pizarro, regressando a Quito em penosas condições físicas e morais, fizera-lhe graves acusações, que Orellana refutou, com a apresentação de documentos comprovantes de que não regressara rio acima por impossibilidade absoluta, no que haviam concordado com ele a maioria de seus companheiros. Tais documentos, porém, ficaram por longo tempo arquivados no Conselho das Índias e, embora tenha sido possível que alguns deles tenham chegado ao conhecimento dos cronistas da época, na generalidade ficaram ignorados, o que deu margem a que, durante três séculos, fossem discutidos os detalhes e até de importantes episódios da aventura, que hoje são conhecidos pelas obras de Oviedo (1851/1855) e Medina (1894), embora ainda questionados, além de continuarem a ser difundidas versões inverídicas.

A nova expedição de Orellana, para a tentativa de colonização da Nova Andaluzia, pertence ao histórico de uma fase durante a qual o atual rio Amazonas foi aflorado, sem ser

penetrado, participando tal fase da aura lendária em torno de uma possível miscigenação branco-indígena em alguns pontos do grande vale. A morte do descobridor, em algum lugar da costa, ao norte da foz do rio, ou na ilha Margarita, ou mesmo dentro do "seu" rio, contribuiu, sem dúvida, para sepultar no esquecimento o fato maior, o da façanha da descida fluvial.

OS CRONISTAS DA VIAGEM*

Frei Gaspar de Carvajal

O principal documento sobre a viagem de Orellana e de seus companheiros, desde o rio Coca até a ilha de Cubágua, é o relato redigido por Gaspar de Carvajal, frade dominicano que os acompanhou desde a separação dos grupos expedicionários, ainda naquele rio.

Gonzalo Pizarro, a caminho de seu

governo de Quito, em fins de 1540, levou consigo o religioso, como seu confessor e de sua tropa. Como bom conterrâneo, o frade acompanhou-o também na expedição em busca de canela. Quando Orellana, após a construção do primeiro barco, foi encarregado de descer pelo Coca em busca de alimentos, frei Carvajal foi um dos doentes embarcados,⁶ e por isso pôde fazer a crônica da aventura, sendo esta uma das poucas fontes primárias até agora conhecidas. De regresso a Cubágua, não acompanhou Orellana à Espanha, preferindo permanecer no Peru, com raras e curtas ausências, até seu falecimento, em 1584. É natural que, de volta à "civilização", Carvajal e alguns dos demais expedicionários, e mesmo o próprio Orellana, em algum lugar e em alguma ocasião, tenham narrado as vicissitudes passadas e as maravilhas vistas. Assim, vários foram os escritores que afirmaram ter ouvido narrativas diretas de participantes do evento. Todavia, foi frei Carvajal quem fez a descrição total da jornada, descrição esta que ficou desconhecida por três séculos e, quando veio à luz, acarretou uma série de problemas bibliográficos, históricos, geográficos e até militares, que não foram ainda perfeitamente elucidados. É que a "relação" de frei Carvajal tem duas versões conhecidas: uma, a que foi publicada por Oviedo (1855), difere bastante da outra, e não disse o escritor como a obteve; a outra, com duas cópias semelhantes na letra, mostram pequenas diferenças de re-

* Neste artigo, o autor detém-se no relato de Frei Gaspar de Carvajal, em suas duas versões, e na interpretação dada a elas por Oviedo e Medina, este acrescido da translação que fez do capítulo de Ortiguera, tudo exaustivamente tratado na obra editada pela American Geographical Society, por serem os únicos trabalhos confiáveis a respeito do descobrimento do grande rio por Orellana e seus bravos companheiros.

No livro referido na sinopse, ele menciona autores de língua espanhola, portuguesa e outras, com o fito de demonstrar o que de desconhecimento, de mistério, de mistificação cercou o feito castelhano, até mesmo já em nossos dias, às vezes por falta de documentação, outras por ingenuidade e outros por pura imitação, o que, porém, não significa que não possam dar-nos uma contribuição eventual.

dação entre si, e diz Medina, que uma delas, a que encontrou na coleção de documentos reunidos por Juan Bautista, por estar com vários trechos avariados e ilegíveis, a que foi por ele publicada em sua obra de 1894, foi a que lhe foi cedida pelo duque T'Cerclae de Tilly.

O Relato de Frei Carvajal — versão de Oviedo

Gonzalo Fernández de Oviedo (y Valdez) foi contemporâneo do descobrimento do grande rio. Cronista oficial das Índias Ocidentais desde 1532, foi ele o responsável pela publicação de uma narrativa atribuída a Frei Gaspar de Carvajal, a respeito da descida dos rios por Orellana e seus companheiros.

Escreveu ele, Oviedo, uma carta ao cardeal Bembo, na Itália, narrando o acontecimento “que não é menor maravilha do que a da nave ‘Victoria’”.⁷ Na carta, conta o missivista que Pizarro determinou a Orellana que saisse à procura de víveres, com cinqüenta companheiros; que, não podendo eles retornar “confiaram-se à misericórdia de Deus”; que a fome os obrigou a comer o couro das selas, dos arreios, de algumas peles selvagens e todos os seus calçados e solas”, e alguns comeram muita erva desconhecida para sustentar suas miseráveis vidas”; refere a construção de mais um barco, bergantim, como o chamou; e o detalhe que varou séculos: “Em certo lugar tiveram uma batalha muito áspera e contenciosa,

onde os capitães eram mulheres arqueiras que estavam ali como governadoras, às quais os nossos espanhóis chamaram Amazonas...”

Está datada a carta de 20 de janeiro de 1543, e foi transcrita por Giovanni Battista Ramusio, no terceiro volume de seu “Delle Navigationi et Viaggi...” publicado este volume em 1556.⁸ Enganou-se Medina (in AGS, 1934, 27), quando diz que Ramusio incluiu em seu livro somente um resumo da carta (an abridged form), pois ela está transcrita na íntegra, à fls. 415 e 416, isto é, em quatro páginas do referido livro. Também o tradutor de Medina, Bertram T. Lee, em nota de rodapé da mencionada página 27, informa que “Pinelo-Barcia disse que a carta preenchia vinte e quatro folhas, quando o resumo de Ramusio ocupa somente duas”.⁹ A confusão deve ter-se originado do fato de Oviedo, na carta, informar ao seu amigo cardeal que não poderia ali dizer tudo “aquilo que escrevi em vinte e quatro folhas na continuação da história geral desta Índia...”.

Lembrando que a carta de Oviedo foi escrita apenas quatro meses depois da chegada dos expedicionários a Cubágua, devemos corrigir, no translado italiano, no final da pág. 415, a data da partida de Orellana e seus companheiros, ao iniciar sua grande aventura, e que ocorreu a 26 de dezembro de 1541 e não 1542, como ali está escrito.

Não despertou maior atenção esta narrativa de Oviedo, seja por ter vindo à luz em língua italiana — em

bora bastante difundida, à época —, seja por se tratar de uma aventura entre várias outras, também admiráveis, seja ainda (e mais provável) porque as quatro páginas da carta não teriam sido suficientes para dar uma idéia da grandiosidade do feito.

Simultaneamente, porém, o cronista das Índias, entre 1542 e 1546, ainda no Peru, passou a coligir mais dados, anotou o depoimento de alguns companheiros de viagem de Orellana,¹⁰ e conseguiu uma cópia da Relação escrita por frei Carvajal. Com tais informes, Oviedo escreveu os capítulos I a VI, do Livro XLIX, de sua obra, "História General y Natural de las Índias y Tierra Firme del Mar Oceano", nos quais se encontram sua própria interpretação da expedição à terra da canela, e da descida dos rios por Orellana, e inclui no Livro L, capítulo XXIV, o relato do frade, não ficando esclarecido de quem o recebeu.¹¹ Quanto ao que se prende à expedição de Orellana de volta ao Rio-Mar, à Nova Andaluzia, foi Oviedo bastante sucinto, e seu escrito a tal respeito deve ter sido redigido já na Espanha, depois de 1546.

Apesar de Oviedo ter terminado sua obra por volta do ano de 1549, só em 1851/55 foi ela publicada em Madrid. Atualmente, é obra muito difícil de ser encontrada em bibliotecas, públicas ou particulares, pelo menos no Brasil.

Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdez nasceu em Madrid, em 1478 e morreu em Santo Domingo, em 1557.

Quando embarcou para Castilla del Oro, no dia onze de abril de 1514, na vistosa expedição de Pedraria D'Ávila, vinha em companhia de homens que seriam ilustres na conquista, entre os quais Diego de Almagro, o infeliz sócio de Francisco Pizarro, Sebastián de Benalcazar, futuro fundador de Quito e Popayán, Hernando de Soto, o descobridor do Mississipe e explorador da Flórida, e não menos importante, Bernal Diaz de Castillo, o autor da História Verdadeira de la Conquista de Nueva España.

Não perdeu tempo o cronista oficial das Índias pois, em uma das suas idas ao Velho Mundo, entregou ao prelo um belo trabalho em vinte e seis capítulos e cem páginas, que intitulou Sumario de la Natural História de las Índias, por muitos considerado uma obra-prima e que trata exclusivamente de temas ligados aos reinos animal, vegetal e mineral americanos, inclusive uma curiosa descrição da garimpagem de ouro. Conhecemos a obra por sua transcrição por Ramusio, no terceiro volume acima citado. Recentemente, foi editado por Manuel Ballesteros, in Crónicas de America, Madrid, 1986. Sua citação aqui foi feita por ter sido muitas vezes confundida com a obra mais vasta, de 1851/55.¹²

O Relato de Frei Carvajal — versão de Medina

José Toribio Medina, historiador chileno, notável por seus estudos so-

bre a história hispano-americana, examinando as circunstâncias que levaram Orellana a descer o rio Amazonas, e, depois, tentar a colonização de seu vale, já então com o nome de Nova Andaluzia, deparou com dois manuscritos de grande interesse, um encontrado nos arquivos da Real Academia de História, de Madrid, e outro que lhe foi dado pelo duque T'Cerclaes de Tilly. Ambos da autoria indiscutível de Frei Gaspar de Carvajal, embora não de mão própria, eram praticamente iguais quanto ao texto, preferindo Medina o último, para publicação, por estar completo. A importância desses manuscritos estava no fato de constituírem praticamente outra narrativa da viagem de Orellana, diferente da que fora publicada por Oviedo. Esta, mais rebuscada, mais literária, ostentando cultura em citações bíblicas e de clássicos latinos, denotando maior disponibilidade de tempo, maior vagar para sua redação; a outra, mais direta, sem se deter na paisagem e na geografia, parece ter sido de feitura apressada. Avento, então, Medina, a hipótese bem plausível, segundo a qual o manuscrito proveniente do duque T'Cerclaes de Tilly tenha sido o primeiro escrito, destinado a Francisco de Orellana, para que este o apresentasse ao imperador Carlos V, como comprovante dos perigos passados e das possibilidades de riqueza da região percorrida; o outro — o publicado por Oviedo, teria tido a finalidade da divulgação proveitosa à vaidade literária de seu autor que,

propositadamente ou não, tê-lo-ia cedido ao cronista das Índias sem ter podido prever o trissecolar atraso em seu surgimento à vista do público.

Medina, reunindo outros documentos e relatos, escreveu o “Descubrimiento del Rio de las Amazonas según la Relación hasta ahora inedita de Frei Gaspar de Carvajal...”.¹³ Publicada em Sevilha, em 1894, é hoje obra básica e indispensável para o estudo do feito de Orellana e das condições que o cercaram.

A obra de Medina é dividida em três partes:

A primeira contém o das fontes existentes e de autores que trataram do tema; um esboço das personalidades de Frei Carvajal e de Orellana, este na expedição de Pizarro, na viagem propriamente dita, e nos preparativos para a colonização da Nova Andaluzia; a interpretação de ocorrências durante a viagem, incluindo a defesa indireta de Orellana contra a acusação de traição que lhe fora feita por Pizarro; uma análise do número e nome dos companheiros do capitão espanhol; e, finalmente, um exame das denominações dadas ao rio então descoberto.

A segunda é a transcrição completa da versão do relato de frei Carvajal, e que lhe fora cedida pelo duque T'Cerclaes de Tilly, com anotações próprias, muitas delas elucidativas de trechos obscuros do relato, ou da identificação de alguns dos personagens citados pelo frade.

A terceira é a transcrição de documentos, todos inéditos ou quase

desconhecidos. Destacam-se, entre eles, todos importantes, os testemunhos prestados por companheiros e contemporâneos da viagem de Orellana, junto às cortes de Justiça, a fim de registrar ou atestar serviços prestados, e nos quais se encontram preciosas informações.

A transcrição da parte relativa à viagem encerra-se com a trasladação de um capítulo da "Jornada del Ma-rañon", escrita por Toribio de Orti- guera, em 1561, mas até então inédito. Os dez últimos documentos desta parte referem-se à preparação da expedição à Nova Andaluzia e à transcrição de alguns depoimentos a ela pertinentes.

O "Descubrimiento...", de Medina, foi objeto de grande interesse por parte da American Geographical Society, de Nova Iorque, não apenas em vista da importância histórica da expedição do capitão espanhol mas, principalmente, pela raridade da obra do historiador chileno, da qual haviam sido editados somente 200 (duzentos) exemplares.¹⁴ Decidiu, pois, a laboriosa organização norte-americana empreender sua tradução para a língua inglesa, após obter o consentimento do autor, pouco antes de seu falecimento.¹⁵ Da tradução, foi encarregado o erudito Bertram T. Lee, e a editoração¹⁶ coube ao professor H.C. Heaton. Ambos extravasaram de suas respectivas tarefas anotando, comentando e transmitindo

resultados de pesquisas próprias que enriqueceram a já monumental obra de Toribio Medina. Um Apêndice, no final do volume, ainda facilita mais a tarefa do estudioso do assunto, pois consta de uma seleção de capítulos de Oviedo (1851/55), mais exata- mente a tradução para o inglês dos capítulos do Livro 49, que dão a ver- são do próprio Oviedo sobre a expedição de Pizarro e sobre a descida do rio por Orellana, e do Livro 50, capítulo XXIV, com a narrativa completa de frei Carvajal. A versão inglesa da obra de Medina (1894), acrescida desse Apêndice — por si só uma preciosidade, pois o prefácio de Heaton é, também, uma interes- sante e proveitosa lição de crítica his- tórica — fazem com que a edição da American Geographical Society tenha um valor inestimável, principalmente porque permite — mesmo com res- tricções — a comparação das versões de Carvajal em Oviedo e em Medina (desde que não se tenha acesso às obras em língua espanhola), e da in- terpretação de cada um desses histo- riadores. Para que mais valiosa se tornasse esta edição norte-americana, à página 48 insere-se um mapa, na escala de 1/22500 (milhas), do iti- nerário de Orellana nos rios Coca, Napo, Amazonas e, no mar, até Cubágua, com todos os pontos im- portantes assinalados e na maior parte nominados e datados. Em encarte, na escala de 1/3.000.000 (milhas), a inteira rota da expedição à Canela, feita por Pizzarro, incluindo o iti- nerário de regresso a Quito. Esses ma-

pas foram elaborados com base nas versões de Carvajal e na consulta a documentos contemporâneos ao feito, esclareceu o Editor. Lamentavelmente, a edição da AGS foi de distribuição restrita e de difícil obtenção; todavia, em 1988, foi feita uma edição comercial, pela Dover Publications Inc., New York, integral, que veio facilitar sua consulta.

A Companhia Editora Nacional publicou, em 1941, a crônica de Frei Gaspar de Carvajal. Independentemente do fato, já em si pouco animador, de terem sido reunidas a ela duas outras, relacionadas com a expedição de Pedro Teixeira, ocorrida quase um século depois,¹⁷ não devemos esconder que essa edição não faz jus a qualquer louvor. Realizada sem o menor senso crítico-histórico, com um prefácio pobre, uma tradução cañhestra que, às vezes até conduz a estranhas interpretações, somente por algumas notas de pé de página pode-se deduzir que o original sobre o qual foi feita a tradução, é a versão publicada por Medina — sem ficar esclarecido se do espanhol ou do inglês. Fica, porém, evidenciado que o tradutor não estava preparado para fazê-la. Um dos exemplos, também logo constatado por Ypiranga Monteiro (1977-I-109), é o da tradução do espanhol “monte”, pelo português homônimo “monte”, e não corretamente por “selva”, “mata”; pode-se bem imaginar a que confusões tal erro poderá conduzir o leitor incauto.

Descuidos são vários: “desarmados, com uma espada na mão” (1941, 40), quando diz o original: “sem armadura, com a espada na mão”; “um povoado que estava no meio de um arroio” (1941, 58), por “um povoado que estava em uma curva”; “havia, pela linha dágua, aqui e ali”, por “havia na margem do rio, aqui e ali” (1941, 59); esteiro, por estuário (1941, 75). Um dos mais sérios equívocos, que o leitor não decifrará sem recorrer a Medina ou a AGS, está na página 70 da edição que estamos acompanhando, onde se diz que Orellana mandou “pôr umas varandas nos bergantins, à maneira de fossos para defendê-los das flechas...”; tratava-se, no entanto, de guarnecer as amuradas dos barcos com escudos, para proteger seus ocupantes das flechas possivelmente envenenadas pelos selvagens.

O historiador amazonense Ypiranga Monteiro (1977-I-106), que não desculpa nada à tradução de Mello Leitão, só não tem razão quando o acusa de traduzir “gatomonos” por “gatos e monos” (Carvajal, 1941, 30), pois o equívoco não é, desta vez, do brasileiro. A versão de Medina (1894, 21) é: “...y otros pescados, y perdices y gatos y monos asados”; a versão de Oviedo (Liv 50, Cap 21, 549) é: “...otros muchos pescados y algunas perdices y monos asados”. Gatomonos, informa o escritor amazonense, é o nosso irrequieto quati (1977-I-106).¹⁸

A Amazônia Bibliografia, 1614/1962, editada no Rio de Janeiro, em 1963, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, consigna como sendo de autoria única de Frei Gaspar de Carvajal, sem menção de organizadores, editores, etc., as seguintes edições: a de Medina, 1894 (itens 6252 e

7446), a da American Geographical Society, 1934 (itens 6253 e 7446), e a da Companhia Editora Nacional, 1941 (itens 6251 e 7449). Singularmente, é apontada como sendo de autoria de José Toribio Medina, não sua obra original, chilena, de 1894, mas a versão em inglês, da mencionada sociedade geográfica norte-americana, de 1934 (item 7548).

NOTAS

1. Ver Bibliografia. A autoria de Alonso do Rojas, aceita por Leitão (1941), foi apenas sugerida por Jiménez de la Espada (1899 — 64/69), mas ainda é bastante discutida.
2. Os números variam conforme o autor que tratou do assunto.
3. "...e como naquele tempo ele era poderoso e influente no Peru, pelo fato de que seu irmão era o marquês D. Francisco Pizarro, colonizador e descobridor desta terra, seguiram-no nesta empresa um grande número do que existia de nobre e preeminentes na população do domínio..." (Ortiguera, in AGS, 313).
4. Há divergências também quanto a este número, que alguns cronistas elevam até a 62. Quanto a indígenas, existem indícios de que também teriam seguido junto com Orellana, como remadores.
5. Ilha do Mar das Antilhas, logo ao sul da ilha Margarita. Também era conhecida pelo nome de Ilha das Pérolas. Atualmente, é território venezuelano.
6. "...onde foram também carregadas algumas peças de roupa e de cama, pertencentes à força expedicionária, assim como alguns doentes, e convém esclarecer que eu era um dos doentes. E como eu estava incapacitado de andar a pé ou a cavalo, fui embarcado no bote...". Este período consta da versão do relato do frade, transcrita por Oviedo (1855, Liv 50, Cap 24, 542). Na versão publicada por Medina (1894, 7), o cronista não explica por que embarcou.
7. Orellana deu ao segundo bergantim o nome de Victoria. Oviedo está aludindo à viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, quando a nau desse nome foi a única a completá-la. Teria Orellana uma segunda intenção ao dar o mesmo nome a uma de suas embarcações, já que estava firmada a idéia de alcançar o mar? Ou apenas coincidência?
8. Existe na biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, um exemplar da obra de Ramusio, em excelente estado de conservação. Uma cópia da carta de Oviedo e do "Somário...", foi-me conseguida pelo saudoso professor Artur Napoleão Figueiredo, pesquisador emérito daquele Museu. É de se anotar o erro contido no fecho da carta, onde está escrito Fernando, em lugar de Fernando.
9. A nota ao pé da página não esclarece se é o próprio Pinelo-Barcia quem se engana, ou se é a tradução da carta para o espanhol, feita por Gabriel de Cardenas, mencionada no texto por Medina, que insiste em tratá-la de "resumo". Essa tradução está guardada na biblioteca de Barcia, daí a dúvida.
10. "Conversei, nesta cidade de Santo Domingo, com o Capitão Francisco de Orellana; ele chegou aqui em uma segunda-feira, 22 de novembro de 1542, e com ele o Comendado. Cristóbal Manrique, um natural da cidade de Cáceres, e Cristóbal de Cáceres, natural da cidade de Torrejón de Velasco, e Alonso Gu-

tierrez, de Badajoz, e Hermán Gutierrez de Célis, natural de Montaña, e de fato da aldeia chamada Célis. E falei com outros fidalgos e plebeus que tomaram parte naquela descoberta sob o comando do dito Capitão Francisco de Orellana, natural da cidade de Trujillo" (Oviedo, 1851/55 573).

11. Diz Oviedo, na mesma página acima citada: "... e eu quis ver aquele religioso frei Gaspar de Carvajal, da Ordem dos Pregadores, que escreveu esta relação; e estes cavalheiros fidalgos disseram-me que havia ficado a descansar na ilha de Margarita; e digo que folgaria muito de vê-lo e conhecê-lo; porque parece-me que é digno de escrever cousas da Índia, e que deve ser acreditado em virtude daqueles dois flechaços, dos quais um lhe tirou ou destruiu um olho..."

Oviedo menciona, ainda, a simplicidade, o prestígio pessoal e outras qualidades do frade cronista. Não diz, porém, como conseguiu a cópia em questão.

12. Em Ramusio, abrange as fls. 45 a 74 do citado volume.

13. A dissemelhança entre os dois manuscritos — o transscrito por Oviedo e o cedido a Medina pelo duque De Tilly, explica por que o estudioso chileno declarou, na folha de rosto de seu livro, ser o descobrimento "según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal".

14. AGS, 1934. Prefácio do Editor, fl X. Foi possivelmente por esse motivo que a Encyclopédia Barsa, editada pela Encyclopédia Britânica Ltda. do Rio de Janeiro, em seu verbete "Medina, José Toribio", enumerou oito obras suas que considerou mais dignas de atenção, entre qua-

trocentas outras, e não citou o "Descubrimiento...", talvez o mais admirável de seus trabalhos.

15. José Toribio Medina faleceu em 2 de dezembro de 1939.

16. O termo "Editor", dado a H.C Heaton, deve ser entendido na acepção inglesa, na qual possui o sentido de pessoa encarregada de organizar, isto é, selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra, e às vezes, prefaciá-la e anotá-la os textos de um ou mais autores. (CF. Emanuel Araujo, "A Construção do Livro", 1983). Entre nós, o editor é o feitor material da obra e muitas vezes o comerciante que a distribui e vende.

17. "Descobrimentos do Rio das Amazonas", compreendendo no mesmo volume a "Relação que escreveu Frei Carvajal", "Descobrimento do Rio das Amazonas e suas Dilatadas Províncias", atribuído a Alonso de Rojas S.J., e "Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas", de Cristóbal de Acuña S.J. Tradução e notas de Cândido de Mello Leitão.

18. Oviedo, em seu "Sommario della Naturalé et Gerale História dell' Indie Occidentali", in Ramusio (1556-III-57v), refere-se, na versão italiana, a "gattomammon" que, literalmente, e em italiano moderno seria "bicho-papão", mas, em sua descrição, poderia ser uma espécie de macaco, "alguns tão pequenos como a mão de um homem, e menores, e outros grandes como um cão mastim médio". O anotador da recente edição do "Sumário...", Manuel Balles-teros, não tem dúvida em esclarecer que "gatos monilhos" são os nossos conhecidos micos.

BIBLIOGRAFIA

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY — 1934 — Special Publication n.º 17 — *The Discovery of the Amazon* — According to the account of friar Gaspar de Carvajal and other documents — As published with an Introduction — By José Toribio Medina — New York.

ANÔNIMO — 1941 — *Descobrimento do Rio das Amazonas e sua dilatadas províncias* — in Leitão, 1941 — 81/124. Atribuído por este, a Alonso de Rojas.

CARVAJAL, GASPAR DE — 1851/55 — in Oviedo, Liv 50 - Cap 24 — 541/573; 1894 — in Medina; 1941 — in Leitão.

LEITÃO, CANDIDO DE MELLO — 1941 —
Descobrimento do Rio das Amazonas — Companhia Editora Nacional — São Paulo — "Relação que escreveu Fr Gaspar de Carvajal: Descobrimento do Rio de Orellana" 11/79.

MEDINA, JOSÉ TORIBIO — 1894 —
Descubrimiento del Rio de las Amazonas, según la relación hasta ahora inédita de Fr Gaspar de Carvajal — Imprenta de E. Rasco — Sevilha; 1934 — Idem — in American Geographical Society — 167/242.

OVIEDO, GONZALO FERNANDEZ DE (...)

Y VALDEZ — 1561 —
Carta ao cardeal Bembo — in Ramusio, 415/417; 1851/55 — Historia General y Natural de las Índias y Tierra Firme del Mar Océano — Real Academia de História — Madrid.

RAMUSIO, GIOVANNI BATTISTA — 1561 —
Delle Navigatione et Viaggi — Terzo Volume Venetia.

YPIRANGA MONTEIRO — 1977 —
História da Cultura Amazônica — 1º Vol. — Ed. governo do Estado do Amazonas — Manaus.



Cel Ref Inf JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA. Nascido em Santiago do Boqueirão (RS) e radicado em Belém (PA). Cursos: CMPA, EMR, EsAO, EsCEME, Planejamento da FGV e Avaliação de Projetos da UFPa. Membro efetivo do Instituto Histórico do Pará. Fascinado pelo norte brasileiro, e principalmente pelo seu interior, tem, por isso, cinquenta anos de vivência amazônica, voltados para seus problemas históricos e geográficos.



AS RAÍZES DO PODER

Osmar José de Barros Ribeiro

Neste artigo, o autor defende que as "raízes do poder", em nossos dias, estão na capacitação científica e tecnológica das sociedades e nações.

Em função disso, examina a realidade brasileira, em face de sua evolução histórica, das características do território e instituições nacionais, e dos fatores externos que a condicionam.

INTRODUÇÃO

Todo e qualquer Estado busca, ao longo do tempo, como meta dos sucessivos governos, crescer, desenvolver-se, tornar-se rico e forte, já que a riqueza é necessária à obtenção do poder e este, por seu turno, indispensável à proteção daquela, ou mesmo, em certos casos, à sua conquista.

Por outro lado, a busca da riqueza e do poder foram, e continuam sendo, as molas do progresso alcançado pelas nações, desde os tempos mais remotos.

A esse respeito, em seu livro "Ascensão e Queda das Grandes Potências", Paul Kennedy assinala, quanto à segunda metade do século XIX: "...alguns dos conflitos mais importantes dessa época — a Guerra da Cri-

méia até certo ponto, e mais especialmente a Guerra Civil Americana e a Guerra Franco-Prussiana — estavam impondo a derrota às sociedades que não tinham modernizado seus sistemas militares, e às quais faltava a infra-estrutura industrial de ampla base para sustentar os enormes exércitos e as armas mais caras e complicadas que estavam agora transformando a natureza da guerra".

Como a afirmar a veracidade dessa assertiva, assinale-se que a mesma, *mutatis-mutandi*, foi cabalmente demonstrada na recente Guerra do Golfo Pérsico, na qual um país do Terceiro Mundo, o Iraque, foi virtualmente esmagado, sem reação digna de nota, pelo poderio e pela riqueza do adversário. Esse poderio e essa riqueza propiciaram o deslocamento de enormes efetivos em prazo muito

curto, a transferência de volumosa cópia de material bélico e, mais que tudo, a possibilidade do emprego de armas e outros artefatos de alto requinte tecnológico e, por razões óbvias, de elevadíssimo preço.

Nos dias que correm, marcados por acentuadas e profundas transformações políticas, econômicas e sociais, há que se atentar para a ainda não mensurada influência exercida pela Ciência e Tecnologia nos destinos das nações. Hoje, na verdade, a riqueza e o poder estão com aqueles Estados capazes de dominar os diferentes ramos da Ciência e de desenvolver a consequente Tecnologia. Por mais melancólica e desanimadora que possa parecer a assertiva, não deve haver qualquer dúvida quanto ao fato de a humanidade caminhar aceleradamente para um futuro no qual, a exemplo do passado, haverá uns quantos Estados líderes, ditando as normas a serem, de uma ou outra forma, seguidas pelos demais, pela simples razão de disporem da riqueza e da força proporcionadas pelo amplo domínio da Ciência e da Tecnologia.

Algumas idéias, talvez nem as mais novas nem as melhores, são expostas ao longo deste trabalho. Se, de alguma forma, contribuírem para a solução ou o encaminhamento de um problema a ser resolvido no mais curto prazo, terá cumprido sua finalidade. Temos todos, povo e governantes, sem tergiversação, que estar cientes de que o poder é a viga-mestra que sustenta o arcabouço do Estado, seja ele ditatorial ou democrático.

GENERALIDADES SOBRE O PODER

As origens do poder confundem-se com as origens do homem. De fato, ao longo dos milênios, desde as mais remotas civilizações conhecidas, os grupos humanos buscaram impor sua vontade e seu poder aos demais. Assim, desde o princípio, à medida em que as civilizações se sucediam, o mundo assistiu ao surgimento de vencidos e vencedores, de escravos e senhores, de dominados e dominadores, de colonizados e colonizadores. Essa dicotomia, nos dias que correm, bem poderia ser estabelecida entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, entre aqueles que detêm a capacidade de pesquisar e desenvolver novas técnicas, novos materiais, e a grande maioria de meros consumidores de progresso tecnológico, quando muito.

De qualquer sorte, constata-se ser o "poder" um conceito fundamental nas relações sociais pois, em torno dele, gravitam tanto os interesses, quanto as ações humanas. Se o senso comum dá ao poder uma conotação de força, de capacidade, de possibilidade e de influência, o mesmo poderá ser constatado nos conceitos que se seguem, da autoria de grandes estudiosos, nos quais será verificado o relacionamento do poder com tal entendimento, e mais, de ser o poder decorrente do exercício da vontade, tanto para dominar, para impor, quanto para influenciar comportamentos, crenças e convicções:

- "Poder é a produção de efeitos

desejados" (Bertrand Russel);

- "Poder é a possibilidade de alguém impor sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas" (Max Weber);

- "Poder é a capacidade de tomar e pôr em prática decisões, mesmo com a resistência de outros" (Wright Mills);

- "Poder é o homem ou, antes, a minoria que decide em nome da coletividade ou que toma decisões de molde a influir sobre a coletividade" (Raymond Aron);

- "Poder é a força de que se dispõe, com o auxílio da qual se pode obrigar outrem a ouvir ou a obedecer" (Jacques Maritain).

Quanto à utilização do poder, nada melhor que as palavras do General Meira Mattos, em seu livro "A Geopolítica e as Projeções do Poder" (Biblioteca do Exército Editora — Rio de Janeiro — 1977):

"Impõe-se que o uso do poder esteja constantemente sujeito a critérios morais. Mas, esperar que o Mundo possa existir sem coerção e criticar o homem que aspira ao poder, será querer fugir à realidade para entrar no mundo das fantasias. O homem cria a sociedade mediante a colaboração, a adaptação e o conflito; essas são as partes essenciais e integrais da vida social."

Ao anteriormente afirmado, deve ser acrescentado que a vontade é imprescindível elemento do poder. Sem ela, ele não existe. Mas há que se levar em conta a capacidade de dar seguimentos à vontade, de torná-la real e efetiva. Assim, a vontade e a ca-

pacidade de instrumentá-la dão, nos dias de hoje, a medida do poder, tanto individual quanto socialmente.

O PODER NACIONAL E SUAS EXPRESSÕES

O conhecido dicionário de Aurélio Buarque de Holanda registra 27 significados e 23 manifestações distintas de "poder". Trata-se, no caso deste trabalho, de um mero exercício de dilettantismo, posto não haver, obviamente, necessidade de examiná-los a todos, para chegar-se ao entendimento do que aqui é proposto. O que importa salientar é que são em número de três as acepções a serem desenvolvidas.

A primeira acepção diz respeito à capacidade natural de agir; a segunda, é a faculdade legal ou moral, ou ainda o direito de fazer ou deixar de fazer uma determinada coisa; a terceira acepção designa concretamente a autoridade, nela entendida o conjunto de órgãos voltados para o exercício do poder.

Linhas acima, concluiu-se que a vontade é imprescindível ao poder e que, sem ela, ele inexiste. Porém não basta a vontade para alcançar-se um determinado intento. É necessário que a ela sejam adicionadas a capacidade e a possibilidade de torná-lo real.

Quando abandonando o indivíduo, pensa-se no grupo, na coletividade, dá-se a concentração da vontade coletiva na da elite dirigente a qual, possuidora de autoridade para tanto, potencializa a vontade coletiva para,

desta forma, buscar dar consecução às aspirações do grupo.

Em termos de Nação, o poder vem a ser a síntese de vontades que, utilizando os meios disponíveis, buscam assegurar-lhe a sobrevivência e o desenvolvimento. Quando a Nação organiza-se em Estado, "escolhe uma forma de aglutinar e expressar seu poder nacional — eis por que o Estado é a Nação politicamente organizada" (Escola Superior de Guerra — ESG, Manual Básico, 1989).

Ainda no Manual Básico da ESG encontra-se a conceituação de poder nacional, entendido como sendo:

"...o conjunto dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os objetivos nacionais."

Desse conceito, é lícito considerar que o poder não é um fim em si mesmo e, sim, instrumento do qual dispõe a Nação, por intermédio dos seus representantes legítimos, para produzir efeitos no ambiente social, de forma a conquistar e manter os seus objetivos, tanto interna quanto externamente.

Outrossim, nunca é demais assinalar que, embora o poder seja uno e indivisível, manifesta-se de determinada maneira em cada uma das áreas de atividade humana. Aqui vale ressaltar, conforme faz o próprio Manual Básico da ESG, as seguintes palavras de Bertrand Russel: "Tentar isolar qualquer uma das formas de poder — e, de modo especial a forma econômica — tem sido, e ainda o é, uma fonte de erros de grande im-

portância prática." O que se admite, não obstante a já assinalada unicidade do poder, é que possa haver — conforme efetivamente há — em determinadas circunstâncias, a eventual prevalência de uma das expressões sobre as demais, num dado momento.

Uma outra conclusão a tirar do conceito de poder nacional é a de que, mais que a soma de recursos materiais, ele é a integração destes com os valores morais e espirituais que cimentam a coesão nacional, formando um todo que dá vigor à nacionalidade.

A ESG, no estudo do poder nacional, nele distingue quatro expressões a saber: a política, a econômica, a psicossocial e a militar, com vistas a facilitar o trabalho de sua avaliação e, de forma consequente, a sua aplicação racional dentro de um processo de planejamento.

Outros Institutos do mesmo nível consideram ainda a expressão técnico-científica, a qual ESG integra nas expressões política e militar.

Parece, salvo melhor juízo, que o crescente e incessante desenvolvimento tecnológico aconselha que seu estudo seja realizado de forma singular, mesmo porque sua influência se faz sentir, nos dias de hoje, em todos os níveis e áreas do poder.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

Introduzindo, a cada instante, modificações não só na sociedade como

também no meio ambiente, a Ciência e Tecnologia (C&T) vem acelerando as mudanças na forma de viver tanto do indivíduo quanto da coletividade. Tais mudanças terminaram por alterar a noção que o homem tem de si e da sociedade, dando origem a novas e maiores oportunidades de realização pessoal e principalmente gerando, em maior ou menor grau, crescente participação de todos na vida nacional.

Na Expressão Política, graças aos meios de comunicação de massa, constata-se uma crescente participação popular na discussão dos problemas locais, nacionais e internacionais. Hoje, embora muitas vezes de forma distorcida, o homem comum tem conhecimento de problemas que transcendem de muito os estreitos interesses paroquiais do passado, discutindo e opinando sobre eles.

Na Expressão Econômica, cada vez maiores contingentes vão se dando conta de que a verdadeira independência de um país, qualquer que seja ele, passa antes pela capacidade de gerar tecnologias que pela própria independência política; cumpre ressaltar, além do mais, ser a C&T que salienta a importância da educação na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos capazes de, a seu turno, darem forma à economia do futuro.

Na Expressão Psicossocial, verifica-se, a par de valorização da pessoa humana, alterações de hábitos, costumes e padrões de comportamento, em particular nos grandes cen-

etros, fruto da já citada expansão dos meios de comunicação de massa, sendo de assinalar a influência da televisão nos dias de hoje.

A Expressão Militar talvez seja aquela na qual se faz sentir o impacto da C&T, haja vista a sua importância na segurança das nações. Satélites com as mais distintas finalidades, radares, computadores, aeronaves, armas "inteligentes", enfim toda uma parafernalia tecnológica altamente sofisticada, obrigam as Forças Armadas a um crescente aprimoramento profissional dos seus quadros, como forma de terem condições de bem utilizar as armas e os equipamentos possíveis à sua disposição.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Em nosso País, malgrado o generalizado reconhecimento da importância da C&T no desenvolvimento nacional, muito pouca coisa tem sido realizada em prol de conquistas que sejam realmente nossas, voltadas para os nossos problemas e que visem atender às reais e efetivas necessidades nacionais.

Muitas e diversificadas são as razões para isso. Listá-las todas seria não só extremamente fastidioso como correr-se-ia o risco de esquecer alguma. De qualquer sorte, dentro do entendimento que temos do problema, as principais são as seguintes:

• Evolução histórica

A evolução histórica brasileira foi sempre marcada, desde seus primórdios, por um baixíssimo índice de participação popular. Era assim no período colonial, quando a metrópole não se interessava, por razões óbvias, pela adoção de técnicas, métodos e processos que pudessem levar a colônia a fazer-lhe sombra, fosse qual fosse a expressão do poder considerada. As elites viviam sonhos bacharelescos em Portugal e outros países da Europa, enquanto o grosso da população, disperso e desorganizado, vegetava na mais crua ignorância.

Após a Independência e durante o Império, a herança havida do Período Colonial fez valer as práticas deixadas pelo mesmo. A educação, este grande fator de transformação social, arrastou-se de forma tímida ao longo dos tempos, sempre sem objetividade maior.

Só recentemente, ainda assim com altos e baixos, buscou-se dar-lhe a merecida e incontestável importância.

Destarte, ao longo da nossa História, marginalizada uma parcela significativa da população, cabia às nossas elites o papel de buscar objetivos maiores para o País. Tais elites, contudo, motivadas por interesses muitas vezes subalternos e conflitantes, além de originados de distintos extratos sócio-econômicos, não se mostraram, e nem se mostram ainda — esta a dura e cruel verdade — à altura dos seus destinos.

• Dimensão territorial

Já se disse que não existe apenas um Brasil. Existiram, segundo abalizadas opiniões, da ordem de cinco “Brasis”:

— o Sul, englobando São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

— o Leste, compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais;

— o Nordeste, com os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão;

— o Norte, abrangendo o Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia;

— o Centro-oeste, abarcando Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

Deve ser considerado que, além das disparidades sócio-econômicas entre os Estados, existem, em grau bem mais acentuado, estas mesmas disparidades entre os “Brasis” acima referidos. Entende-se, salvo melhor juízo, haver um grande erro em legislar para o País como um todo, como se fossem uniformes as diferentes áreas, sem levar em conta as diferenças fisiográficas, de desenvolvimento econômico e, principalmente, educacionais.

• Instituições

Historicamente, nossas instituições têm sido marcadas pelo centralismo, pelo cartorialismo, pelo paternalismo

e pelo autoritarismo. Aqui, mais uma vez, toma-se o todo pelas partes que o constituem, olhando-se a floresta mas não se vendo as árvores que a formam. Se na Região Sul, por exemplo, presume-se que a proibição da caça às espécies em extinção é conhecida por todos e deve ser coibida com vigor conforme preceitua a Constituição, na Região Nordeste a mesma proibição poderá comprometer, nas áreas assoladas pela seca, a sobrevivência de uma família. E, aqui, se pergunta: é justa, embora legal, a prisão inafiançável de um homem que caça para matar a fome de seus filhos?

• Fatores externos

O Brasil, que iniciou a sua vida independente escorado em empréstimos externos, ainda hoje mantém-se preso a eles. Com uma população majoritariamente pobre, vivendo muitas vezes na fronteira da mera subsistência, nosso povo não tem condições de amealhar aquela economia interna capaz de substituir os empréstimos estrangeiros. Por outro lado, sem níveis mínimos de educação, esta mesma gente termina por tornar-se um mercado para tecnologias ultrapassadas, pagando por elas *royalties* elevados.

CONCLUSÃO

Em temas controversos, as soluções poderão ser as mais diversas. Assim, para apresentar uma das possíveis formas de resolver um dado

problema, há necessidade de algumas explicações.

Herdeiros de Portugal, temos o mau vezo do bacharelismo estéril, a propensão de sonharmos com a liberdade sem nós dispormos a lutar por ela.

Somente a partir de tempos mais recentes, de forma lenta e sujeita a inúmeros contratempos, vamos nos convencendo de que, para uma sociedade que pretende modernizar-se, não basta a liberdade política, muitas vezes simples ficção, mas sim que a ela deve somar-se o desenvolvimento o qual, para ser efetivo, deve, no dizer do Papa Paulo VI, "ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo".

Na raiz de toda e qualquer solução que venha a ser adotada, estará sempre a educação, disseminando conhecimentos. E o progresso do conhecimento far-se-á através da pesquisa básica, da aplicação da pesquisa na produção de tecnologia capazes de valorizar os recursos nacionais, a começar pelo homem, o maior e o mais importante de todos eles.

Claro está, não iremos reinventar a roda. Não obstante, podemos e devemos, por exemplo, sem meio-termo, exigir das indústrias que vêm instalar-se em nosso País o acesso às tecnologias de ponta e, sobretudo, que sejam adotadas tecnologias que venhamos a criar, sendo pago por elas o justo valor. No campo da indústria automobilística, por exemplo, não se justifica a adoção de motores há muito deixados de produzir nas matrizes e

que utilizam apenas o petróleo para o seu funcionamento. Por que não exigir a adoção de motores multicom-
bustíveis?

Na verdade, apenas a educação permitirá o aumento da participação da sociedade nos negócios nacionais, pela via do progresso cultural e tecnológico. Por seu turno, esta maior participação resultará no aumento da especialização e em novas oportunidades de educação.

É preciso que enviemos nossos me-

lhores alunos para o exterior, mas, tão ou mais importante, é que possamos atrair professores estrangeiros, de reconhecido saber e competência, para difundir seus conhecimentos entre o maior número possível de estudantes.

É necessário que lancemos, no solo brasileiro, as "Raízes do Poder" para que, em um prazo da ordem de dez anos, possamos aspirar, não só à independência política, mas, também, à independência científico-tecnológica.

OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Aspirante a Oficial em 15 Fev 55 (Turma Aspirante Mega); Cursos: AMAN; EsIE (G. Química, 1958); EsAO (1964); ECEME (1969); EsNI (Curso "A", 1974); CAEPE (ESG, 1988). Principais funções: Instrutor do NPOR/3º RI (1957/58); Aux. de Instrutor do Curso Inf/AMAN (1960/61); Cmt 2º Cia Fzo/I Btl/RESI (S. Domingos, Nov 65/Mai 66); Ch 2º Sec Bda Pqdt (1970); Instrutor-Chefe do Curso Básico/AMAN (1971/1973).

CONCLUSÃO



PARA QUE O EXÉRCITO CONSTRÓI?

Jorge Luiz Abreu do Ó de Almeida

Complemento à matéria publicada no nº 731/87 de *A Defesa Nacional*.

Defende o emprego da Engenharia Militar em obras de construções civis, em tempo de paz.

Esta e muitas outras perguntas têm sido formuladas a respeito da Engenharia Militar. Sem pretensão de respondê-las, é possível acrescentar-se algo àquilo que muitos já disseram antes e ao que outros já sabem.

Em 1774, o Tenente Coronel Antonio Joaquim de Oliveira iniciou a formação de "oficiais com aptidão para o exercício de engenheiros", necessários às obras de fortificação. Desde então, os engenheiros militares vêm sendo formados e continuam realizando as mais diversas construções. Assim, iniciada, a atividade de Engenharia no Exército não mais parou, e hoje se materializa com obras de engenharia civil, com o mapeamento do território nacional, com o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento de materiais etc., além do cum-

primento normal das missões de Arma do Combate.

Mas, afinal, para que o Exército constrói?

Basicamente, para se adestrar e, de certa forma, cooperar com o desenvolvimento da comunidade nacional.

Por que se adestrar?

Porque um Exército pode passar um século sem entrar em nenhuma guerra... mas, não deve passar um segundo sequer, sem estar adestrado e preparado para qualquer delas.

E como é feito esse adestramento?

As Armas Combatentes — Infan-

taria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia — e os Apoios — em Comunicações, Material Bélico e Intendência — se adestram inicialmente de forma isolada, para depois, se entrosarem com treinamentos em conjunto.

Quanto custa esse adestramento?

Tudo isto custa muito! O treinamento da guarnição de um carro de combate ou de um obuseiro, a tripulação de um helicóptero etc., embora sob a mais rigorosa contenção de despesas, significa um gasto ponderável... mas necessário e imprescindível, mesmo utilizando-se os modernos processos de adestramento, como o emprego de miniaturas e modelos, treinamentos simbólicos e simuladores.

E o que aconteceu com a Engenharia?

Para viabilizar seu adestramento, conseguiu lavrar convênios com vários setores do governo, particularmente no escalão federal, através dos quais, foram alocados recursos financeiros, materiais e humanos, para atender à necessidades de construção bem definidas. Com isso, a Engenharia Militar pode realizar diversas obras viárias, construções de quartéis e de habitações, obras contra a seca, de saneamento e de irrigação, mapeou o território nacional, implantou reservas florestais e indígenas, do mesmo modo como alocou e delimitou o atual Distrito Federal.

Com essas atividades, grande parte

dos recursos necessários ao seu adestramento foi alocado por outros órgãos governamentais, especificamente para suas obras, minimizando os custos para o Ministério do Exército dos da incorporação do conscrito e da formação básica do recruta de Engenharia.

E caso não houvesse esses convênios?

Imagine-se a não adoção dessa solução. Uma Unidade da Arma de Engenharia, para completar o seu treinamento técnico, iria a algum campo de instrução, com seus próprios equipamentos para implantar um trecho de estrada, com pontilhões e bueiros, para depois serem abandonados ou, então, para neles treinar as técnicas de demolição. Na semana seguinte, seria uma ponte e depois sua destruição. E de que outra forma se poderia adestrar uma Arma que deve estar apta a “construir e por vezes destruir”?

Então, a solução adotada parece boa?

Sim. Pode-se concluir que a solução encontrada atende à superiores interesses do Exército — do adestramento de sua tropa — serve para propiciar uma razoável economia em termos de recursos financeiros, ajuda a comunidade nacional ao realizar obras duradouras a preços não comerciais e, o que alguns acham da maior importância, aproxima o Exército do povo brasileiro.

Será alvo proveniente do "jeitinho brasileiro"?

Não. Não fomos os primeiros a empregar as Unidades de Engenharia Militar em obras comunitárias. E nem é coisa de "subdesenvolvido", como dizem alguns desinformados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *Corps of Engineers* já realizou grandes obras, incluindo a construção do Capitólio e do monumento a George Washington, além de obras de canalização nos principais portos (Nova Iorque, Filadélfia, Nova Orleans etc.) e, a partir de 1970, todo o programa de expansão do serviço postal, desde pequenas agências locais até os grandes centros de recebimento e distribuição de correspondência.

E por que tanto falaram em sua desativação?

Isto é mais difícil de responder... e muito mais difícil aceitar. O fato é que esta solução — por ser vitoriosa — gera "insatisfações" naqueles que não acreditaram nela e/ou nos que têm certos interesses contrariados.

A fórmula adotada tem produzido excelentes resultados, materializados em obras de gabarito técnico de alto nível, por vezes, pioneiras — como o emprego de raio laser para locar os pilares da ponte Rio-Niterói. Ademais, são obras mais econômicas, por não estarem submetidas a uma possível ganância empresarial.

Não faz muito tempo, três prefeitos de Santa Catarina, cansados de esperar soluções, resolveram arcar

com o ônus de determinada obra rodoviária e acabaram optando por entregar a obra à Engenharia Militar — tão bem representada pelo seu batalhão pioneiro, o 1º Batalhão Ferroviário — porque, segundo suas declarações no "Jornal Nacional", o preço acertado fora 60% (sessenta por cento) mais econômico!

Outro exemplo: em setembro de 1984, ao final do Governo Figueiredo, foi inaugurada a pavimentação do trecho ligando Cuiabá a Porto Velho, das rodovias BR 070/174/364. Logo depois, em novembro ou dezembro, uma chuva muito forte (cerca de 170mm em pouco menos de 24 horas), arrebentou a rodovia e interrompeu o tráfego em vários lugares. Mas nenhum dano, repito, nenhum dano causou aos trechos construídos pela Engenharia Militar, que cumpriu com rigor, todos os requisitos estabelecidos nas normas técnicas correspondentes, produzindo um corpo estradal bem resistente e adequadamente drenado.

Mas essa sistemática não caracteriza uma intromissão do Estado onde a iniciativa particular é suficiente?

Por vezes, sim, pode caracterizar uma intromissão, mas há, em favor dessa solução, alguns pontos positivos:

- em muitos casos, a engenharia militar de construção se fez presente onde a empresa civil não se mostrou interessada, seja pelo elevado sacrifício — veja-se a abertura da BR 163,

de Cuiabá para Santarém, varando a selva amazônica — seja mesmo pela necessidade do emprego de tecnologia de ponta, com custos impeditivos e nem sempre comerciais — como o raio laser;

- deve-se reconhecer que será oneroso para uma empresa civil manter um conjunto de equipamentos sofisticados para realizar um avançamento ferroviário de tempos em tempos; por isto, a Engenharia Militar mantém seus dois Batalhões Ferroviários, com larga experiência e com mutos equipamentos importados e outros desenvolvidos por eles mesmos. Mas, é razoável enfatizar que esses Batalhões possuem tais equipamentos porque, em caso de uma guerra, caberia a eles a manutenção, reparação e até mesmo a construção e operação de ferrovias, não só no nosso território mas, principalmente no do inimigo;

- a "intromissão" que é mais reclamada se configura quando há comparação entre os preços trabalhados pela Engenharia Militar com os das empreiteiras, quando os primeiros servem de "parâmetros". Todos sabem que os militares em serviço nessas Unidades de Construção permanecem pagos pelo Ministério do Exército percebendo da verba da obra um pequeno pro-labore, geralmente na faixa de 20% de seu soldo. Entretanto, fazendo incidir o valor integral atinente ao pagamento dos militares, é usual que os custos totais ainda fiquem bem abaixo dos praticados pela empreiteira menos gananciosa e melhor cumpridora das nor-

mas técnicas. Por isso é comum, em algumas licitações, serem apresentados os preços da Engenharia Militar como referenciais.

Então, pode-se concluir que existe uma certa rivalidade entre a Engenharia Militar e a Civil?

Sim, mas ela não existe no grau de importância que querem lhe dar. Pode-se afirmar que os verdadeiros Engenheiros Civis e Militares aqueles que vão ao terreno e lá deixam implantadas suas obras — seja uma via de transporte, com pontes, viadutos e pontilhões, seja um grandioso açude ou uma majestosa hidrelétrica — se entendem, se freqüentam e até se admiram. É comum um Engenheiro ceder ao outro uma peça, ou um equipamento ou até um especialista, ou mesmo ajudá-lo com o aporte de determinada técnica imprescindível para sanar um problema. Isso tudo ocorre com freqüência bem maior do que os "intrigantes" supõem.

Finalmente, deve-se concluir que esta sistemática é interessante para o Exército?

Sim, porque o Exército fica com uma de suas Armas bem adestrada, em boas condições operacionais e podendo ser empregada a qualquer momento em suas missões regulares. Também é para a Comunidade, pois que são realizadas obras com menor

AÇÕES COMPLEMENTARES REALIZADAS PELA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA

- 11.728 km de rodovia implantada, incluindo trechos através da floresta amazônica;
- 4.941 km de rodovia pavimentada, seja em concreto betuminoso usinado a quente, seja por tratamento asfáltico duplo ou triplo;
- 3.252 km de ferrovia construída, onde se destaca a ligação com a Capital Federal;
- 45.911 metros de pontes de concreto e viadutos, em rodovias ou ferrovias, incluindo um viaduto com 509m de extensão por 140m de altura;
- 52.097 metros de túneis para ferrovias, destacando-se um com 2.832m, que, na época, era o maior túnel da América do Sul;
- 867 poços artesianos tubulares;
- 39 açudes, inclusive alguns de grande porte;
- 13 campos de pouso, sendo muitos pavimentados;
- 18 quartéis e 5.112 casas para diversos órgãos.

E mais:

- restauração e remodelação de milhares de quilômetros de ferrovias;
- conservação e reparação de centenas de trechos rodoviários;
- melhoramentos, recapeamentos e restauração de vários aeródromos;
- pavimentação de ruas em cidades e também para várias Unidades Militares como AMAN, CIGE, B Av Ex, 23^a Bda Inf SI, 52^º BIS, 5^º B Esp Fron, 15^º B Log, 2^a Cia Gd, etc.;
- estações de tratamento de água de algumas cidades.

E ainda:

- locação do atual Distrito Federal, como também a delimitação de áreas indígenas e reservas florestais;
- locação dos pilares da ponte Rio—Niterói, utilizando-se, pela primeira vez no país, o raio laser;
- cerca de 35% de todas as cartas do território nacional;
- diversos projetos de colonização e outros de irrigação.

Finalmente:

- amparo aos flagelados da seca no Nordeste, com destaque para a grande seca no início dos anos 80, quando chegou a alistar mais de 615.000 flagelados, dando-lhes emprego, comida, e assistência médica e social.

FONTES: Relatórios e publicações da *DOC*, *Noticiário do Exército*, *O Seu Exército*, *O Verde-Oliva* e outros trabalhos.

custo, em elevado padrão técnico e rigorosamente dentro dos prazos. E para a Arma de Engenharia que participa, com algumas de suas Unidades, ativamente, para a consecução

de objetivos indicados pela Estratégia de Desenvolvimento do País.

Para concluir, apresenta-se, na página seguinte uma síntese das obras realizadas, até 31 Dez 89.



JORGE LUIZ ABREU DO Ó DE ALMEIDA — Coronel do Exército, da Arma de Engenharia (Aspirante-a-Oficial de 1956) e do Quadro de Estado-Maior das Armas (QEMS) — Turma de 1976. Estudou Gerenciamento Econômico-Industrial da Segurança Nacional do Industrial College Of The Armed Forces (Fort Mac Nair — EUA) e titulou-se analista de Sistema de Processamento Automático de Dados, pela Escola de Administração do Exército Norte-Americano (Fort Benjamin Harrison). Diplomado pela ESG — Escola Superior de Guerra (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia — 1986), freqüentou o Curso de Extensão de Comércio Exterior, do Instituto de Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (1987). Possui as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Militar (Grau de Oficial), Ordem do Mérito Mauá — Comenda da Cruz de Mauá, Ordem do Mérito de Mato Grosso, Medalha Militar (Ouro), e Medalha do Pacificador. Comandou, por três anos consecutivos, o 9º Batalhão de Engenharia de Construção (Cuiabá-MT). Atualmente é Chefe da Divisão de Assuntos de Mobilização da ESG.

HIDRELÉTRICA DE XINGÓ GERA ENERGIA EM 1994



A Usina Hidrelétrica de Xingó, em construção no rio São Francisco, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — Chesf, será inaugurada no segundo semestre de 1994. Informa o presidente da Empresa, engenheiro Marcos Lopes, anunciando, ainda, que as obras estão rigorosamente dentro do cronograma definido no início do Governo Collor.

Xingó vai produzir anualmente, na primeira etapa, com 3 mil megawatts instalados, 18,4 milhões de megawatts/hora, o que representa 25% do potencial hidrelétrico do Nordeste. Numa segunda fase serão instalados mais 2 mil megawatts. Mas, já com a conclusão da primeira etapa, estará garantido o abastecimento de energia elétrica ao Nordeste até o início do próximo século.

O reservatório da Hidrelétrica de Xingó ficará inteiramente encaixado no canyon e se estenderá da barragem até o canal de fuga da Usina de Paulo Afonso IV, numa extensão de 60 quilômetros, cobrindo áreas dos Estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Apenas um povoado — Canavieiras, na margem esquerda — com 12 famílias terá de ser relocado, sendo inundadas parcialmente cerca de 70 propriedades rurais, com pouca ou nenhuma atividade agropecuária.

Baixo Custo — O custo da energia a ser gerada na Hidrelétrica de Xingó será um dos mais baixos do País, em face de praticamente inexistirem relocações de populações e beneficiárias, e das condições topográficas locais que propiciam adequado arranjo das estrutu-

ras do aproveitamento hidrelétrico e seu custo-índice é de cerca de US 24,00 por megawatt/hora produzido.

O próximo ano será fundamental para que a Usina esteja gerando energia em 1994. O pique da obra ocorrerá em 1992, quando cerca de 9 mil homens estarão no canteiro de obras, e inclusive serão iniciados os trabalhos de montagem dos equipamentos eletro-mecânicos. O enchimento do reservatório somente acontecerá em 1994.

Sistema — No submédio São Francisco a Chesf opera hoje as Usinas de Sobradinho, com potência de 1.050 megawatts, de Apolônio Sales, com 440 megawatts, do Complexo de Paulo Afonso I, II, III e IV, com 3.984 megawatts e Luiz Gonzaga (Itaparica), com 1.500 megawatts, na sua primeira etapa.

A Usina de Sobradinho, com um reservatório de 34 bilhões de metros cúbicos, proporciona uma regularização plurianual do sistema, garantindo uma vazão mínima a jusante de 2.060 metros cúbicos por segundo. No baixo São Francisco, a jusante do Complexo de Paulo Afonso, o aproveitamento energético da queda disponível de 140 metros foi previsto através das Usinas de Xingó e de Pão de Açúcar.

Os estudos energéticos realizados pela Chesf mostraram que o conjunto Xingó — Pão de Açúcar apresenta disponibilidade de energia firme de 2.260 megawatts médios anuais e de energia de ponta garantida de 3.305 megawatts correspondentes à primeira etapa da construção.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Ministério da Infra-Estrutura
SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA

Eletrobrás





PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: “Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)” durante a II Guerra Mundial

Luiz de Alencar Araripe

Trata-se de um testemunho, narrado em linguagem simples e atraente, sobre episódio ligado à II Guerra Mundial ocorrido no Brasil e do qual pouco se ouviu falar.

Contém informações singelas mas úteis sobre Prisioneiros de Guerra, assunto pouco vivenciado na nossa literatura militar.

O APPEL (A REVISTA)

Achtung! Os comandos em Alemão — Atenção! Sentido! Olhar à Direita! — são dados pelo suboficial da Marinha de Guerra Alemã Rudolf Genkow, de 32 anos, Prisioneiro de Guerra do Brasil. 47

homens em forma, anuncia Genkow ao Aspirante-a-Oficial brasileiro, que passa a revista. O Aspirante conta os homens e acena para o Suboficial. São 48 homens, 13 suboficiais e 35 marinheiros. O suboficial comanda descansar. A ordem unida alemã é impecável.

12199
12199
12199

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)" durante a II Guerra Mundial

Um Prisioneiro de Guerra (PG) serve de intérprete precário para a transmissão de ordens e o recebimento de pedidos — nomes para a revista médica, consertos a fazer nas instalações, material necessário — tudo como nas revistas de todos os dias, de todos os quartéis do mundo.

Ao comando de "fora de forma", os homens espalham-se pelo alojamento. Alguns ficam em torno do oficial-de-dia, e ao grupo unem-se outros brasileiros — pessoal de serviço ou oficiais que moram no quartel. Surgem cigarros, quase sempre oferecidos pelos brasileiros, que o artigo entre os PG é escasso. Começa uma conversa, entrecortada por repetições. Os PG já estão há meses no Brasil, e falam alguma coisa de Português. Um pouco de Inglês, de Espanhol e gestos, muitos gestos permitem uma comunicação razoável. Os PG, com exceção de alguns suboficiais, estão na faixa dos 20 anos, o que contribui para aproximar-los de seus guardas. Além disso, há a curiosidade mútua, existente entre homens de condição e experiência tão diversa. Experiência de guerra aqueles marinheiros sem dúvida têm, pois sua pátria há quatro anos trava a maior de todas as guerras que a Terra vira.

Às dez horas, soa o toque de silêncio, finda mais um dia de cativeiro para os alemães, e começa mais uma noite de vigília para o pessoal de guarda.

A época da cena é a segunda metade do ano de 1943; o lugar, o quartel do I/8º RAM — o 1º Grupo

do 8º Regimento de Artilharia Montada (o 8º RAM, como era conhecido), em Pouso Alegre, no Sul do Estado de Minas Gerais.

A HISTÓRIA E A LENDA

Os pouso-alegrenses mais velhos lembram-se, vagamente, de que houve alemães presos no Regimento — hoje 14º GAC, 14º Grupo de Artilharia de Campanha. As lembranças confundem-se com as lendas e, à medida em que o tempo passa, estas vão substituindo aquelas. "Os prisioneiros eram de submarinos alemães", afirmam uns. "Um oficial alemão deu um concerto no cinema da cidade, tocando em garrafas vazias", diz outro. "Os alemães foram levados para alto-mar, num petroleiro dos Estados Unidos, para serem trocados por prisioneiros americanos", informa um outro mais.

Os arquivos do Regimento, em Pouso Alegre, consultados na década de 70 e, novamente, em 1990, produziram, apenas, uma lista dos PG e as datas de chegada e saída deles da Unidade (ver Anexos 1 e 2). Do Arquivo do Exército, a quem me dirigi, por volta de 1987, relatando o episódio de Pouso Alegre, nada obtive. Mas o Campo, nos 7 meses em que funcionou, foi inspecionado por oficial da IV Região e do Estado-Maior do Exército, pelo menos. Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores também visitaram o Campo. Trata-se, pois, de descobrir

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)" durante a II Guerra Mundial

seus relatórios. A Marinha, em 1990, proporcionou-me documentos com uma curta referência aos PG e à sua vinda para o Rio pelo Poconé.

Na Polícia Federal e na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, há ofícios, listas de nomes, cadastros e referências a uma fuga de prisioneiros de guerra de um quartel do Rio. A revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem sobre o Campo de Pouso Alegre, com fotografias do quartel e dos locais onde ficaram os prisioneiros. Respondendo a carta que lhe escrevi em 1975, a direção da revista informou não lhe ser possível precisar quando a reportagem foi publicada.

Aspirante-a-Oficial do 8º RAM, participei da recepção dos PG alemães, a 21 de setembro de 1943. Vinte e cinco dias depois, a 13 de outubro, eu saía de Pouso Alegre para Vitória, transferido para o 1º Grupo Independente de Artilharia, unidade que, dizia-se, participava da vigilância e defesa do litoral do Espírito Santo. Assim, minha permanência no "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre" foi muito curta.

A intensa curiosidade pela II Guerra Mundial, até hoje um de meus prediletos temas de leitura, além de minhas vinculações sentimentais com o Regimento, mantiveram-me o interesse pelo episódio de Pouso Alegre, como se verá neste artigo.

Não tenho inclinação para o trabalho metílico e persistente de pesquisa, e nem me animam veleidades

de escrever História. Pretendo, isto sim, contar fatos de que participei, contribuir para que outras fontes sobre a passagem dos PG alemães pelo Brasil sejam descobertas e, na melhor hipótese, dar aos historiadores algum material para obra que somente eles serão capazes de fazer.

1943: MARÉ VAZANTE PARA O EIXO

Em 1943, as potências do Eixo Roma—Berlim—Tóquio estavam na defensiva em todas as frentes de batalha. Os russos, aniquilado o VI Exército Alemão em Stalingrado, reconquistaram Smolensk, Kiev e Rostow. O rolo compressor soviético ia inexoravelmente empurrando os exércitos germânicos para Oeste.

Os americanos e ingleses haviam derrotado as forças de Rommel na África, conquistado a Sicília e desembarcado na Itália continental. Mussolini era deposto, o rei Vitor Emanuel capitulava e declarava guerra ao ex-aliado alemão. Os ataques aéreos anglo-americanos reduziam a escombros as cidades alemãs. Nos mares, os U-Boats refluíam para o Atlântico Norte, sofrendo perdas crescentes, em decorrência do fortalecimento e aperfeiçoamento da defesa antissubmarina dos Aliados. Hitler mandava sustar a construção de grandes navios de superfície e desmantelar os existentes, pois os que a Alemanha possuía estavam no fundo do mar, ou imobilizados em portos seguros,

PAP
ISBN 978-85-204-0922-2
versão digital

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)" durante a II Guerra Mundial

como plataformas de defesa antiaérea. O Almirante Raeder, por não se conformar com esse fato da vida, foi substituído pelo Comandante da Força Submarina Alemã, o Almirante Doenitz. Alguns, muito poucos, navios mercantes alemães, artilhados, parcialmente tripulados por marinheiros de guerra, ainda conseguiam iludir o bloqueio aliado. Içando bandeiras falsas, mudando de silhueta mediante a utilização de lona, madeira e pintura, manobrando e fugindo a toda a força quando identificados, esses navios terminavam sendo postos e pique, pela ação do inimigo, ou de suas próprias tripulações, para não caírem nas mãos dele. No Pacífico, os americanos dominavam as águas e prosseguiam na sangrenta luta para a reconquista das ilhas tomadas pelos japoneses.

Em setembro de 1943, já se passara um ano desde a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, em 22 de agosto de 1942. A Força Expedicionária Brasileira fora criada e, um ano depois, estaria na Itália. Os americanos, de Natal, operavam o Trampolim do Atlântico para a África. A 4.^a Esquadra dos EUA, com base em Recife e sob o comando do Almirante Ingram, juntamente com a Esquadra e a Força Aérea brasileiras patrulhavam o Atlântico Sul. O torpedeamento de navios brasileiros, que desencandeara a indignação popular, levando o Presidente Vargas à declaração de guerra, diminuía de intensidade: 23 navios em 1942; sete, em 1943.

Atacada por todos os lados, a Alemanha ainda era um adversário temido. Corriam histórias de submarinos alemães aportando a praias desertas do litoral brasileiro, em busca de água e alimentos; ou, então, de materiais estratégicos; ou, ainda, para desembarcar espiões. Havia, também, histórias engraçadas, embora de veracidade igualmente duvidosa. Como, por exemplo, a que teria ocorrido quando do desembarque da tropa mandada para guarnecer Fernando de Noronha, ao tempo sede de um presídio de má fama. Diz a história que um preso ligou para o comandante, que acabara de se instalar numa casa da ilha, intimando-o a render-se, em nome das forças alemãs ali estabelecidas. A correria foi grande, até que se descobriu não haver alemão algum em Fernando de Noronha.

O Exército, com os pobres meios de que dispunha à época, guarneceu alguns pontos do enorme litoral brasileiro, quase sempre com enorme desconforto e privações para seus homens. Para Porto Seguro, foi destacada a 2.^a Bateria da 8.^a RAM, sob o comando do Capitão Manoel Jales Pontes, uma singularíssima figura de oficial e líder, sobre a qual muito haveria que escrever. Com a 2.^a Bateria, seguiu o Aspirante Luiz Gonzaga de Andrade Serpa, irmão do bravo Tenente Alípio, naufrago do Baependi. Sem nenhuma escolta naval, o Baependi transportava para o Nordeste um grupo de artilharia, quando foi torpedeado. Alípio, narram sobreviventes do naufrágio, despiu o colete

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:

"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"

durante a II Guerra Mundial

salva-vidas, para dar a um soldado. Morreu afogado. Não sabia nadar. Nossa turma da Escola Militar, de 1943, tem o seu nome.

A GUERRA CHEGA A POUSO ALEGRE

A Pouso Alegre de 1943 pouco tinha a ver com a moderna cidade de hoje, de bonitas residências, centro universitário e industrial do Sul de Minas, ligada ao Rio, S. Paulo e Belo Horizonte por modernas estradas, e com mais de 50.000 habitantes. Era, então, uma encantadora e sonolenta cidadezinha, com uma avenida calçada, onde estavam a igreja, muito antiga e pobre, o cinema, o Clube e, numa ponta, a pequenina estação da Rede Mineira de Viação Sul. A estação ainda está lá, sem trens, sem trilhos, sem passageiros, mas em boa hora tombada, feita "Casa da Cultural Menotti del Pichia", em homenagem ao poeta paulista.

A viagem pela Rede se fazia em velhos e sacolejantes vagões de madeira, puxados por locomotivas dispnéicas, movidas a lenha. Eram doze horas de sofrimento, com baldeação da então Central do Brasil para a Rede, em Cruzeiro, quando as coisas pioravam assustadoramente. O resultado é que o viajante desembarcava moído, empoeirado, com a roupa queimada pelas fagulhas da locomotiva, arrenegando aquele trem saído das fitas do velho Oeste americano.

A Guerra chegou a Pouso Alegre

a 21 de setembro de 1943, desembarcando na estaçãozinha da Rede, por volta das sete horas da noite. Ela apareceu sob a forma de 48 PG alemães, escoltados, desde o Rio, por soldados teuto-brasileiros, do Exército.

O desconforto da longa viagem foi acrescido pelas condições em que a fizeram os prisioneiros. Eles ignoravam o destino do trem, e as venezianas levantadas e bloqueadas impediam qualquer visão para fora dos vagões. Estariam sendo levados para a selva, onde terminariam morrendo de febre ou de picada de cobras? Ou a viagem seria para local conveniente a um fuzilamento? Os guardas brasileiros, aparentando falar somente o Português, ouviram conversas dos prisioneiros, sobre suas preocupações, até que os alemães percebessem que estavam sendo compreendidos. Sentados durante toda a viagem, somente se levantando de um em um, para ir ao banheiro, eles guardaram má recordação daquelas horas em que seu cativeiro se fez ainda mais penoso.

Os PG desembarcaram do trem vestindo roupas civis, com uma e outra peça remanescente de uniforme da marinha alemã, e trazendo pacotes com mudas de roupa e raros objetos de uso pessoal. Cansados, empoeirados, desconfiados, faziam má figura. Eram fortes, alguns louros, de olhos azuis, mas em nada parecidos com a imagem de super-homens, ou de guerreiros altos, arrogantes, que o cinema divulgava. Entraram em forma rapidamente, en-

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

quadrados pela escolta vindos do Rio, reforçada por soldados do Regimento, e marcharam para o quartel. O povo juntou-se nas calçadas, para ver o espetáculo, bem mais emocionante que o das procissões ou dos desfiles do Regimento. As pessoas, em silêncio, curiosas, olhavam para aqueles homens terríveis de quem falava a propaganda aliada e, possivelmente, pensavam nos perigos que eles trariam para a sua pacata cidade. Nenhuma hostilidade, porém, mostraram os pouso-alegrenses em relação àqueles forasteiros.

Em menos de meia-hora, os PG chegaram ao quartel do Regimento e ao pavilhão que fora da 2.ª Bateria, onde ficariam confinados. Terminada a conferência e a revista feita pelos brasileiros, o PG mais antigo à época, o Suboficial Genkow, fez um rápido reconhecimento das instalações, e transmitiu ordens aos seus camaradas.

Os marinheiros, divididos em grupos, passaram a executar rapidamente e em silêncio as tarefas recebidas. Todo o alojamento fora cuidadosamente limpo pelos soldados brasileiros, mas, ainda assim, os alemães puseram-se a varrer e a esfregar, como se estivessem em seu navio. Afixado à porta de uma privada com defeito, li, num cartaz, uma das primeiras palavras em Alemão que aprendi: *Nicht benutzen!* (Não utilizar). Dividiram o espaço do alojamento, repartiram as camas entre os homens e colocaram os primeiros avisos. Genkow controlava tudo, olhando, perguntando, chamando a

atenção, sem aqueles gritos guturais que até hoje se ouvem no cinema, quando se trata de soldado alemão. Tudo dado como pronto, os homens voltaram a entrar em forma, o Suboficial falou-lhes e, só então, foram dormir.

Nós do Regimento, surpreendidos com a fraca impressão causada pelos guerreiros alemães, passamos a nos preocupar com a demonstração de disciplina e organização que acabávamos de assistir. Naquela noite, os alemães dormiram como pedras. Nós, os de serviço, ficamos acordados, verificando tudo, certificando-nos de que a segurança era perfeita. Ninguém queria ir parar em Conselho de Guerra, por conta da fuga de algum PG.

O LONGO CAMINHO PARA POUSO ALEGRE

No livro *A Marinha de Guerra do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, o Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama diz que "pouco se sabe acerca dos prisioneiros de guerra no mar feitos pelo Brasil". Ele fala dos 62 prisioneiros chegados ao Rio pelo Poconé, e comenta: "Esses homens seguiram para alhures, pois, em 10 de dezembro de 1945, pelo Aviso 1.710, o Ministro da Marinha declarou não ter prisioneiros de guerra."

O historiador, Coronel Cláudio Moreira Bento em artigo que publicou no *Ombro a Ombro*, sob o título *Prisioneiros de Guerra no Brasil*, diz

ser "Essenberg" o nome do navio afundado por sua tripulação, em 21 de novembro de 1942, numa posição de coordenadas geográficas que mostra terem os alemães conseguido chegar ao Atlântico Norte.

Os arquivos da marinha dos Estados Unidos não de conter dados sobre o cargueiro alemão, o porto de onde zarpou, a rota que seguiu, as escalas que fez, as condições em que foi interceptado e o destino final dos prisioneiros. O Almirante Saldanha da Gama diz, com muita propriedade que, "lendo os interrogatórios de prisioneiros alemães, há muito o que aprender; ciência que foi desprezada pelos brasileiros no decorrer das guerras mundiais, resultando a nossa ignorância a respeito das ações inimigas". Continuando, diz o almirante: "Os brasileiros nunca interrogaram os prisioneiros, entregando-os aos americanos, que faziam a primeira filtragem em Recife, na qual selecionavam os homens a serem 'trabalhados' nos Estados Unidos." "Trabalhadores" entre aspas, como as coloca o Almirante, pois os americanos não eram tolhidos pelas Convenções de Genebra, quando se tratava de obter informações de prisioneiros, julgadas vitais para as operações militares.

Enquanto documentos sobre o Essenberg não forem obtidos, limito-me ao pouco que sobre ele ouvi dos PG. A saída de Hamburg, cidade de Peter Götsche, um cabo da Marinha de Guerra, com que conversei muito. Contornando a Europa pelo Oceano

Ártico, o navio aportou ao Japão, onde descarregou máquinas e equipamentos, e carregou matérias-primas. Atravessou o Oceano Pacífico, já dominado pela esquadra e pelas forças aéreas americanas, dobrou pelo Estreito de Magalhães, subiu pelo Atlântico Sul e acabava de cruzar a linha do Equador, quando foi interceptado. Uma rota longa, cheia de perigos, sobre a qual, na curta permanência em Pouso Alegre, pouco pude conhecer. Como os prisioneiros permaneceram no Regimento por sete meses, é possível ainda haver quem mais tenha ouvido deles sobre suas aventuras.

Os americanos levaram os PG para Recife, entregando-os à 7.ª Região Militar, que os confinou no quartel do Derby.

Inicia-se aqui uma fase sobre a qual pude consultar documentos, ainda que muito sucintos, no melhor estilo burocrático: do Inspetor de Policia Marítima e Aérea, do Delegado Especial de Segurança Política e Social, Tenente-Coronel Olindo Denys, de seu irmão, General Odylio Denys, Comandante Geral da Policia Militar do Distrito Federal (PMDF), que era o Rio de Janeiro. Por esses documentos, sabe-se que os PG chegaram ao Rio no dia 3 de julho de 1943, pelo navio Poconé, do Lóide Brasileiro, e foram entregues a PMDF. Esta os identificou, constituindo o "Registro Geral dos Prisioneiros Alemães no Brasil", lavrado no livro nº 24, que, em junho de 1975, emprestou-me o Ajudante-de-Ordens do Coronel Co-

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

mandante da PMRJ. Registros semelhantes compulsei em 1985, e voltei a compulsar em 1990, na Superintendência do Rio de Janeiro da Polícia Federal.

A permanência dos PG no Rio não foi sem incidentes. Dizem documentos do 5º BPM, que alguns prisioneiros, aproveitando-se das franquias de que gozavam como oficiais, simplesmente saíram portão a fora, como se fossem visitantes. Os fugitivos souberam que, em certa parte da Tijuca, moravam cidadãos de nome alemão, e rumaram para lá. Não tinham endereços precisos, e passaram a rondar pelas muito pacatas ruas tijucanas de então, para ver se descobriam compatriotas dispostos a ajudá-los. Não encontraram. O perambular de homens estranhos despertou suspeitas de moradores do bairro, e estes chamaram a polícia. Assim, os fugitivos logo voltaram ao quartel da PM, já agora com as regalias cortadas.

É provável que essa fuga tenha influenciado a decisão de transferir os 14 oficiais PG para Pouso Alegre, onde já estavam os suboficiais e os marinheiros. O que aconteceu a 29 de dezembro de 1943, quando eu não mais servia no Regimento.

A VIDA NO CAMPO DE PG

Não me lembro do nome do prisioneiro, mas ainda o posso ver, louro, atarracado, comunicativo, trocista. Nós, talvez, por termos nele um alemão com cara de alemão de

estampa colorida, e nada sabendo dos chefes do nazismo, o chamávamos Himmler. Ele ria, tomava atitudes graves, de grande personagem. Depois ficamos sabendo que o verdadeiro Himmler era moreno e, muito mais tarde, que nada tinha da alegria daquele PG. Certa noite, ele chamou-me de lado e, com uma mistura de Inglês, Espanhol, Francês e Português, línguas que arranhava, apresentou-me originalíssima petição. Implorou-me que, à noite, quando todos estivessem dormindo, o levasse à zona boêmia. Ninguém saberia de nada, voltaria para o quartel, jurava por Deus, dava sua palavra de soldado (que não era, pois pertencia à Marinha Mercante Alemã, e ninguém dentre os PG era menos militar do que ele). Custou-me acreditar no descaramento do alemão e na seriedade de seu pedido, mas disse-lhe da impossibilidade de atendê-lo, por maior que fosse a minha simpatia pela causa; tendo eu pouco menos idade que o peticionário, essa simpatia era muito grande.

O pavilhão da 2ª Bateria, destacada para Pouso Alegre, fora preparado para receber os PG. Construiu-se em torno dele uma cerca dupla, de arame farrapado, deixando espaço para os prisioneiros circularem, nas horas de banho de sol, o recreio, como chamávamos. As janelas receberam grades de ferro, e portas gradeadas substituíram as de madeira. Holofotes estratégicamente colocados, um deles onde era o Cassino e estavam os quartos dos oficiais que dormiam no quartel,

poderiam ser acesos em casos de emergência. As refeições, servidas dentro do pavilhão, eram iguais às dos soldados.

O outro prisioneiro de que me lembro bem, era o cabo Peter Götsche, artilheiro da Marinha de Guerra, a quem já me referi. Falava um Inglês capenga, como o meu, e eu lhe emprestava números da revista *Life*, que meu pai assinava e me mandava. Por eles pôde ver o que já sabia — que a guerra ia mal para a Alemanha. Peter mostrava curiosidade sobre o Brasil, a qual eu explorava, para obter em troca algum comentário sobre a guerra. Creio que, apesar de tudo o que lia, ainda acreditava numa vitória alemã. Lembro-me de ter sido ele quem segurou uma latinha à minha frente, para que nela colocasse a cinza do cigarro. Dei-me conta de que todos os fumantes alemães tinham nas mãos latinhas semelhantes, enquanto que eu, displicente e distraído, deixava cair ao chão a cinza dos meus cigarros. Ao despedir-me de Peter, quando deixei o Regimento, ele puxou do bolso um isqueiro, ganho numa visita às indústrias Henschel, e pediu-me que o aceitasse como lembrança.

No dia seguinte à chegada, os PG já tinham um programa de atividades, que lhes ocupava boa parte do tempo. Divididos em grupos, recebiam aulas de navegação, de máquinas, de História, de sinalização semafórica e de outros assuntos, que não percebi ou recordo. O programa incluía o canto de canções militares e de hinos reli-

giosos. Uma bateria, cantando a canção da Artilharia, causou grande comoção dentre os PG, que se colaram às janelas e aplaudiram os soldados. Ficamos sabendo que a música da nossa Canção da Artilharia é a da Canção da Cavalaria alemã.

Dentre as aulas e preleções, algumas pareciam pouco inocentes, voltadas para o fortalecimento do moral dos PG e, provavelmente, envolvendo propaganda política. Nossos conhecimentos do Alemão eram nulos, o que nos deixava confinados ao território da desconfiança sem provas.

Afora as atividades programadas, os prisioneiros passavam o tempo a escrever, jogar cartas, conversar e desenhar. Desenhos que, de certa feita, causaram-lhes complicações.

Certo dia, um suboficial chegou ao então Aspirante Elias Antônio Jaber, pedindo-lhe a latitude e a longitude de Pouso Alegre. Jaber, desconfiado, fingiu ter esquecido o pedido. O alemão insistiu, dizendo ser apenas para conferir uns cálculos que fizera. Jaber anotou os números dados pelo suboficial, e perguntou-lhe como os havia obtido. O alemão mostrou-lhe o que disse ser um sextante, aparelho tosco, feito com meios de fortuna — pedaços de madeira, lata, barbantes, enfim, de tudo em que pudera pôr as mãos. As coordenadas geográficas, calculadas partindo de meios tão toscos e com tantas limitações à tomada de medidas, estavam bem próximas das corretas, verificamos.

Jaber, de outra feita, praticou uma

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

"aspirantada" que deixou os alemães siderados. Como os PG estivessem gabando muito os seus feitos de guerra, Jaber interrompeu-os. Se alemão é mesmo valente, desafiou, quero ver quem é capaz de fazer isto. Tirou cinco cartuchos de seu revólver .45, deixando apenas um no tambor, que girou, rebatendo-o com o movimento rápido do pulso; ato contínuo, levou o revólver à cabeça e puxou o gatilho. É claro que nenhum alemão quis concorrer à roleta russa, e a fama de Jaber espalhou-se.

O que mais apreciavam os PG era o banho de sol, o recreio, a hora que, todos os dias, passavam entre o arame farpado e o pavilhão onde estavam confinados. Essa hora começava com uma sessão de ginástica, muito dura, tanto quanto posso lembrar. Finda ela, os homens eram livres, para praticar jogos, passear ou simplesmente conversar ao sol ameno das montanhas mineiras. Muito mais tarde, fiquei sabendo que tal hora ao ar livre lhes era assegurada pela Convenção de Genebra sobre Prisioneiros de Guerra.

A convivência entre os PG e seus guardas era amigável; mas alguns prisioneiros fugiam de contatos com brasileiros, mantendo-se afastados, esquivos. Numa inspeção inopinada ao alojamento, chamou-me a atenção um desenho pregado à porta do armário de um PG. Chegando mais perto, distingui uma cena de guerra no mar: um submarino à tona d'água, com a bandeira da cruz-gamada, observava o afundamento de um navio,

onde tremulava, nítida, a bandeira do Brasil. Cercado pelos prisioneiros silenciosos, retirei o desenho e levei-o ao Comandante do Regimento. Homem de poucas palavras, o Coronel Rubens Guilherme de Almeida determinou logo: "Uma semana sem banho de sol, para todos."

Comuniquei a punição ao Suboficial Genkow. Ele ouviu-me contrafeito, e pediu-me que apresentasse desculpas ao Comandante e a todo o Regimento. Mas, disse devagar, com dificuldades, que as Convenções sobre Prisioneiros de Guerra, de 1929, às quais tanto o Brasil como a Alemanha haviam aderido, proibiam castigos coletivos. Seu camarada errara, mas somente ele deveria pagar pelo erro. Genkow estava certo, e o Comandante limitou o castigo ao desenhista atrevido.

No dia 30 de março de 1964, véspera do desencadeamento da Revolução, fiz uma palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sobre Prisioneiros de Guerra e as convenções internacionais que disciplinam seu tratamento. Falei de minha experiência em Pouso Alegre, e dei meu testemunho sobre a eficácia daquelas convenções. É que eu sabia das visitas de diplomatas da Espanha, país que representava os interesses da Alemanha no Brasil, ao Campo de Pouso Alegre. Eles ali mantinham longas conversas com os PG, a sós, sem a participação de qualquer brasileiro. Algo semelhante acontecia durante as visitas da Cruz Vermelha Internacional, cuja assistência aos PG

incluía a troca periódica de cartas curtas entre eles e pessoas de suas famílias, o fornecimento de material de esporte e de pacotes com gulodices. Sentimento de culpa é o que me traz, até hoje, uma daquelas cartas.

"Querida Erika" — escreve o PG (Kriegsgefangene) Josef Fuchs, a Erika Stölzel, de Oelsnitz, Bismarckplatz nº 42 — "As mais carinhosas lembranças do teu Josef. Comigo tudo vai bem. Esperarás por mim? Mando-te aqui os mais carinhosos votos pelo teu 20º aniversário e lembranças aos teus pais. 29.9.1943. O teu Josef Fuchs." (Ver a original no Anexo 3.)

A carta nunca seguiu destino. Esqueci-a dentre as páginas de um livro que emprestara a outro PG, e somente anos mais tarde vim a encontrá-la. Sei que outras cartas terá escrito o apaixonado Josef Fuchs, da Marinha de Guerra Alemã, nascido na região dos Sudetos (hoje Tchecoslováquia), no mesmo ano em que eu nascia em Lambari, perto de Pouso Alegre. Preciso acreditar que essas outras cartas, também escritas em minutos formulários da Cruz Vermelha Internacional, tiveram mais sorte do que aquela que ele, em má hora, me confiou. Mas não há como esquecer ter sido por minha culpa que uma certa Erika, que completava 20 anos no meio de uma guerra terrível, deixou de receber de seu namorado distante e prisioneiro, aquela mensagem de paixão e de dúvida.

A VIAGEM DOS PG PARA O DESCONHECIDO

No dia 15 de abril de 1944, dizem os registros do então I/8º RAM, "seguiram com destino à Capital Federal todos os prisioneiros de guerra alemães..." No Rio, eles teriam sido embarcados num navio americano e, no que diz respeito aos registros oficiais que conheço, seguiram com destino desconhecido.

* * *

A Oktoberfest, a Festa da Cerveja, realizada anualmente no Theresienwiese, em Munique, é um enorme acontecimento. Muita música, comida, canto e, principalmente, cerveja. As pessoas confraternizam nas enormes mesas, e nós fomos saudados por alegres casais bávaros, ao saberem sermos estrangeiros, brasileiros. Eles se identificaram como membros da "Marine Kameradschaft", uma associação de marinheiros veteranos de guerra, de Altmannstein-Schwabstetten, na Baviera. Nenhum deles conhecia o Brasil, mas fiquei com a impressão de que algum deles andara pelas nossas costas, embora não admitissem isso. Havia quem tivesse sido prisioneiro de guerra, e eu falei sobre o Campo de Pouso Alegre. De volta ao Brasil, recebi os volumes 3 e 4 de um livro ilustrado com fotografias, contendo reminiscências de marinheiros alemães da II Guerra Mundial — "Kameraden zur See-Blaue Jungs

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

erzählen". Com eles veio o pedido de uma lista dos PG de Pouso Alegre, de uma breve narrativa da estada deles no Brasil e de uma foto minha, ao tempo em que servi no Regimento. Atendi ao pedido, e troquei cartas com o Presidente da Kameradschaft. Mais tarde, ele voltou a escrever-me, mandando o índice do volume V do *Kameraden zur See*, onde consta o meu pequeno artigo e minha foto de aspirante, sob o título *Kriegsgefangenen in Brasilien, von Luiz de Alencar Araripe* (Prisioneiro de Guerra no Brasil, por LAA). Nossa troca de correspondência cessou, e a presunção é de que a Kameradschaft não tenha conseguido localizar nenhum dos ex-PG de Pouso Alegre.

* * *

O número 730 de *A Defesa Nacional*, de Mar/Abr 87, publica a tradução que fiz do capítulo "Pobres Cossacos", do livro do jornalista Paul Carel *Die Gefangen: Leben und Überleben Deutscher Soldaten hinter Stacheldraht* (Os Prisioneiros: Vida e sobrevivência dos Soldados alemães por detrás do Arame Farpado). O livro baseia-se em material colhido em 22 volumes e 10.000 folhas impressas, resultantes do trabalho da "Comissão Científica para a Documentação do Destino dos Prisioneiros Alemães da Segunda Guerra Mundial". Nomeada pelo Governo de Bonn, a Comissão trabalhou durante 17 anos, pesquisando o destino

de 11 a 12 milhões de PG alemães, e é possível que naquelas 10.000 folhas de seu relatório se encontrem dados sobre os PG de Pouso Alegre.

* * *

Voltei ao meu Regimento em janeiro de 1990. O quartel está muito bem cuidado, bonito, pintado de azul e branco, com muitas árvores e todo calçado. O antigo Pavilhão do Comando aloja hoje a Artilharia Divisionária da 4.^a Divisão de Exército. O que era o nosso Cassino de Oficiais, onde nós solteiros tínhamos quartos e tomávamos refeições, é agora o Comando do 14.^º GAC. Mas não é esse o quartel que eu vejo e percorro. O meu acompanhante, um Major, percebe isso, e segue-me calado. Caminho guiado pelos olhos do Aspirante de 1943, reconhecendo cada canto, vendo passar silenciosos, mas tão vivos que sinto vontade de falar-lhes, os meus fantasmas, velhos de quase meio século. Dentre eles me reconheço, e a saudade de tudo, de todos e de mim mesmo é pungente. Em torno do pavilhão dos prisioneiros alemães não há arame farpado, nem suas portas e janelas têm grades. Tudo aquilo de 1943 desapareceu. Hoje é um pavilhão igual aos das outras baterias. Eu me dou conta disso quando descem pelas suas escadas soldados barulhentos, estouvados e livres. Mas as sombras dos prisioneiros, contendo a alegria por terem uma hora de sol estão comigo. Digo alguma coisa sobre aqueles tem-

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)" durante a II Guerra Mundial

pos longínquos, e sou ouvido com uma atenção que é apenas polida. Tiro fotografias, despeço-me do meu

acompanhante, e deixo no meu Regimento o Aspirante de 20 anos que há tanto tempo fui.

ANEXO 1:

PRISIONEIROS DE GUERRA

Constam do Registro Histórico arquivado na Secretaria do 14º Grupo de Artilharia de Campanha, os seguintes dados referentes a prisioneiros de guerra alemães:

“— A 21 de setembro de 1943, chegam a esta Organização Militar (I/8º RAM), e são encostados à 2ª Bia, quarenta e oito prisioneiros de guerra alemães (Suboficiais e marinheiros);

“— A 29 de dezembro de 1943, chegam mais quatorze prisioneiros (oficiais), que são encostados à Seção Extraordinária;

“— A 15 de abril de 1944, seguiram com destino à Capital Federal (Rio de Janeiro), todos os prisioneiros de guerra alemães (oficiais, suboficiais e marinheiros), que aqui se encontravam presos.

ANEXO 2:

CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUZO ALEGRE
Relação nominal dos prisioneiros de guerra

Nº DE ORDEM	NOMES	POSTOS	FUNÇÕES	CORPORAÇÃO A QUE PERTENCEM	DATA DO NASCIMENTO	NACIONA- LIDADE	Nº DA CHAPA DE IDEN- TIFI- CAÇÃO (ALEMÃ) NATURALIDADE	
							DATA DO NASCIMENTO	NACIONA- LIDADE
1	Johann Prahm.....	Capitão	Comandante	Mar Mercante	27-X-1893	Alemã	25.139	Westhaderfehn
2	Helmut Kach.....	Cap	Corv	Mar Mercante	13-VII-914	Alemã	25.140	Elatleth
3	Max Dalla.....	Cap	Corv	Mar Mercante	11-X-891	Alemã	25.143	Kiel
4	Georg Wichtoller.....	1º Ten	1º Engen.	Mar Mercante	23-V-913	Alemã	25.141	Hamburg
5	Otto Klepper.....	1º Ten	2º Oficial	Mar Mercante	13-VI-917	Alemã	25.147	Hamburg
6	Gunther Neuwald.....	1º Ten	1º Radio	Mar Mercante	31-V-917	Alemã	25.148	Danzig
7	Dr. Leo Hofmann.....	1º Ten	2º Radio	Mar Mercante	1-1-909	Alemã	Perdiida	Schwerinfurt
8	Wilhelm Hartung.....	1º Ten	Médico	Mar Mercante	4-VII-907	Alemã	25.144	Bremen
9	Walter Milkawski.....	2º Ten	2º Engen.	Mar Mercante	12-X-915	Alemã	Perdiida	Wien Donnan
10	Walter Milkawski.....	2º Ten	Electric	Mar Mercante	9-II-908	Alemã	25.146	Danzig
11	Werner Mitzscher.....	2º Ten	3º Engen.	Mar Mercante	17-X-920	Alemã	25.142	Sdweetherde
12	Adalbert Franz Ems Friescko.....	2º Ten	3º Oficial	Mar Mercante	23-IX-921	Alemã	Perdiida	Hamburg
13	Karl Bruns.....	2º Ten	4º Oficial	Mar de Guerra	17-V-916	Alemã	25.145	Stettin
14	Victor Heinrich Betz.....	Aspirante	3º Engen.	Mar de Guerra	21-XII-914	Alemã	202	Ulm Donnan
15	Rudolf Genkow.....	Sub Of	—	Mar de Guerra	9-IX-911	Alemã	493	Caterrad
16	Reins Heinrich Leibrand.....	Sub Of	—	Mar Mercante	10-VI-919	Alemã	4.689	Heilbronn
17	Bruno Herwart Scheining.....	Sub Of	Cap Of	Mar Mercante	19-VII-22	Alemã	Perdiida	Niendorf/Holst
18	August Kruse.....	Sub Of	—	Mar Mercante	19-XI-21	Alemã	4.384	Iviese
19	Arthur Friedrich Keuger.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	4-XI-907	Alemã	25.159	Albanas
20	Otto Johannes Schmidt.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	23-XI-906	Alemã	Perdiida	Apearda
21	Josef Schwark.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	21-XI-03	Alemã	Perdiida	Dortmund
22	Walter Kruse.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	11-II-905	Alemã	25.168	Schwaan
23	Herbert Lonzykaki.....	Sub Of	Carpint	Mar Mercante	1-XII-913	Alemã	25.430	Berlin
24	Oswald Schmidt.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	6-X-909	Alemã	25.171	Tarnewitz
25	Vinzen Rohmeyer.....	Sub Of	Máquina	Mar Mercante	1-III-913	Alemã	25.155	Kaufaben
26	Hans Siechhausen.....	Sub Of	Coz	Mar Mercante	1-V-908	Alemã	25.151	Schanbeck
27	Gerhard Dreschel.....	Sub Of	Enfer	Mar Mercante	21-XII-22	Alemã	1.892	Arnsbeit
28	Walter Ahrens.....	Padreiro	Mar Mercante	5-II-903	Alemã	25.175	Bergen/Rg	
29	Gerhard Walters.....	Açougue	Mar Mercante	29-VI-22	Alemã	25.974	Chemnitz	

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
 "Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
 durante a II Guerra Mundial

Nº DE ORDEM	NOMES	POSTOS	FUNÇÕES	CORPO A QUE PERTENCEM	DATA DO NASCIMENTO	NACIONA- LIDADE	Nº DA CHAPA DE IDEN- TI- FI- CAÇÃO (ALEMÃ) NATURALIDADE
30	Otto Piettenbacher.....	Marineiro		Mar Mercante	31-VIII-25	Alemã	Perdida
31	Reinz Ballonberg.....	Marineiro		Mar Mercante	8-XI-022	Alemã	25.160
32	Alfred Fink.....	Marineiro		Mar Mercante	27-V-913	Alemã	Perdida
33	Willy Dutch.....	Marineiro		Mar Mercante	16-X-1937	Alemã	25.167
34	Reinhold Dreja.....	Marineiro		Mar Mercante	7-X-1920	Alemã	Grass-Strelitz
35	Helbert Eisephammer.....	Marineiro		Mar de Guerra	29-IV-923	Alemã	16.685
36	Hubert Weinsheimer.....	Marineiro		Mar Mercante	3-XI-1925	Alemã	Gelsenhas-Gelsenkirchen
37	Kurt Wachewski.....	Marineiro		Mar Mercante	8-V-1919	Alemã	25.153
38	Anton Herman Josef Rauen	Marineiro		Mar Mercante	17-III-27	Alemã	25.172
39	Ernest Valsch.....	Marineiro		Mar Mercante	31-I-1920	Alemã	Hamburg
40	Willy Schmidt.....	Marineiro		Mar Mercante	25-11-1919	Alemã	25.154
41	Heinrich Hoff.....	Marineiro		Mar de Guerra	7-VIII-20	Alemã	Linnich
42	Peter Gotsche.....	Marineiro		Mar de Guerra	16-VII-21	Alemã	Stestenberg-Wisnau
43	Friedrich Pieper.....	Marineiro		Mar de Guerra	4-VIII-22	Alemã	Perdida
44	Paulo Zinke.....	Marineiro		Mar de Guerra	31-V-1922	Alemã	Stannen-Kassel
45	Heinrich Neestendiedrich.	Marineiro		Mar de Guerra	17-VII-22	Alemã	Recklinghausen
46	Johanes Marzinuk.	Marineiro		Mar de Guerra	9-III-921	Alemã	Witten-Ruhr
47	Josef Kieffer.....	Marineiro		Mar de Guerra	21-VI-923	Alemã	Frankfurt-Main/
48	Werner Hammer.....	Marineiro		Mar de Guerra	15-VIII-24	Alemã	Wesel
49	Franz Pahl.....	Marineiro		Mar de Guerra	7-IX-1921	Alemã	Perdida
50	Heinz Beckmann.....	Marineiro		Mar de Guerra	10-VII-22	Alemã	Berchtesgaden
51	Wolfgang Trimpfer.....	Marineiro		Mar de Guerra	30-VII-22	Alemã	Perdida
52	Josef Fuchs.....	Marineiro		Mar de Guerra	27-XI-21	Alemã	Perdida
53	Walter Schlungberger.....	Marineiro		Mar de Guerra	17-X-1923	Alemã	Perdida
54	Albert Salomowski.....	Marineiro		Mar de Guerra	3-VIII-923	Alemã	Perdida
55	Siegfried Brezmann.....	Marineiro		Mar Mercante	6-I-1922	Alemã	Perdida
56	Hermann Hadanck.....	Marineiro		Mar de Guerra	10-I-1920	Alemã	Perdida
57	Hinz Hochwald.....	Marineiro		Mar de Guerra	2-XII-1922	Alemã	Perdida
58	Friedrich Grisgen.....	Marineiro		Mar Mercante	18-XI-922	Alemã	Perdida
59	Heribert Lohbeck.....	Marineiro		Mar Mercante	7-VI-1927	Alemã	Perdida
60	Wilhelm Rohsler.....	Marineiro		Mar Mercante	29-II-912	Alemã	Perdida
61	Gerhard Bruno Luck.....	Marineiro		Mar Mercante	31-I-1926	Alemã	Perdida
62	Edmund Reiswitz.....	Marineiro		Mar Mercante	20-X-1919	Alemã	Perdida

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

ANEXO 3

REPLY — All communications should be of strictly private nature only.

Please write very clearly and on the lines.

MENSAGEM A SER TRANSMITIDA — Notícias de caráter estritamente pessoal e relativas a família.

Quero escrever legivelmente e sómente na paula.

*Liebe Erika! Die herrlichsten Grüsse von deinen
Joseph. Mir geht es noch ganz gut. Willst du
denn auf mich warten? Ich will dir jetzt
gleich zu deinem 2.0. Geburtstag die herrlichsten
Grußwünsche senden. Viele Grüsse an deine Eltern.*

Date 23.9.1943 Signature *dein Josef Fisch*
Data Assinatura

Postage free unless sent by Air Mail.

Isento de porte. Em caso de remessa por via aerea deve ser paga a respetiva taxa.

AU COMITÉ INTERNATIONAL DE LA CROIX-ROUGE — GENEVE

REPLY — RESPOSTA Urgent
Urgente
MESSAGE-EXPRESS



Reserved for prisoners of war or civilian internees and their families without news for over three months.

Reservado aos prisioneiros de guerra e aos internados civis e suas famílias, sem notícias diretas por mais de três meses.

SENDER

Name and Christian name in full

REMETENTE

Nome e prenome por extenso

Address

Endereço

RECEIVER

Name and Christian name in full

DESTINATARIO

Nome e prenome por extenso

Address

Endereço

* For prisoners state rank, POW number and Camp.

For civilian internees state internee number and Camp.

* Para os prisioneiros de guerra queira indicar sua patente, numero como prisioneiro e o campo.

Para os internados civis queira indicar seu respetivo numero e o nome do campo.

I send my reply
Enviarei minha resposta

Reply on back!
Resposta no verso!

PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:
"Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre (MG)"
durante a II Guerra Mundial

REPLY — All communications should be of strictly private nature only.
Please write very clearly and on the lines.

MENSAGEM A SER TRANSMITIDA — Notícias de caráter estritamente pessoal e relativas
à família.
Quira escrever legivelmente e sómente na pauta.

Date..... Signature.....
Data..... Assinatura

Postage free unless sent by Air Mail.
Isento de porte. Em caso de remessa por via aérea deve ser paga a respetiva taxa.



AU COMITÉ INTERNATIONAL DE LA CROIX-ROUGE — GENÈVE
MESSAGE-EXPRESS

Urgent
Urgente

Reserved for prisoners of war or civilian internees and their families without news for over
three months.

Reservado aos prisioneiros de guerra e aos internados civis e suas famílias, sem notícias diretas
por mais de três meses.

SENDER

Name and Christian name in full

REMETENTE

Nome e sobrenome por extenso

Address

Enderroço

RECIPIENT

Name and Christian name in full

DESTINATARIO

Nome e sobrenome por extenso

Address

Enderroço

For prisoners, state rank, POW number and Camp.
For civilian internees state Internee number and Camp.

For os prisioneiros de guerra queira indicar sua patente, numero como prisioneiro e o campo.
Para os internados civis queira indicar seu respetivo numero e o nome do campo.

Deutschland,

Reply on back!
Resposta no verso!



Cel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE — Oriundo da arma de Artilharia, turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, turma de 1957, e a Escola Superior de Guerra, turma de 1973. Foi redator da Military Review, em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o General Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor, de início, do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas e, posteriormente, do Embaixador Araújo Castro e do Senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu artigos sobre energia nuclear, publicados no Mensário do Estado-Maior do Exército. Passou para a reserva em 1973.

Quem trabalha pela segurança do país tem que ter mais tranquilidade.

Quem trabalha tanto pela segurança do país sabe que a qualquer momento pode contar com a agilidade e eficiência do GBOEX. Planos de saúde, seguros ou pecúlio, faça o seu

com a maior empresa de previdência privada da América Latina, ao lado das Forças Armadas há 78 anos. Na hora de pensar no futuro, a experiência do GBOEX é a sua segurança.

GBOEX. CONFIANÇA NO PRESENTE, SEGURANÇA NO FUTURO.



**GRÊMIO
BENEFICENTE**



DO QUE SOFREU CAXIAS

Walter Pinheiro Guerra

Neste artigo, um médico, historiador e escritor, analisa os males de saúde com que o Patrono do Exército teve que conviver e que lhe sublima, ainda mais, a existência.

Em medicina, o profissional deve levar em conta que o ser humano compõe-se de um complexo psicossomático. O médico que esquecer-se dessa verdade insofismável, arrisca-se a cometer enganos.

Tanto castigam os sofrimentos físicos, quanto os psíquicos. Vale dizer, os males do espírito, da mente, como as emoções e as contrariedades, os desgostos e as frustrações morais.

E quem analisa a longa e tumultuada existência desse inesquecível herói nacional, verificará, em inúmeras passagens, que os sofrimentos morais superam, de longe, os de ordem física.

Na política, na administração, na conduta de guerra, viu desprezados seus judiciosos aconselhamentos.

Interesses pessoais e de partido, lançavam por terra as providências por ele sugeridas. Quem ignora as maliciosas intrigas do Conde D'Eu ao Conde de Nemours, seu pai, onde punha em dúvida os atributos militares de Caxias?

Quanto à família, sofreu dois rudes golpes. A prematura morte de seu filho, ainda adolescente, por volta de 1860. Era o único varão dentre seus rebentos, no qual, por certo, depositava suas mais risonhas esperanças. Catorze anos mais tarde, eis que nova ferida põe-lhe o coração a sangrar. Falece sua idolatrada esposa, alma

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque do Caxias - da Marechal Dias
Praça Duque do Caxias, 23 - 3.º andar

20.455 - Rio de Janeiro (RJ)
gêmea com quem se entendera as m
ravilhas, no decorrer de 42 anos de
feliz vida conjugal.

Ministro de Estado, Presidente de Províncias, General dos Exércitos, ele confessara, em determinada oportunidade, que, na realidade, quem mandava, quem o ajudava e inspirava, era a sua adorada Anicas.

Vieram depois, ou concomitantemente, outros agravos morais, oriundos da ingratidão, da calúnia, da inveja e da insídia. O próprio Imperador não escapou dessa coorte de falsos amigos de Caxias. Entretanto, fora ele, sem dúvida, um dos que mais devera a Caxias, como sustentáculo do Império e do trono.

No que diz respeito aos agravos da saúde, começemos pelo seu aspecto físico: "É homem de estatura média, pescoço curto, ombros largos, corpo reforçado, cabeça e busto cheios de nobreza... suave no falar." (Duque de Caxias — Editora Três — Rio de Janeiro — 1974.)

Por essa descrição, percebe-se que o seu biotipo era o brevilíneo, tipo atarracado, o do indivíduo propenso às perturbações cardiovasculares, que, ao final, foi o que o levou ao túmulo.

A título de curiosidade repetimos dados contidos na "Ata de Exumação do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias", realizada pelo, à época, Capitão-Médico Tito Ascoli de Oliva Maya, aos 23 dias do mês de agosto de 1949: "Media o esqueleto, um metro e setenta e dois centímetros de comprimento." To-

69
davia, a mensuração realizou-se em uma ossatura velha, de 69 anos de corridos de sua inumação. Os ossos encontravam-se desarticulados, desprovidos de músculos, cartilagens e ligamentos que os mantinham justapostos. Pelas raras fotografias do Patrono do Exército em corpo inteiro, aparecia estatura inferior à assinalada pela referida ata.

No que tange aos desarranjos orgânicos que afetaram o Marechal, começaram a surgir, em seguida à campanha do Maranhão, onde contraiu malária. A esse tempo, 1840, queixava-se de crises hepáticas e estomacais. É sabido que o impaludismo danifica o fígado, tornando-o túrgido, aumentado de volume e, por vezes, dolorido.

Consequência da distensão da cápsula que o envolve. Devido à sintonia havida entre o funcionamento do fígado, sobretudo da vesícula biliar, o estômago e o intestino, é de esperar que os reflexos de mau funcionamento de uma víscera repercutam sobre a outra.

Daí, o mal-estar gástrico acusado pelo ilustre doente, sem esquecer a compressão do fígado aumentado de volume, alterando a normal posição dos órgãos na cavidade abdominal.

Só quem sofreu acessos de malária pode avaliar o mal-estar que ela determina. Leva a um abatimento físico e moral, difíceis de descrever. Isso se explica, pelo acometimento às suprarrenais, de suma importância na economia orgânica.

É de se admirar, portanto, que Ca-

xias não se deixasse abater como é comum às vítimas daquela parasitose. Circulando no sangue, não há departamento do organismo que escape aos malefícios das toxinas expelidas em seguida a cada crise febril.

Nem o mais nobre órgão de nosso corpo, o cérebro, foge à ação das toxinas. Tudo faz supor, fosse ele um super-homem, cuja férrea vontade sobrepujava-se aos achaques que o molestavam.

Nova crise atingiu-o quando da pacificação de Minas Gerais, em 1842. Dessa época, é em carta íntima que dizia: "meu fígado incha ao ponto de eu não poder usar a banda". É evidente que um fígado congestionado, dolorido, aumentado de volume em consequência do processo malarígeno, não suportasse a compressão exercida por aquele complemento de uniforme.

Daí, talvez, o fato de o pintor Pedro Américo tê-lo retratado com a túnica desabotoada à altura do ventre, quando da batalha do Avaí.

A notícia é controversa, segundo Vilhena de Moraes (Novos aspectos da Figura de Caxias). Este, desgostou-se daquela sua imagem, alegando que não se apresentaria com aquele aspecto, mesmo na intimidade de sua alcova. Verídico ou não o incidente, é quase certo que não se deixaria retratar se não estivesse impecavelmente fardado.

Entretanto, no quadro do referido pintor, lá está o Marquês com a túnica aberta à altura do fígado! Em que pesem todos os títulos e cogno-

mes que, com justiça, lhe atribuíram, convenhamos que era humano como todos nós.

Quando empenhado no combate aos Farroupilhas, em carta a amigos e a familiares, revela o excelente estado de saúde em que se encontrava. Disso chega a desconfiar, quando diz: "É improvável que ela (a saúde) dure por muito tempo." Esse período de bem-estar, explica-se pela fase assintomática da malária que o atingira no Maranhão.

Em determinadas circunstâncias, sobretudo climáticas, o processo entra em calma. Mais tarde, participando da Guerra da Tríplice Aliança, entre 1866 e 1869, portanto, dos 63 aos 66 anos de idade, acusava fortes cefaléias. Queixava-se também de inchação dos pés como do calor reincidente. Provavelmente, as dores de cabeça eram a consequência de crises de hipertensão arterial ou uremia.

Quanto aos edemas maleolares, denotavam a insuficiência cardíaca incipiente, ou já instalada. Além de sentir-se mal com o calor, cansava-se facilmente ao caminhar, indicativos da dispneia de esforço, característica da falência cardíaca.

O pior aconteceu-lhe quando, em plena missa a que assistia na Catedral de Assunção, já em poder dos exércitos brasileiros, foi acometido por um "desmaio" que perdurou por cerca de meia hora.

Sofrera, sem o saber, o mais grave insulto: o acidente vascular cerebral, a julgar-se pela descrição do Ministro Paranhos do Rio Branco, que o

vira em Montevidéu, dias depois. Notara o diplomata que o Marquês de Caxias, mal firmava-se nas pernas e que falava com dificuldade.

Eram a parestesia dos membros inferiores e a afasia, seqüelas, sem dúvida, do súbito e perigoso mal que o acometera. Retornando ao Rio bastante enfermo, em carta a seu valioso amigo, o General Osório, dizia que o fígado continuava inflamado. A esta altura, a estase sanguínea congestionando o fígado, já de si doente, era determinada pela insuficiência cardíaca que aos poucos se instalara.

Daí, também, o edema dos membros inferiores, pela barreira imposta à circulação venosa. A esse tempo, a malária já se tornara crônica, iniciada que fora, em 1840. Perseguiu-o durante 28 anos, com fases de remissão, é bem verdade, mas a tipificar sua cronicidade.

Há, de outro lado, o registro de que sofreu de erisipela, segundo Vilhena de Moraes (ob. cit.). Altera-se a fisiologia da pele, concorrendo tudo para que a epiderme perca suas defesas naturais. O terreno torna-se então favorável às infecções cutâneas, de que a erisipela é uma das mais temíveis.

Com tantas doenças a perturbá-lo, há que levar-se em conta, igualmente, a precariedade da terapêutica existente a esse tempo. Como o próprio Caxias informou em seus escritos epistolares, consistia em "água mineral... banhos de cachoeira", que ele os tomava em Baependi e, "fer-

ruginosos" ... bem como "emplastos sobre o fígado!"

Era o de que dispunham e sabiam os esculápios do Século XIX. De todos eles, o mais útil e realmente indicado, eram os ferruginosos, compensatórios da anemia espóliativa, em seguida a cada acesso de malária.

Houve, por certo, no combate ao mal, o emprego do quinino, que o ensurdecera. Tanto que, quando de seu retorno do Paraguai, a que se viu forçado pelo agravamento de seus males, seus familiares comentaram o abatimento físico que demonstrava. Rogou então, que falassem mais alto, porquanto ensurdecera um pouco.

Segundo ele, devido ao troar dos canhões, o que afetou também ao seu cavalo. Lembremo-nos, contudo, de que o quinino era o único antipalúdico em uso ao seu tempo, e que tem o demérito de produzir a surdez. Ou correria por conta da arterioesclerose?

Esta hipótese, ao que parece, pode ser afastada. Até o cavalo fora atingido, segundo ele, pelo ribombar da artilharia e não ingerira quinino! Por outro lado, daí por diante, não há mais qualquer menção à surdez de Caxias, em seguida ao seu retorno da Guerra da Tríplice Aliança.

Fora obra do quinino e do ensurdecer eco das explosões. Os canhões, em seu típico linguajar de guerreiro, "falavam alto" com a "palavra do bronze", como dissera o lendário guia Lopes, da Retirada da Laguna.

Passemos agora a uma sensacional

revelação, caso viesse a ser comprovada, o que não ocorreu como vemos linhas adiante.

No instante da exumação, notou o seu autor, o citado Dr Tito Ascoli de Oliva Maya, após haver tomado as medidas antropométricas da peça, que o crânio mostrava, no osso parietal esquerdo, marca estranha e visível da fotografia então tomada.

Nota-se uma linha de dois a três centímetros de extensão, orientada de baixo para cima, e mais ou menos paralela à sutura do parietal esquerdo com o occipital. Em ambos os lados dessa marca, visualizam-se pequenos orifícios mais ou menos simétricos e paralelos.

À primeira vista, sugere a seqüela de uma fratura do parietal esquerdo, evidenciando perda de substância da tábua óssea. Tudo fazia lembrar, na opinião do Dr Maya, a ósteossíntese. Ora, na extensa e agitada vida de Caxias, não encontramos qualquer referência a esse respeito.

Não foi registrada uma queda, uma pancada ou um ferimento na cabeça, em todos os prélrios guerreiros de que tomou parte.

Mesmo no episódio do cavalo que tomou o freio e partiu em disparada, não há menção de queda. Dois de seus mais abalizados biógrafos relatam-no. Vilhena de Moraes (ob. cit.) qualifica-o de "incidente". Já Affonso de Carvalho (Caxias — Bibliex — Rio de Janeiro, 1976, pág. 289) rotula-o como "acidente". Ambos anotam que o velho Marechal, excelente ginete que era, conseguiu

dominar o animal, sem, contudo, ir ao chão.

As mensurações antropométricas, por si só, revelaram que o crânio pertencia a homem de compleição robusta e altura mediana, facilmente constatada inclusive pelas "charges" da época, retratando Caxias.

Convivemos com o Dr Maya, em seus últimos anos de vida. Revelar-se um curioso de tudo o que dissesse respeito àquele herói nacional. Tudo começou quando o destino reservou-lhe a missão *sui generis* de proceder à exumação de nosso maior general. Desde então, dedicou-se à procura de fatos relacionados com essa ilustríssima personagem.

A respeito de Caxias, detinha informações diversas, sujeitas, naturalmente, a comprovação. Lamentamos a circunstância de tirar por terra sua suspeita, quanto à discutida fratura craniana. Sobretudo, quando não mais se encontra entre nós.

Todavia, a verdade histórica paira acima das simpatias ou convicções pessoais. Diante da insólita situação e em busca da verdade ou da interpretação mais consentânea, opinamos pela consulta a *experts* na matéria.

Procuramos o amável Prof Armando Canger Rodrigues, prematura e recentemente falecido como Titular da Medicina Legal e Deontologia Médica, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Consoante aquele mestre, a marca visível na foto nada mais é que uma disjunção local da sutura craniana, usualmente encontradiça em indiví-

duo vítima de ferimento a bala, em disparo à queima-roupa. Ocasiona-a, a pressão dos gases da explosão, que penetram a cavidade craniana. Evidentemente, não é o caso de Caxias, que morreu de morte natural, assistido por diversas pessoas, entre amigos e familiares.

Em seguida, fomos ao Prof Samoel Atlas, Professor Adjunto de Ortopedia e Traumatologia da Escola Paulista de Medicina.

Afirmou esse professor que o estudo das linhas da dinâmica de força de um traumatismo craniano mostram a tendência de o crânio fraturar-se mais freqüentemente em sua base. Que, dificilmente ocorre na calota, onde é mais comum o afundamento dos ossos. Mesmo um traumatismo que incida sobre a calota, traz repercussão sobre a base, e nunca em sua parte arredondada.

Não satisfeitos, procuramos ainda o Prof Aloysio de Matos Pimenta, Professor Titular de Neurocirurgia do mesmo estabelecimento de ensino. Concordou com o seu colega, Prof Canger Rodrigues, de que houvera uma disjunção local, da sutura craniana. E mais, que deve ter ocorrido, depois de Caxias morto. Quanto aos pequenos orifícios laterais e paralelos, nada mais era que um recurso da natureza para melhor oxigenação do cérebro. Com a idade, as artérias alimentadoras aumentam de calibre, assim como os orifícios naturais, por onde elas penetram na tábua óssea. Aí está o testemunho técnico de respeitáveis professores de medicina.

Reportando-nos à exumação, mostrava o Dr Maya que muito pouco restara do famoso guerreiro. O mais volumoso fragmento ósseo pertencia a um dos fêmures. Da farda, igualmente quase nada sobrara: "diversos fragmentos de alamares do cordão de seda dourada, trançado, com duas agulhetas oxidadas; quinze botões grandes e seis pequenos, todos oxidados; fragmentos diversos de canutilhos de prata dourada; duas medalhas em bronze, soltas, com uma passadeira de ouro com o número dois".

O crânio estava íntegro por ter ficado sob um anteparo do túmulo. Dizia o Dr Maya que, àquele tempo, era costume atirar cal virgem na cova. O documento de exumação, aliás, refere-se a "camada de terra e cal bastante espessa, do fundo da sepultura", segundo ele, com cerca de vinte centímetros de altura.

Homem de destaque que se tornara, grande multidão acorreu aos funerais da brilhante figura. Assinala Affonso de Carvalho (ob. cit.) que ao chegar o coche ao cemitério do Catumbi, havia ainda carruagens saindo da Tijuca, onde se localizava o solar do Duque de Caxias.

Muitas foram então as pás de cal atiradas ao esquife. Assim, os despojos do Duque e seu fardamento, foram literalmente calcinados. Já os restos da Duquesa, exumados na mesma ocasião, embora falecida seis anos antes, estavam melhor conservados. Foi assinalado o encontro de "lantejoulas pretas e douradas", en-

feites do vestido com que foi enterrada. Por certo, recebera menos cal que seu ilustre consorte. Por sinal, não há menção da existência de tanta cal misturada à terra, como no túmulo de Caxias. Várias foram suas disposições testamentárias. Uma delas, é a de que fosse ao túmulo, ostentando apenas duas condecorações: as medalhas ganhas nas campanhas do Uruguai e Paraguai.

Neste particular, contava o Dr Maya que o historiador Gustavo Barroso, que presenciou a exumação, advertira-o de que tomasse cuidado, porquanto o peito de Caxias, era de esperar, estaria coberto de condecorações, das muitas com que fora galardoado.

Viu-se, e foi um de seus últimos desejos, que só as medalhas ganhas no fragor da luta, gostaria de levar até a derradeira morada. Consoante o Dr Maya, as condecorações restantes, por achar-se em dificuldades, Caxias as empenhara a um português residente à Ladeira do Ascurra. Deu-nos inclusive o nome e o número da residência do referido cidadão, que acabamos por perder. É revelação um tanto ou quanto difícil de aceitar-se.

Outra das disposições finais de Caxias, ao que tudo indica, não foi respeitada, por força das circunstâncias. Pesquisando a vida do ínclito varão, dentre outras coisas, uma aguçou-nos a atenção.

Referimo-nos à determinação de que seu corpo não fosse embalsamado. Contudo, vejamos. Falecido entre 19:30 e 20 horas do dia 7 de

maio de 1880, segundo os seus biógrafos, havendo os que dão o momento fatídico como ocorrido entre 20 e 21 horas, estabeleceu-se a divergência entre eles.

No dia seguinte, 8 de maio, pela manhã, celebrou-se a missa de corpo presente na própria fazenda de Santa Mônica, onde falecera. Por volta das 18 horas desse mesmo dia 8, chegava o fúnebre à Estação da Central do Brasil. Dali, partiu o cortejo para o solar da Tijuca, onde foi velado.

Na manhã seguinte, dia 9, cerca de 9:30 horas, partiu com grande acompanhamento para sua morada temporária, que durou 69 anos, até que em agosto de 1949, foi trasladado para o Panteon defronte ao Palácio da Guerra, onde repousa definitivamente, ao lado da Duquesa.

Chegou ao Cemitério do Catumbi, às 11 horas da manhã, quando houve dificuldade em penetrar no campo santo, tal a aglomeração popular havida. Já dentro do cemitério, procederam-se a três encomendações do corpo. E o tempo passando!

Não há informação do momento exato em que, terminadas as cerimônias religiosas, baixou o corpo ao túmulo. Pelos nossos cálculos, variando os horários conforme os relatos existentes, medearam cerca de 40 horas ou mais, a contar da hora do falecimento e a chegada ao cemitério.

Levando em conta o calor reinante no Rio, habitual inclusive no mês de maio, teria sido possível manter-lhe o corpo por tantas horas, sem que fosse submetido a processo de con-

servação? É quase certo que recorreu-se a um dos meios usuais de conservação.

Só essa medida permitiria manter o cadáver em condições de receber as homenagens a que fizera jus. Segundo Affonso de Carvalho (ob. cit.) e por cálculos baseados em outras fontes, o interregno entre a morte e a inumação foi de 36 a 40 horas!

Embora não tão longo quanto o contido noutra citação (Duque de Caxias — Editora Três — Rio de Janeiro, 1937), foi, de qualquer forma, um longo período de espera. Alegava o Dr Maya que, na época, com intuito de evitar-se pelo menos os odores da decomposição, aspergia-se álcool sobre o caixão.

Convenhamos, porém, que o álcool volatiza-se rapidamente, sobretudo com o calor ambiente. Ao que tudo indica, fora quebrado um repeitável desejo final do velho Duque. Só assim, seus verdadeiros amigos, bem como o povo que acudiu em multidão, poderia render-lhe o testemunho da estima, apreço e consideração que granjeara durante sua fecunda existência.

Findou, assim, a vida do grande brasileiro, a quem a Pátria tanto ficara a dever. Se Caxias gozava da admiração popular, como ficou evidenciado pelos relatos de seu funeral, em que pese o tempo decorrido, ele continuou no coração de seus patrícios, inclusive os humildes e anônimos.

Prova-o exuberantemente o grande número de assinaturas constantes da Ata de Exumação. Enquanto os representantes oficiais e de entidades, após a assinatura, apunham sua qualificação, notam-se inúmeras assinaturas sem esse detalhe. Evidentemente, provinham de populares presentes ao ato, onde se observam diferenças flagrantes nos traçados.

Distinguem-se os de pessoas habituadas à escrita, ao lado de nomes quase desenhados, e até mesmo garatujas. Se não laboramos em erro, a Revista Militar Brasileira — Vol. 50, de 1949, estampa a referida Ata, além de várias fotografias das diversas fases da pouco comum cerimônia.

Comprova-se, assim, que Caxias, embora nascido à sombra do trono que ele por anos e anos sustentara, tanto com a espada quanto através da ação política e administrativa, foi realmente amado e querido pelo povo de sua terra. Muitos mais amado, talvez, do que pelas cabeças coroadas, pelos seus colegas de Ministério e pelos "casacas", como denominava aos profissionais da política.

Logo, bem andaram as autoridades militares em recordá-lo anualmente na Semana do Exército e em outras efemérides nacionais.

Dessa forma, seu nome perdura por todo o sempre, no coração do povo. Desse mesmo povo que se constitui no Exército de Caxias.

WALTER PINHEIRO GUERRA é sócio-correspondente em São Paulo (SP) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



A AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/92

Henry J.R. Sanson

Reprodução de trabalho apresentado pelo autor no *Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizado no Rio de Janeiro dias 7 e 8 de março de 1991.

Defende a apresentação, na conferência da ONU sobre o assunto, a realizar-se em 1992, de um Programa Mundial para desmistificar as potencialidades da Amazônia, propondo a transferência mútua de tecnologia e uma co-participação da empresa brasileira com a estrangeira dentro dos preceitos de um desenvolvimento sustentável.

AMAZÔNIA, ESSE DESCONHECIDO

O homem sempre sente o seu próprio tipo de medo perante o desconhecido. No caso da bacia amazônica, o medo se agiganta, porque os números e a sua biodiversidade são gigantescos. Vejamos alguns dados: (*)

• A área geográfica da bacia amazônica representa 5.433.000km² ou, numa comparação mundial: 1/20 da superfície terrestre, 1/5 das disponibilidades de água doce, 1/3 das florestas latifoliadas, 1/10 da biota universal, 3/5 da área do Brasil, 5/10

(*) Trabalhos publicados pelo Prof Samuel Benchimol do Instituto Superior de Estudos da Amazônia.

A AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/92

da América do Sul, e 4/1000 da população mundial.

- Desses 5.433.000km², uma área de 3.984.000km² refere-se às suas bacias hidrográficas e 3.970.000km² são constituídos de florestas úmidas e superúmidas tropicais.

- Existem 362 diferentes áreas indígenas, com uma população de 172.000 índios, ocupando 854.648km² de terras reservadas, com uma biodiversidade étnica única no mundo, não tanto pelas características raciais, mas por aspectos antropológicos culturais muito ricos, tendo sido capaz de gerar mais de duzentas línguas e dialetos, somente na Amazônia Brasileira.

- A geodiversidade dessa região é motivo de muitas controvérsias porque ela não é homogênea, como muitos estrangeiros acreditam. A Amazônia Atlântica tem 1.200km de costa, com vegetação característica de mangues, com dunas e praias. A Amazônia Ribeirinha, caracteriza-se por suas várzeas salobras. A Amazônia do Alto Rio Negro, Tumucumaque etc., com idade de 600 milhões de anos, dá origem aos "rios de água preta", contendo ácido húmico, onde a vegetação é de difícil crescimento, mas seu solo muito rico em minerais. A Amazônia Oriental, onde os rios se constituem num enorme potencial hidroelétrico sem causar quase nenhum impacto ambiental, devido ao estrangulamento desses rios que se originam no planalto central, desce pelo escudo sul amazônico. A Amazônia dos Rios Amarelos, de nas-

centes andinas, com idade de 60 milhões de anos, onde o solo lavado dessas montanhas, pela sedimentação e colmatagem, torna as várzeas muito férteis, durante o curto ciclo de baixada das águas, com um mínimo de impacto ambiental. A *Amazônia dos Recursos Minerais*, localizados na sua calha norte e calha sul, permitindo direcionar as explorações desses recursos não renováveis sem sacrificar suas florestas, sendo tão imensa sua potencialidade mineral, que vem servindo como aval para negociações internacionais.

- A *biodiversidade* caracteriza essa região como o maior banco genético do planeta e dá características peculiares às suas florestas nativas.

Outras tantas considerações alongariam a introdução ao tema principal. *Perguntamo-nos* então: se muitos brasileiros do sul do país têm dificuldade em compreender essa vastidão de diversidade, o que dizer dos estrangeiros, que desconhecem regiões tropicais e vivem influenciados por fitas de cinema/TV, descrevendo a sangrenta conquista do oeste norte-americano, pensando que o mesmo modelo está sendo aplicado no Brasil?

Trata-se do medo de perder algo para a humanidade.

A forma mais fácil de corrigir esse paradigma é trazer o estrangeiro até aqui, para ver o que somos e o que temos feito. Trazê-lo ao nosso convívio, através da co-participação em trabalhos de pesquisa experimental.

CONFRONTOS DESNECESSÁRIOS

A Amazônia sempre foi cobiçada por países estrangeiros. Registrados, no decorrer da História do Brasil, inúmeras campanhas com objetivos claros de deslocar a soberania que nosso país exerce nessa região. Mais recentemente, o Brasil foi colocado no centro das pressões ambientalistas, com campanhas, muitas vezes emocionalmente enganosas, como demonstramos a seguir.

• Nos EUA, uma série de editoriais do *New York Times* destacava em títulos sensacionalistas: "O Brasil Queima o Futuro"; "A Dívida do Brasil Pode Salvar a Amazônia"; "O Holocausto Ambiental Está Varrendo a Floresta Tropical da Amazônia"; "O Mundo Quer Que o Brasil Pare de Destruir Irresponsavelmente a Floresta Amazônica"; enquanto o *Houston Post*, de 22 de março de 1985, apresentava matéria não menos chamaativa: "O Brasil, Que Está Estuprando a Floresta Amazônica em Nome do Progresso Econômico, É o Pior Agressor".

Convém lembrar que a maioria das florestas amazônicas são tão úmidas que se torna impossível a sua queima, durante a maior parte do ano.

• Na Itália, campanha do semanário *L'Espresso* propõe a suspensão dos investimentos ao Brasil, que possam afetar o meio ambiente amazônico, ao tempo em que a "Liga Para o Meio Ambiente" desse país destaca: "Sempre o Brasil, com mais de

938 Milhões de Toneladas de Anidridos Carbônicos Emitidos" e "O Brasil é Ainda o País no Hemisfério Sul Mais Endividado Junto aos Países do Norte".

Não se menciona a emissão de CFC — gás clorofluorcarbono — principal responsável pelo buraco na camada de ozônio, onde o Brasil emite 4,6% do emitido pelos EUA e 8,9% do emitido pelo URSS. Quanto à emissão de dióxido de carbono, o Brasil emite a mesma quantidade que os EUA e quase a mesma que a URSS (segundo publicação recente da ONU).

• No oriente, o *Bangkok Post* publicou matéria onde, entre outras citações, encontramos: "O Vergonhoso Estupro da Amazônia pelo Brasil" e "Os Brasileiros e os Estados Amazônicos Não Podem Exigir o Direito de Privacidade Sobre Essa Região".

• Na França, o Presidente François Mitterand, na Conferência de Haia, declarou que "Alguns Países Deveriam Abrir Mão de Parte de Sua Soberania em Favor de Interesses Globais", referindo-se à Amazônia.

• O Parlamento Europeu adotou, no dia 16.03.89, resolução sobre a floresta amazônica, onde se lê que "Os Esforços e a Necessidade de Proteger Urgentemente a Floresta Tropical que, em Nível Mundial, Constituem um Todo Uno e Indivisível, Necessário e Imprescindível Onde Ainda Houver Floresta Tropical". E pede, ainda, sanções econômicas ao Projeto Grande Carajás.

Existem muitas outras acusações

relativas a essa "Campanha Mundial" feita entre 1988/89.

Como resultado, o Governo Brasileiro vem adotando uma série de contramedidas, como a de oferecer o país como sede da *Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente* a se realizar no Rio de Janeiro, em 1992. Outra medida foi a criação de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito*, em 1989, onde depoimentos do embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados enriquece, de muito, os argumentos aqui apresentados.

O Brasil, até hoje, é considerado como réu, tendo que adotar *posições defensivas*, constantemente. A presente proposta, partindo do setor empresarial, é uma tentativa complementar de trazer pesquisadores estrangeiros ao nosso convívio e, dessa maneira, reduzir as tensões, através da presença deles na Amazônia.

OFERECER EM VEZ DE PEDIR

Países menos desenvolvidos costumam funilar o relacionamento com as nações do primeiro mundo, através de pedidos de ajuda financeira. No estado atual de desenvolvimento mundial, torna-se importante, para países como o Brasil, mudar sua estratégia e passar a oferecer opções de co-participação.

Para poder co-participar é necessário identificar os campos de mútuo interesse que estão em jogo. Nesse sentido, problemas relacionados ao

meio ambiente hoje são, reconhecidamente, prioritários entre todos os povos. Devemos, portanto, identificar interesses mútuos relacionados ao meio ambiente e passar a oferecer oportunidade para uma co-participação. Dessa maneira, estaremos trazendo novas tecnologias avançadas para o Brasil, em troca do farto campo experimental que possuímos. E, com isso, aprimorando os nossos conhecimentos científico-tecnológicos.

A maneira mais rápida e barata para se dar início a esse programa é preparar nossa infra-estrutura para conseguir uma mútua transferência de tecnologias.

Propomos, para isso, um banco de dados ambiental para a Amazônia, cujo sistema seja flexível e uniforme, para poder oferecer, ao usuário brasileiro e estrangeiro, todo o acervo tecnológico existente na Amazônia. Simultaneamente, ligado ao "Sistema IBICT" (Instituto Brasileiro da Informação para a Ciência e a Tecnologia), permitindo acessar os bancos de dados sobre o meio ambiente, existentes no mundo. E, dessa maneira, integrar a rede de bancos de dados ecológicos, já em operação no mundo desenvolvido.

NECESSIDADES PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS

A produção de novas teorias, tecnologias e técnicas alcança, hoje, tal velocidade que se torna difícil disseminar as informações com a eficiê-

cia desejada junto ao pesquisador/empresa. Pior ainda é a falta de *campos experimentais* para testar, *in situ*, as teorias criadas. Algumas universidades de primeira linha precisam, por vezes, usar modelos matemáticos/analógicos, para comprovar teses de doutoramento ou pesquisas teóricas, por falta de um campo de aplicação.

Países desenvolvidos, devido à sua localização geográfica, conhecem pouco das condições reais existentes em zonas tropicais, onde são encontradas densas florestas nativas e exuberantes riquezas naturais. É de se esperar, portanto, que naqueles países se gerem teorias distorcidas a respeito do meio ambiente, conjugado à necessidade de um desenvolvimento sustentável para zonas tropicais, apesar da boa vontade e honestidade de propósitos que esses cientistas/pesquisadores possam ter.

Áreas tropicais, com 5 milhões de km² e que se encontram sob um único domínio político, inexistem fora da Amazônia Brasileira. Nessa latitude, encontramos um retalhamento de países, tanto no continente africano como na Indonésia ou Malásia. O Brasil tem a oportunidade de oferecer o maior *laboratório experimental* localizado em zona tropical existente no mundo e sob uma única bandeira. Isso poderá ser uma facilidade a mais nas transações de *joint-ventures*, visando a atrair pesquisas aplicadas à Região Amazônica.

O QUE OFERECER

O que representa, para um país do Hemisfério Norte, desenvolvido, pesquisar no laboratório experimental amazonense?

São oportunidades, fora do alcance da imaginação, que poderão ir se desdobrando continuamente porque, a cada etapa de pesquisa realizada, abre-se um leque de novos conhecimentos e, estes, por sua vez, tenderão a gerar novas pesquisas. No mundo inteiro isso acontece numa progressão geométrica, diretamente proporcional ao nível de desenvolvimento do respectivo país.

Para o Brasil, poder participar dessa máquina de produção tecnológica, co-participando desses avanços experimentais no próprio país e junto com os cientistas de países estrangeiros, representa uma oportunidade única e que não voltará a aparecer tão cedo. Isso é devido às circunstâncias favoráveis que advirão durante a *Conferência Mundial da ONU/92*, tudo isso em troca de ofertar o nosso campo amazônico para pesquisas amplas, numa proposta que parte da livre empresa brasileira, que é um ambiente politicamente neutro.

Para o Brasil e os países desenvolvidos, a presente proposta representa uma infinidade de novas oportunidades de trabalho no campo da pesquisa experimental, científica e tecnológica, abrindo caminhos nunca dantes abertos na busca de novos conhecimentos, nessa vasta e mística região, que é o nosso Amazonas. Citaremos algu-

mas dessas oportunidades, que estão ao nosso alcance imediato:

- *O Brasil tem a oferecer*, para qualquer pesquisa na Amazônia, quatro centros de pesquisa com capacidade e trabalhos realizados que são reconhecidos no mundo inteiro. Poderão se tornar bases de apoio para o início das investigações visando a programas de co-participação entre empresas/pesquisadores/universidades/centros de pesquisa, no Brasil e no estrangeiro. São eles:

INPA — Instituto Nacional para Pesquisas Amazônicas, localizado em Manaus-AM.

Campo de Pesquisas do Museu Goeldi, localizado em Belém-PA.

INPE — Instituto de Pesquisas Espaciais — em São José dos Campos-SP.

Instituto Superior de Estudo da Amazônia, localizado em Manaus-AM.

E ainda as universidades localizadas na região, além do apoio sistemático da Marinha (com seus navios-hospitais), do Exército (com seus hospitais de campo) e da Aeronáutica (apoio logístico) em um serviço gratuito à população.

- *Centros de Recursos Genéticos*. São seis deles operando no Brasil. Sua função é de armazenar bens e sementes em baixa temperatura — nitrogênio líquido — para a reconstrução das espécies animais e plantas. São *bancos de dados genéticos* que guardam a memória genética para o futuro,

principalmente no combate às pragas, advindo de monoculturas.

As análises sitogenéticas já classificaram e armazenaram 38.000 variedades de sementes até hoje, sendo que a capacidade instalada comporta 500.000 espécies.

A Amazônia é o maior celeiro genético do mundo.

- *Plantas Medicinais*. As pesquisas, nesse campo, não terão término. Além da pesquisa convencional, pode-se recuperar a memória medicinal usada pelos índios, com uma riqueza de recursos incalculável.

- *Plantas para Alimentação*. A “Liga para o Meio Ambiente” da Itália publica estudos preliminares onde se constata que “as florestas tropicais hospedam além de 80.000 espécies de plantas comestíveis, dos quais nenhuma é cultivada até hoje”. E, em outro estudo, revela que “novas espécies de animais e insetos são classificados a um ritmo de 10.000 por ano, sendo a maioria proveniente de regiões tropicais”.

- *Sensoramento por Satélite*. A cada 14 dias, o Brasil reinterpreta o levantamento completo do seu território, no espectro visível e no infravermelho. São estudos de abrangência, interpretados pelo INPE em convênio com a NASA.

- *Florestas Tropicais*. Com sua biodiversidade, apresenta uma biodiversidade muito rica.

- *A Fauna*. Novamente o maior campo de pesquisas do mundo. Propicia pesquisas muito úteis no campo de insetos, animais diversos, peixes,

(de água doce, dos mangues salobres, costeiros e do mar), e todo o bio-equilíbrio tropical.

• *Minérios.* A Amazônia já se revelou como tendo um potencial de minérios nobres, gemas, diamantes, ouro etc. muito fora do alcance das reservas identificadas até hoje. Pesquisas sistemáticas irão abrir novas oportunidades comerciais para empresários de todo o mundo.

Estudos alternativos do uso do solo, após a retirada do bem mineral, em regiões tropicais, irão evitar futuras agressões ao meio ambiente.

Técnicas de exploração mineral estão a exigir novas pesquisas, para atender ao pequeno empresário/minerador da região.

• *Pedologia.* A seleção dos solos na geodiversidade existente, em função do tipo de plantio, com registro em banco de dados, visando a mapamentos agropecuários, para ajudar o empresário.

Estudos da erosão e lixiviação nos trópicos.

• *Clima.* Em zonas tropicais com densas e extensas florestas, onde pouco é conhecido.

• *Antropologia.* Os índios da região e seus hábitos, culturas, miscigenação.

• *Arqueologia.* As culturas antigas e as pirâmides da Amazônia.

• *Novas Tecnologias.* Respeitar o meio ambiente e implantar um desenvolvimento sustentável nessa região, irá demandar a presença de equipes pluriprofissionais, desde urbanistas

até especialistas no uso dos rejeitos urbanos e industriais.

E muitas outras oportunidades existem para a pesquisa aplicada.

Perguntamos: O Brasil tem recursos financeiros para enfrentar todos esses desafios ao mesmo tempo?

Pesquisar novas tecnologias com a co-participação de brasileiros, em troca do uso do nosso campo experimental amazonense é uma forma de atrair recursos sem ter que pedir por eles e colocar o Brasil numa posição de oferecer benefícios à humanidade. Seria uma posição bastante simpática para oferecer, na abertura da conferência da ONU/92.

A PROPOSTA

Eis o que se propõe:

a. que os problemas e soluções ambientais, ligados ao desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, sejam tratados como uma única região geográfica, visando a obter informações e controles eficientes;

b. que a CNI/CNC/CNA/CCI venha a ativar programas de pesquisa e consequentes projetos de desenvolvimento na Região Amazônica, por meio da co-participação entre empresas/pesquisadores/centros de pesquisa/universidades brasileiras, junto com os co-parcerias de outros países, dentro de um espírito de participação mundial, a nível das Nações Unidas/ICC;

c. para o controle desses programas e o armazenamento de infor-

mações tecnológicas/científicas, que seja organizado um banco de dados específico para a região Amazônica e compatível com o "Sistema IBICT";

d. que todas as fases de execução desses programas possam estar dentro dos preceitos a serem emanados pela WICEM-II, no que concerne o desenvolvimento sustentável na Amazônia, respeitando-se o seu meio ambiente;

e. que esse "Programa para a Pesquisa Amazonense" seja apresentado como parte de uma resposta, nascida do empresariado brasileiro, para enfrentar o desafio que a Bacia Amazônica representa, visando à obtenção e maiores conhecimentos, para o benefício de toda a humanidade.

RECOMENDA-SE:

Que o "Programa para a Pesquisa Amazonense" seja amplo em suas metas e abrangente na co-participação e responsabilidade de todos os órgãos brasileiros, com capacidade de cooperar.

Mas, que a sua execução seja planejada por etapas curtas e precisas, onde as experiências positivas e negativas possam ser arquivadas no banco de dados visando a corrigir as etapas seguintes de execução. Com isso, gradativamente, dever-se-á otimizar o sistema de controle com relação às metas propostas.

Os bancos mundiais serão mais flexíveis se apresentarmos um sistema de controle eficiente, por cima de curtas etapas na execução.

CONCLUSÕES

• *O Brasil*, ao longo desses anos, vem se apresentando como réu perante a opinião mundial, no que concerne aos problemas ambientais na Amazônia. Isso tem induzido a uma política de ação restritiva e de resguardo. Na presente proposta, o Brasil passaria a adotar uma ação construtiva e de co-participação mudando sua postura por meio de ofertas colocadas ao mundo desenvolvido.

• *A Região Amazônica* tem o suficiente para gerar seus próprios recursos, visando ao desenvolvimento sustentável. O que falta é uma série de pesquisas aplicadas trazendo, como consequência, projetos de co-participação entre empresas nacionais e estrangeiras.

Para vencer essa inércia, a curto prazo, teremos que atrair recursos estrangeiros, em programas construtivos para a região e respeitosos quanto à soberania brasileira.

• Se empresas/pesquisadores estrangeiros passam a trabalhar na Amazônia, num ambiente de abertura e na busca de interesses desejáveis para a região, será bastante difícil manterem campanhas difamantes. Isso porque teremos o argumento maior de pedir para aguardar os resultados das pesquisas, em execução pelos próprios elementos estrangeiros.

• *As propostas* mencionadas estão de pleno acordo com:

— o PNMA/IBAMA — Programa Nacional do Meio Ambiente e Insti-

A AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/92

tuto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

— a “*Carta de Princípios*” emanada pela CCI — Câmara de Comércio Internacional, visando à Conferência das Nações Unidas/Meio Ambiente/92.

— o ‘*Documento Básico*’ emanado pelo PADCT-II/CIAB/SCT, relativo a transferência de tecnologias.

— A “*Carta da Amazônia*”, assinada por todas as confederações, federações, associações e órgãos com interesse na Amazônia, num total de 39 entidades.

— a *CIMA* — Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/92.

- *Riscos para o Brasil*: Na execução da presente proposta encontramos apenas um ponto sensível, mas perfeitamente controlável: o Brasil deverá adotar meios de poder radicalizar os resultados das pesquisas no país. Isso inclui o treinamento e a participação efetiva dos nossos técnicos, no dia-a-dia dos trabalhos junto com os co-parceiros estrangeiros.

A maior riqueza que o Brasil jamais possuirá reside no seu nível de educação tecnológica, que é o seu mais precioso patrimônio.

- *Vantagens para o Brasil*:

A Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente/92 irá definir as diretrizes restritivas para a indústria, pelo menos durante os próximos dez anos.

Para o Brasil, isso representa se-

lar o seu futuro, tendo que se defender como réu, ou partir para uma política aberta, de co-participação, onde outros países terão interesses em trabalhar conosco, legalmente.

Se os objetivos forem claros e nobres, poderemos esperar resultados também claros e benefícios para nosso país. Nesse caso, nada mais nobre do que oferecer toda uma região tropical como laboratório experimental, em benefício da humanidade.

A definição dos objetivos brasileiros para a “World Industry Conference on Environmental Management-II” deverá partir do presente seminário. Por sua vez, em Rotterdam, a WICEM-II irá definir as posições do empresário mundial para a conferência mundial das Nações Unidas, a se realizar no Rio de Janeiro, em 1992. O objetivo é de estabelecer uma política global para o gerenciamento ambiental, visando aos próximos dez anos.

Dessa maneira é importante aprovar propostas neste seminário, que poderão merecer uma aprovação na “WICEN-II”, com objetivos finais de retornar à Conferência Mundial da ONU/92.

Isso colocaria o Brasil numa posição de respeito, na busca de soluções científicas para enfrentar o desafio Amazônico, na qualidade de coirmã junto aos países desenvolvidos. Teríamos o que oferecer à comunidade mundial ambientalista.

Finalmente, procuramos apresentar soluções onde todas as partes terão benefícios, numa proposta vinda do

A AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/92

empresário brasileiro, oferecendo oportunidades mútuas ao empresário mundial, trabalhando em uma das mais ricas regiões existentes.

E, quanto ao trabalho proposto, trata-se da mais elevada qualidade para o ser humano, ou seja, o incremento à sua cultura científica, tecnolo-

lógica e técnica, através de pesquisas aplicadas, visando à qualidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Esse é o desafio que se lança sobre nós, hoje.

Sejamos nós a enfrentá-lo, e não os nossos descendentes.



HENRY J.R. SANSON — Engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie (SP) e graduado mestre em ciência pela University of California (Berkeley, USA). Professor da Universidade Mackenzie (1964 a 1986) e da Fundação Armando Penteado (SP), 1973 até a presente data. Coordenador e professor de diversos cursos de pós-graduação foi, durante sete anos, diretor do Centro de Planejamento e Pesquisa da Universidade Mackenzie. Diretor de diversas firmas de engenharia e consultor de várias organizações governamentais, inclusive do IPR — Instituto de Pesquisas Rodoviárias, é membro de diversos conselhos em nível estadual e federal, desde 1961, e de várias associações de professores e Institutos.



A “BATALHA DE CAMPO GRANDE” OU “LA BATALLA DE LOS NIÑOS”

Alberto Martins da Silva

A Batalha de Campo Grande (1869), com seus diversos nomes tupy-guaranis, é um dos pontos de apoio dos que se ocupam em denegrir a participação do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai, com base na idade média do combatente que a tropa brasileira enfrentou.

Os dados apresentados neste artigo enfoca o recrutamento paraguai a partir de 1866 e permite, ao leitor desapaixonado, avaliar qual o verdadeiro responsável pelo sacrifício de tantos jovens embevecidos com as palavras tresloucadas de um líder no desespero da inevitável derrota.

Corria o ano de 1869 e a situação do Exército Paraguai, após a queda de Pirebeui, não era das mais promissoras. Seus comandantes já não conseguiam reunir um contingente, com a mesma rapidez de antes, para fazer face ao avanço da força aliada. O Marechal Lopez já tivera conhecimento do progresso das conversações realizadas em Assunção, para a implantação do Governo Provisório assentado num triunvirato. O País dividido, a tropa com seu efetivo cada vez mais reduzido e o grande número de feridos

e famintos eram o reflexo do impensado proceder do obstinado e cego Presidente, que jogava o País em incerto e perigoso futuro.

Segundo historiador paraguai, “em 16 de agosto aconteceu uma das mais estupendas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai”. O local da batalha recebeu várias designações — é chamado de *Campo de Barrero Grande*, por Resquín; *Ñu Guazu*, *Rubio Ñu* ou *Diaz Cué*, por Centurion, e *Campo Grande*, por O’Leary. O nome de *Acosta Ñu*, conhecido no Paraguai

e no Brasil, não aparece em nenhum documento da época.

Essa batalha seria uma entre as muitas que ocorreram naquele período bélico, não fossem os comentários ocorridos no Paraguai. As reações do povo guarani estão fundamentadas no que dizem os livros dos escritores lopistas, quando a descrevem enfatizando o "massacre" realizado pelos brasileiros contra as crianças que estavam no Exército de Lopes.

Essa distorção dos fatos é ainda hoje motivo de críticas, chegando ao nosso meio através de filmes e documentários de televisão. Manda a verdade dizer que os soldados não estavam lá como crianças desassistidas, soldados de última hora e sem proteção do Exército Paraguaio, e sim, soldados preparados para a luta, disciplinados pelo Exército Militar e conscientizados pelo forte sentimento patriótico do povo paraguaio.

A força aliada, que era chefiada pelo Marechal Conde D'Eu, levou de vencida o General Bernardino Caballero, com somente 63 mortos e 389 feridos. O Exército inimigo teve 2 mil mortos e 1.300 prisioneiros, perdendo 23 canhões e seis bandeiras, segundo o historiador Barão do Rio Branco, nas "Efemérides".

Segundo o historiador paraguaio, Juan E. O'Leary, que ouviu do próprio general Caballero, "a Divisão paraguaia se compunha de 3 mil homens, das três armas, e seis canhões. Quase todos seus soldados eram jovens que apenas passavam dos qua-

torze anos. Somente o Batalhão nº 6, cujo Chefe era o Comandante Bernardo Franco, se compunha de veteranos..."

Quanto às perdas do lado paraguaio, diz o General Resquín que "o General Caballero perdeu sua artilharia, 87 carretas com bois, armamentos, munições e bandeiras, logrando salvar-se entre muitos que sucumbiram. Quando revistou suas tropas, para chegar ao Quartel-General, não tinha mais que trinta oficiais e 2.320 soldados. O Comandante Franco, com 29 oficiais e 1.765 soldados, havia sucumbido em seu posto de honra, e o Comandante Oviedo, com 36 oficiais e 1.816 soldados, havia sido feito prisioneiro".

O que desejamos deixar esclarecido é que o governo paraguaio já usava do expediente de recrutar jovens para as suas fileiras desde 22 de fevereiro de 1866, isto é, três anos e seis meses antes daquela batalha. O decreto, assinado no Quartel-General de *Paso Poco*, pelo Presidente Francisco Solano Lopez e Vicente Barrios, chama, em seu Artigo 1º, ao serviço das armas todos os cidadãos que, pelo último recenseamento, foram classificados como aptos para o serviço ativo militar. Na Batalha de Corrales — fevereiro de 1866 — segundo o "Boletim de Campanha nº 3", já atuaram jovens, que se bateram heróicamente, tendo sido citados Prudêncio Gimenez e Barrando Cespedes.

Na verdade, a data de 12 de dezembro de 1866 marca a chegada, em Humaitá, do navio *Yporá*, trazendo

cinquenta jovens, cujas idades variavam de 11 a 14 anos, procedentes da Vila Rica. Eles vinham formar uma Unidade Militar, a primeira inteiramente de jovens, que haveria de incorporar-se ao Exército em operações. Até então, os jovens prestavam serviços auxiliares, de vigilância, nas vilas e povoados e também nos acampamentos de Paso Pocu, sem, contudo, atuarem nos combates. Esse grupo vinha comandado por Fermin Lopez, velho professor de várias gerações, ex-combatente e muito querido por todos. Ferido em combate, Fermin foi evacuado da zona de operações para convalescência, retornando, a pedido, para Vila Rica para disciplinar os jovens, agora no posto de subtenente.

Convém ressaltar, também, que, em abril de 1865, o Capitão José Edwiges Diaz, Chefe de Polícia da Capital, havia solicitado ao Presidente Lopez *um destino más conforme con su genio y la robustez de su juventud*. Nessa ocasião, o próprio Presidente o encarregou da instrução e organização de um batalhão com a flor e nata da juventude de Assunção. Esta é a origem do Batalhão nº 40, que foi preparado no Quartel de São Francisco, e recebeu a visita do alto mandatário da Nação, comentada por Juan Silvano Godoi, em seu livro *Monografias Históricas*.

Com as constantes baixas e o avanço dos aliados, a urgência de mais reforços se fez necessária. Assim, novamente, em 22 de março de 1867, foi dado ordens a todas as cir-

cunscrições militares do Paraguai para procederem a um novo alistamento, alcançando todos quantos estivessem em condições de portar armas. Esta ordem atingia os jovens de 12 a 16 anos.

Já no início de abril, começaram a chegar ao acampamento de Humaitá os recrutas que, segundo os cronistas, "em menos de quinze dias tinham aprendido o manejo das armas, como os melhores veteranos". A partida desse contingente foi, como o anterior, muito festejada pela população da Capital, que, acorrendo à praça fronteiriça ao Hospital Militar, aplaudiu os jovens heróis, distribuindo abraços e flores.

Em fins de abril, o agravamento da situação militar no Paraguai, que se encontrava atacado pelo norte, sul e ameaçado a oeste, e mais a chegada de reforços militares para o Exército aliado, fez com que Lopez baixasse nova ordem para um novo alistamento, abrangendo, dessa vez, todos aqueles que foram dispensados até então, isto é, os de idade abaixo de 12 anos, e os homens portadores de defeito físico. Esse alistamento foi centralizado na circunscrição militar do Quartel-General, em Paso Pocu, cuja comissão encarregada também percorreu os acampamentos e vilas alistando até os militares que convalesciam de doenças e ferimentos. Desse novo contingente, os militares seguiram diretamente para Paso Pocu, prontos para ação militar, e os outros para Assunção, onde iriam

para o período de adestramento das armas.

A imprensa descreve a chegada dos jovens e os dias de treinamento, assinalando o interesse de todos pela instrução. Em sua reportagem o articulista faz referência a alguns jovens adestrados no Quartel de São Francisco, e componentes de um batalhão, nomeando-os até: Jesus Montiel (15 anos), Cristobal Figueroa (16), Máximo Pereira (15), Martim Florencio (14), Apolinário Chamorro (13) e Joaquim Galiano (12).

Em fins de agosto de 1867, uma nova instrução do Marechal Lopez determinava que fossem recrutados todos os jovens que ainda se achavam fora do Exército, sem exceção de idade, incluindo todos os de 12 anos e aqueles de menor idade que fossem robustos e capazes de prestação do serviço militar. Nesse particular, basta citar o Batalhão nº 49, cujas Companhias — 1^a, 2^a e 3^a — totalizando um efetivo de 304 soldados, apresentava 266 jovens com idades que variavam entre 10 a 16 anos. Na Companhia de Caçadores, também desse Batalhão, existiam 99 jovens de baixa idade. Nessa época, o jornal *El Semanario*, saudando os soldados, dizia:

"Hemos presenciado com sumo agrado a entrada a esta capital de los robustos jóvenes que vienen llenos de entusiasmo a enrolarse en las filas de los bravos de la patria. Al cruzar nuestras calles daban animados vivas a la libertad, al Excmo Mariscal Lopez y al Ejercito. Todos ellos

han llegado montados y adornados con vistosas flores que iban obsequiando al passar as las señoritas que salian de sus casas a saudarlos y dárles la bienvenida."

No final de dezembro de 1868, em Cerro Leon, a situação crítica levou o próprio Lopez, através de uma proclamação, a reconhecer ter sido derrotado — era a primeira vez que assim agia — e chamou o povo a seguir com ele até o final da luta e da vitória. Nesse momento já era difícil a situação de seu Exército, em constantes deslocamentos, seguidas derrotas e grande número de baixas.

Era crescente, convém salientar, o número de jovens feridos que buscavam as enfermarias, como também o de mortos. Para que se tenha idéia da atitude suicida de Lopez, basta citar que o Batalhão nº 51, era comandado pelo Tenente Juan Gilermo Gonzalez, de apenas 16 anos. Alguns Batalhões foram quase que inteiramente formados de jovens; o já citado Batalhão nº 49 chegou a ter em suas fileiras, num total de 503 praças, 92% de jovens, perfazendo 463, muitos de apenas 10 anos de idade.

Todo esse comportamento do Marechal Lopez vem demonstrar o significado das unidades militares utilizadas na Batalha de Campo Grande ou Acosta Nu. Era o desespero de um vencido que usou as sementes da própria Pátria, os jovens que tanta falta iriam fazer no futuro do Paraguai.

O Exército Brasileiro não massacrou crianças, lutou contra um ini-

A "BATALHA DE CAMPO GRANDE" OU "LA BATALLA DE LOS NIÑOS" AB AJ

migo aguerrido, característica do soldado paraguaio, embevecido com as palavras tresloucadas do líder militar. Se naquele final de dezembro de 1868, Lopez tivesse estudado a situação militar de seu Exército e a situação político-social de seu povo, teria evitado um final trágico para a sua Pátria, opinião que é expressa por alguns escritores paraguaios, também.



General-de-Brigada Médico ALBERTO MARTINS DA SILVA — Diretor do Hospital Central do Exército. Autor de vários trabalhos históricos e pesquisador da história da medicina militar. Pertence ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, Academia Brasileira de Medicina Militar, Academia Brasileira de Odontologia Militar e Academia Brasileira de Farmácia Militar.

BIBLIOGRAFIA

CARDOZO, Efraim Hace — Cien Años. Ediciones EMASA — Assuncion — Paraguay. 1982. 13 Vol;

RIO BRANCO, Barão. Efemérides Brasileiras. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro 1946;

Arquivo Nacional de Assuncion — Paraguay; Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.



A BESTA DO APOCALIPSE

Luiz Carlos Poll

Matéria de interesse dos que crêem em prospecções calcadas nas escrituras sagradas.

INTRODUÇÃO

Saddam Hussein é a besta do Apocalipse? Foi o que um jornal perguntou, quando o Iraque invadiu o Kuwait e a Guerra do Golfo Pérsico se avizinhava. Baseava-se, então, na coincidência de ser de número 666, uma das resoluções da ONU sobre a invasão iraquiana.

Hoje, com a derrota de Saddam na guerra, sabe-se que a resposta é negativa, pois o mesmo não chegou a ter a importância atribuída à figura malévola que a Bíblia cita, em uma de suas partes, a que se refere ao “Apocalipse do Apóstolo São João”.¹

Errados estarão também todos aqueles que procurarem um homem para tachar de “A Besta”. Isto é interpretar aquilo que está escrito no Livro dos Livros “ao pé da letra”,

sem o entendimento do real significado.

A Bíblia foi escrita, traduzida e reescrita, por homens que imprimiam, também, o seu julgamento, a sua interpretação, naquilo que escreviam. Junto a isto, ocorriam modificações nos escritos originais, determinados por interesses da classe sacerdotal, como aconteceu no Concílio do Ano 60 da Era Cristã.

Porém, no “Apocalipse do Apóstolo São João”, não se alterou muita coisa e a mensagem pode ser perfeitamente entendida. Isto porque, no capítulo final, o Apóstolo João colocou uma segurança capaz de garantir a fidelidade de seus escritos: a ameaça de que Deus faria vir as pragas que estão escritas no livro sobre qualquer um que “acrescentasse ou tirasse qualquer palavra do livro desta

1) Novo Testamento;

profecia" (Apocalipse, Cap 22, Versículos 18 e 19).²

A Profecia do Apóstolo João foi escrita baseada naquilo que lhe foi mostrado e dito enquanto ele estava em um estado de "arrebatamento em espírito" (Apoc 1:10). Há que se levar em conta a maneira de ver as coisas na época, que não possuía palavras para descrever coisas do futuro,³ e que havia necessidade de escrever de maneira a transmitir, com segurança, a mensagem através dos séculos.

A Profecia se refere a um período de três a quatro mil anos. Alguma coisa é relacionada com nossa época.

Vejamos o que está escrito em relação à "Besta", fazendo, antes, uma pequena referência à Guerra do Golfo Pérsico.

A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

"E abriu o poço do abismo, e subiu fumo do poço, como o fumo de uma grande fornalha, e com o fumo do poço escureceu-se o sol e o ar." (Apoc 9:2)

— Quem não se lembra da imagem do petróleo queimando no Kuwait, fazendo o dia parecer noite, "escurecendo o sol e o ar?"

"E do fumo vieram gafanhotos..." "E foi-lhes dito que não fizessem dano à erva da terra, nem a verdura alguma, nem a árvore alguma, mas somente aos homens que não têm nas suas testas o sinal de Deus."

— Os gafanhotos são os helicópte-

ros⁴ realizando "bombardeios cirúrgicos" contra os muçulmanos (não-cristãos) iraquianos.

"...e o seu poder era para danificar os homens por cinco meses".

— Do início da concentração das tropas aliadas ao fim da guerra, realmente se passaram cerca de cinco meses. Ou pode ser que este seja o tempo transcorrido entre o início da guerra e a assinatura do cessar-fogo, ou o fim de qualquer ato de guerra aliado.⁵

O GRANDE DRAGÃO VERMELHO

"E viu-se no céu um grande Dragão Vermelho, que tinha sete cabeças e dez chifres..." (Apoc 12:3)

A PRIMEIRA BESTA

"E a besta que era e já não é, é ela também o oitavo, e é dos sete..." (Apoc 17:11)

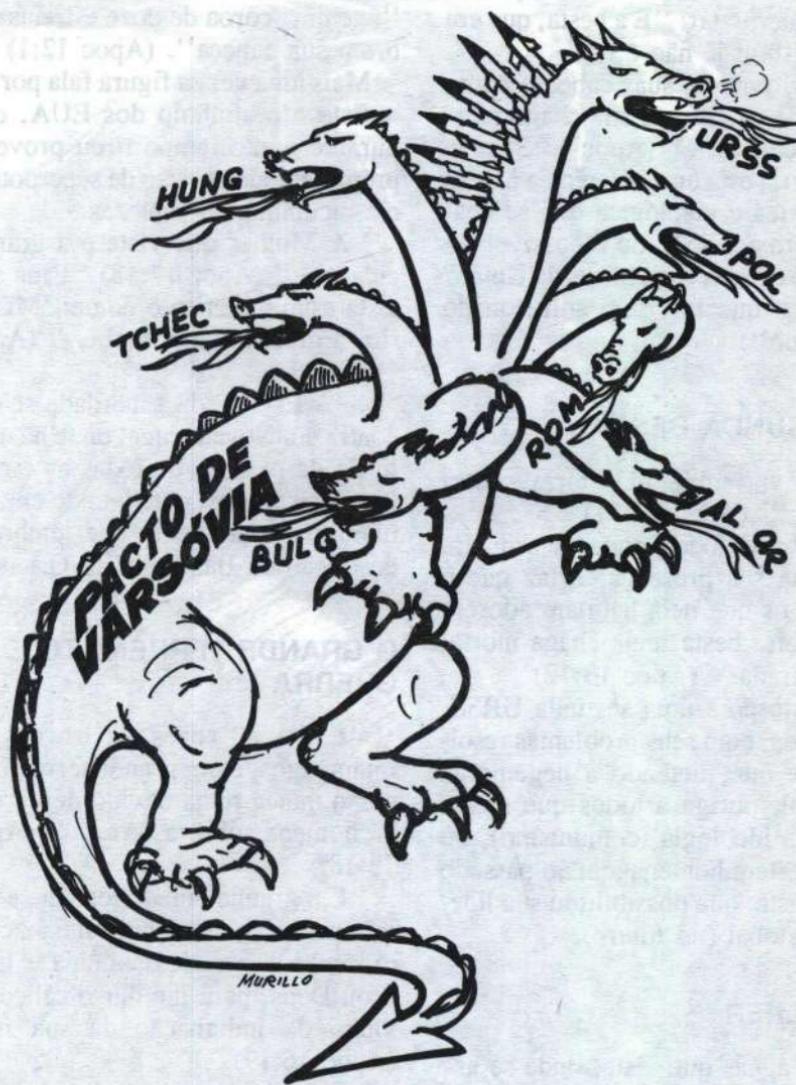
— Aqui, o Apóstolo João diz que a URSS é um "dos sete" países do Pacto, e, ao referir-se ser a besta o oitavo, deixa entrever que a URSS sucederá o Pacto, ficando só — o oitavo, após ter sido "dos sete".

2) Doravante, estas referências serão abreviadas da forma: Apoc 22:18 e 22:19;

3) Um helicóptero, por exemplo, poderia ser descrito como um "gafanhoto", que "tinha uma coroa semelhante ao ouro sobre sua cabeça", quando a hélice girava (Apoc 9:7), e com "agulhões" (rotor) na cauda (Apoc 9:10);

4) Paralelo já estabelecido na referência 3;

5) Este artigo foi escrito em março de 1991, não podendo o autor confirmar este dado;



A figura fala por si. O grande Dragão Vermelho é a representação do Pacto de Varsóvia, que durante décadas constituiu ameaça, principalmente para a Europa. É vermelho porque a estrela soviética é vermelha e porque a foice e o martelo sempre foram coloridos em vermelho, pelo mundo a fora.

Quanto ao início da frase, poder-se-ia interpretar: “E a besta, que era comunista e já não é,...”

“E vi uma de suas cabeças como ferida de morte, e a sua chaga mortal foi curada...” (Apoc 13:3)

— Seria esta uma referência à crise econômica e ideológica que se abateu sobre a URSS, ou à possível separação de suas Repúblicas da União?

Seja o que for, será solucionado (“curado”).

A SEGUNDA BESTA

“E vi subir da terra outra besta,...” (Apoc 13:11)

“E exerce todo o poder da primeira besta na sua presença, e faz que a terra e os que nela habitam adorem a primeira besta, cuja chaga mortal fora curada.” (Apoc 13:12)

— Alusão a uma segunda URSS, renovada, com seus problemas resolvidos e que, detendo a hegemonia mundial, obriga a todos que sigam a antiga ideologia (comunismo), ou que prestem homenagem ao passado comunista, que possibilitou sua liderança global (no futuro).

A MULHER

“As águas que viste, onde se assenta a mulher,⁶ são povos, multidões, nações e línguas.” (Apoc 17:15)

— O país representado pela Mulher, tem ascendência sobre os de-mais.

“E a Mulher... tinha na sua mão

um cálice de ouro...” (Apoc 17:4)
“...e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça”. (Apoc 12:1)

Mais uma vez, a figura fala por si.

Este é o símbolo dos EUA, que durante muito tempo tirou proveito próprio de sua posição de superpotência, acumulando riquezas.

“A Mulher que viste é a grande cidade...” (Apoc 17:18) “E na sua testa estava escrito o nome: ‘Mistério, a grande Babilônia’,...” (Apoc 17:5)

— A Estátua da Liberdade se encontra em Nova Iorque, onde há uma fusão de pessoas de todas as raças, línguas e credos, convivendo em um tumultuado ambiente que lembra a descrição da Babilônia do Oriente.

O GRANDE TERREMOTO E A GUERRA

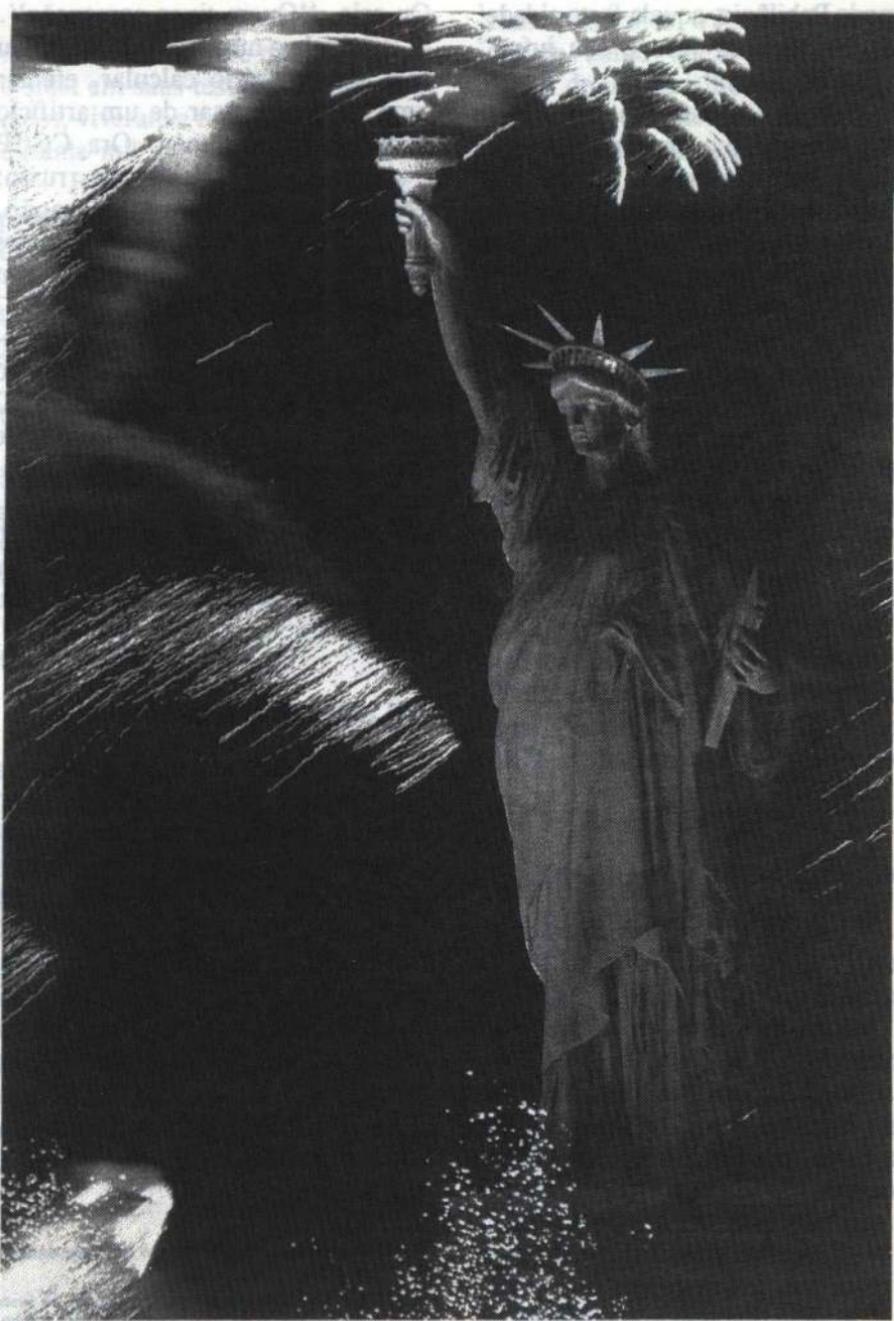
“E houve vozes, e trovões, e relâmpagos, e um grande terremoto, como nunca tinha havido desde que há homens sobre a terra...” (Apoc 16:18)

“E a grande cidade fendeu-se em três partes, e as cidades das nações caíram; e da grande Babilônia se lembrou Deus, para lhe dar o cálice do vinho da indignação da sua ira” (Apoc 16:19)

“Estando de longe pelo temor do seu tormento, dizendo: Ai! ai daquela

6) Na verdade, neste versículo, a Mulher é chamada de prostituta, pelo fato de que, por dinheiro, o país que ela representa, é capaz de tudo, até de vender armas a seus inimigos — Caso Oliver North;

A BESTA DO APOCALIPSE



grande Babilônia, aquela forte cidade! Pois numa hora veio o seu juízo” (Apoc 18:10)

— Nestes versículos, o Profeta João faz alusão a um terremoto que atingiria muitas nações, e, principalmente os EUA,⁷ enfraquecendo seu sistema de defesa, possibilitando uma ação da URSS em condições vantajosas.

“E os dez chifres que viste na besta são os que aborrecerão a mulher” (Apoc 17:16)

— Os chifres, pontiagudos, são a representação de mísseis intercontinentais que poderia a URSS utilizar contra os EUA, caso este estivesse com suas defesas desguarnecidas, em função de um grande cataclismo que o atingisse seriamente.

— Em várias passagens do Apocalipse é feita a referência à luta entre a Besta e a Mulher, cujas descrições se enquadram na URSS e nos EUA.

666, O NÚMERO DE UM HOMEM

— No decifrar do segredo deste número é que está a origem de todo o paralelo que foi traçado, pois aí está a essência da mensagem do Apóstolo João.

“Aqui há sabedoria. Aquele que tem entendimento, calcule o número da besta; porque é o número de um homem, e o seu número é seiscentos e sessenta e seis.” (Apoc 13:18)

— “Aqui há sabedoria.” Ou seja, “Aqui tem um segredo”.

“Aquele que tem entendimento.”

Ou seja, “Quem tiver percepção”.

“Calcule o número da besta.” Ou seja, é necessário calcular, efetuar uma operação, usar de um artifício para descobrir o número. Ora, CCCP é a sigla da URSS em russo; efetuando-se uma operação, eliminando-se a última letra, ficamos com CCC, que praticamente não tem diferença para o número 666.

“Porque é o número de um homem.” Aqui é onde todos erram, ao atribuir o número a uma pessoa. O que está escrito é no sentido de que o número, 666, seja obra de um homem.

E este homem é Wladimir YliYch Ulianov, “Lenine”; e sua obra é a constituição da URSS (CCCP), em 1922.

MIL ANOS APÓS

— O grande terremoto e a guerra nuclear entre EUA e URSS não será o fim do mundo, como alguns interpretam. Haverá grande destruição e a terça-parte dos homens morrerá.⁸ Mas não será o fim.

“E a besta foi presa, e com ela o falso profeta, que diante dela fizera os sinais com que enganou os que receberam o sinal⁹ da besta...” (Apoc 19:20)

— A URSS é derrotada por um novo personagem, e seu poderio é anulado.

7) Particularmente Nova Iorque sofreria danos;

8) Apoc 9:15;

9) Os que adotaram as idéias, o símbolo da foice e martelo ou da estrela vermelha da URSS.

“... os que não adoraram a besta, nem à sua imagem, e não receberam o sinal em suas testas, nem em suas mãos, viveram e reinaram com Cristo durante mil anos” (Apoc 20:4)

— Haverá um período de paz e prosperidade de mil anos após a queda da URSS.

“E, acabando-se os mil anos, Satanás será solto de sua prisão” (Apoc 20:7)

“E sairá a enganar as nações...” (Apoc 20:8)

— Novamente o mundo conhecerá a guerra por intriga de idéias malignas, e outra vez estas serão derrotadas, desta vez em definitivo, nesta terra.

CONCLUSÃO

A fim de que sua Mensagem cru-

zasse os séculos, o Profeta João a escreveu como quem embaralha as cartas de um baralho. Para se recolocar as cartas em uma seqüência lógica, para que se reconheça a Mensagem, é necessário que se retirem cartas (trechos) do conjunto embaralhado, escolhendo-as e ordenando-as de maneira compreensível.

Alguns trechos poderão ainda não estar em sua seqüência correta, ou necessitarem ajustes em sua interpretação.

De qualquer modo, as idéias principais aí estão, e elas são a essência da Mensagem.

BIBLIOGRAFIA

Novo Testamento — Companhia Publicadora Nacional; Edição 1982.



MAJ CAV QEMA LUIZ CARLOS POLL — cursou a AMAN, EsMB, EsAO e ECEME; esta última no biênio 89-90. Serve atualmente no Comando da 1ª Bda C Mec — Santiago — RS. Colaborador assíduo da Revista do Exército Brasileiro e de A Defesa Nacional.

VENDA MAIS!



Exponha adequadamente os seus produtos e veja suas vendas aumentarem.

Toda e qualquer mercadoria exposta apropriadamente tem a sua escolha facilitada e estimulada a sua compra.

*Os **expositores da Brumags** são idealizados por técnicos que procuram na concepção das peças otimizar todos os fatores que fazem o sucesso de nossas vendas e a dos clientes que adquirem nossos produtos.*

BRUMAGS METAÚRGICA

B. Petrosemolo & Cia.

Rua Carolina Machado, 816. Tel.: (021) 390-1692 – Rio de Janeiro



A MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ALGUNS DOS SEUS PRINCÍPIOS

Francisco Ruas Santos

Matéria extraída de documentos de informação produzidos pelo Centro de Informações Culturais, do qual o autor é fundador e atual diretor.

Contém princípios que se aplicam a qualquer tipo de organização, institucional ou não, de informação ou não.

O PRINCÍPIO DA PARIDADE

Laurence J. Peter, em seus *best sellers*, que tem como tema a incompetência que assola o mundo, apresenta o seu célebre princípio, segundo o qual, em uma hierarquia, a tendência é passar a pessoa de um nível de competência para um de incompetência.

Quem disso está consciente, com prudência evita que o princípio se lhe aplique. Exemplo edificante: a atriz Fernanda Montenegro recusou-se a ascender do seu nível de competência em teatro para ser ministra da cultura, alto ponto em que tantas pes-

soas, competentes em outras atividades, revelaram-se incompetentes.

Se recuarmos a cem anos atrás, deparamos com o Marechal Deodoro, grande líder militar. Ascendendo à chefia do governo da República, atingiu nível de incompetência, marcado principalmente pelo seu golpe de Estado, renúncia e morte. Coisa análoga aconteceu com o insigne professor que foi Benjamin Constant. Alçado, em 15 de novembro de 1889, à direção do Ministério da Guerra, já por isso estava incompetente, pois era apenas tenente-coronel, numa organização profundamente hierarquizada. Foi-lhe aplicado então o que

A MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ALGUNS DOS SEUS PRINCÍPIOS

Peter denomina de "sublimação percutiente" ou, no popular, "chute delicado", criando-se para ele o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Se todos os integrantes das instituições culturais forem considerados pares, já se elimina a perigosa hierarquia intelectual, sujeita como os demais tipos, à lei de Peter. Isso deve levar ainda à eliminação de categorias hierarquizadas como as de sócios grandes beneméritos e beneméritos. Quanto à diretoria, deve ser considerada apenas mandatária do quadro social para a execução do que este haja decidido. Aí, nada de transferir hierarquia externa para a instituição, tal, por exemplo, colocar na presidência pessoas que são figuras de proa noutras instituições, que ignoram ou são insensíveis ao princípio de Peter.

O princípio da paridade, ao contrário do que se poderia pensar, não iguala valores ou pessoas. É um antídoto para que umas não se julguem superiores a outras, quando podem ter apenas especialidades diversas, equivalentes.

No Exército, a partir da década de 1940, o marechal Castello Branco, quando diretor de ensino e depois comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, através do método de trabalho do comando, deixou-nos um belo exemplo de como aplicar o princípio da paridade, sem ferir a hierarquia, antes racionalizando-a. Assim, por exemplo, devendo o Comando e o Estado-Maior de uma divisão chegar a uma decisão,

esta, que é privativa do seu general comandante, deverá ser tomada em seguida a trabalho de equipe do seu estado-maior, no qual cada oficial — até mesmo o general comandante — entra com sua especialidade principal. Portanto, em busca da decisão, todos — do general ao oficial menos graduado — são pares; e a decisão compete exclusivamente ao general comandante, baseada no que o trabalho de comando sugeriu.

Nas instituições culturais, portanto, consagrar o trabalho em equipe interdisciplinar é faceta pragmática do princípio da paridade.

O PRINCÍPIO DA AUTORIDADE

O ingresso e a vivência numa instituição cultural devem ser motivados, primacial e exclusivamente, pela dedicação dos seus sócios às suas finalidades e às informações que lhe são peculiares. Assim, num instituto histórico dedicado à história do Estado em que ele se situa, o requisito para admissão deve ser a produção de informações relacionadas com essa história peculiar.

Desse exemplo podemos tirar duas formas segundo as quais essa dedicação pode apresentar-se: a elaboração de trabalhos e a disseminação da informação, juntas ou separadas. Os trabalhos têm geralmente a forma de livros, artigos e teses, principalmente; a disseminação pode ser através de aulas, conferências, palestras, atuação em reuniões de estudo. Por baixo de tudo isso, deve ter sido de-

A MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ALGUNS DOS SEUS PRINCÍPIOS

senvolvido um trabalho de pesquisa, básica ou aplicada, capaz de, só por si, credenciar uma pessoa ao ingresso numa instituição cultural, principalmente pela demonstração quanto àquela dedicação a um certo tipo de informação.

A instituição julgará com seriedade, se o candidato a sócio é, de fato, autoridade assim conceituada.

No âmbito da instituição cultural, essa autoridade inerente a cada sócio pode e mesmo deve ser engrandecida. Mas, agora, pode e deve ser alimentada pela dedicação do sócio à instituição, através da participação efetiva em um ou mais dos respectivos aspectos da vida social: sessões, culturais ou administrativas, atividades de diretoria ou grupos de trabalho, assessoria especializada em benefício da instituição como pessoa jurídica, principalmente. Aqui não se pode discriminar, pois, por exemplo, embora um sócio não possa freqüentar sessões, não está alheio à vida da instituição, se estiver funcionando como assessor da diretoria, ainda que falando apenas pelo telefone doméstico.

Quem, por motivo qualquer, tal a impossibilidade física ou o afastamento da sede da instituição, não puder a ela dedicar-se através de qualquer um dos aspectos da vida social, deve a ela renunciar, jubilando-se, ou apenas licenciando-se, até que desapareça o motivo do seu impedimento.

Decorrente do princípio de autoridade é, pois, a efetividade, a conferir apenas aos que à instituição

podem dedicar-se da forma exposta. É o que ocorria no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do tempo do Império, com os seus 50 sócios de número (25 para a História, 25 para a Geografia). Os demais, e numerosos, não eram efetivos.

Se tal efetividade, marca da autoridade, vigorasse, de fato, hoje não ocorreria o que se viu em suas últimas assembléias: sócios, ditos efetivos, dela participando sem nenhuma vivência quanto às questões que nelas eram decididas.

Em conclusão, os estatutos das instituições culturais devem ser flexíveis, de modo a que a efetividade e a autoridade sejam atendidas, prevendo, por exemplo, além da renúncia, o licenciamento e a jubilação. Esta figura é muito interessante e prática, se a instituição tiver um quadro fixo de sócios. É o caso do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que pode aumentar seu quadro social sem que haja necessidade de abertura de vaga por morte ou renúncia, bastando que sócios já antigos peçam sua jubilação.

Atendida a flexibilidade quanto à composição do quadro social, decorrência natural do princípio da autoridade, as sessões administrativas só contarão, de fato, com quem nelas possa votar com bom conhecimento de causa.

Mas, o princípio da autoridade não precisa ter rigidez imediata que impeça o desenvolvimento cultural.

Justamente para que ele seja atendido, instituições culturais que ainda

não podem abrigar o número de componentes com a necessária autoridade, podem prever categoria de sócio cooperador, aquela pessoa que, por exemplo, por ser muito jovem, não dispõe de tempo para revestir-se da autoridade aqui conceituada. O candidato a sócio cooperador empenhar-se-ia, ainda por exemplo, num trabalho de pesquisa ou de elaboração de tese, por ele escolhido numa lista apresentada pela instituição. Ao fim do trabalho escolhido, este seria apresentado à instituição e, se fosse o caso, ocorreria uma defesa de tese. Isso poderia garantir, ao candidato, aquela autoridade imprescindível para o ingresso definitivo na instituição e esta teria contribuído para o desenvolvimento cultural.

Excluída, portanto, a autoridade que não fosse relacionada com as finalidades da instituição cultural, vê-se que não deve nesta haver lugar para categorias outras de sócio, a preencher por pessoas que com elas nada têm a ver. Se assim for, e principalmente para patrocinadores de projetos ou doadores, o reconhecimento deve ser feito, mas nunca violando-se o princípio da autoridade aplicável à instituição cultural em causa.

O PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO

Se pensarmos num dos aspectos da Democracia, a igualdade de oportunidades para as pessoas humanas, já estamos, implicitamente, pensando na renovação de cargos e funções peculiares a uma instituição cultural.

Eis porque, em certos modelos democráticos, não se permite a reeleição, ainda que o governante esteja agradando.

Por quê?

Exatamente para que o maior número possível tenha a oportunidade para dirigir ou, por outras palavras, arcar com responsabilidade da governança. Isto se atende, por um lado, àquela igualdade de oportunidades, por outro permite que os sócios de uma instituição cultural com esta cada vez mais se identifiquem e coexistam com os seus problemas, ampliando-se, progressivamente, o conhecimento do corpo social sobre ela.

Em síntese, eis um princípio altamente saudável para a vida institucional.

Um dos óbices para a sua aplicação está no ranço autoritário que permeia a sociedade brasileira desde sua formação colonial, sob a égide do complexo freyriano da casa grande & senzala.

Julgando-se autoridades maiores — em contraposição ao princípio da paridade — dirigentes de instituições culturais e seus grupos — arrogam-se o direito de, tanto quanto possível, perpetuar-se nos cargos e funções.

A perfeição nessa linha foi atingida, por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, décadas atrás, com seu “presidente perpétuo”.

Muitos não se deram conta do ridículo que isso representava. Foi necessário esperar-se muito tempo para

que essa feição negativa desaparecesse.

Quanto à alegação de que pode haver necessidade da continuação das pessoas em cargo e funções, a fim de que se assegure a continuidade de um programa, a resposta é: se este tiver sido elaborado e aprovado pela assembléia, a responsabilidade a esta cabe e, consequentemente, deve ela saber delegar atribuições às novas diretorias que elege. O procedimento em contrário — não renovação em cargos e funções — geralmente decorre também da omissão do quadro social, além do autoritarismo inerente à sociedade brasileira.

A renovação quanto ao exercício de cargos e funções pode ser total ou parcial. Assim, por exemplo, uma diretoria pode ter dois terços de seus cargos com ocupação renovada, continuando um terço de ocupantes, de preferência em cargos e funções diferentes dos ocupados até à reeleição. Essa exceção ao que deve ser regra geral pode estar justificada por motivos circunstanciais peculiares a cada instituição, sempre com o referendo da assembléia soberana.

O PRINCÍPIO DA RACIONALIZAÇÃO SISTÉMICA

É por demais óbvio que vivemos todos no âmbito de sistemas, ainda que entrópicos ou com perda de energia, ou não racionalizados. No que respeita aos sistemas de informação, acham-se, via de regra, no mundo inteiro, em estado caótico. Daí o sur-

gimento e desenvolvimento da Informática, cujo objetivo final é a racionalização sistêmica em macro e micro escala. A Cibernetica entra nesse processo como irmã siamesa da Informática, da qual não deve ser separada.

A existência efetiva e racionalizada do sistema nacional de informação, de amplitude mundial, é imprescindível além de urgente.

Neste conjunto, as instituições culturais integram o sistema de informações culturais. E, como tal, sua razão de ser é produzir informação cultural, sem perda. Assim, por exemplo, se há uma comunicação original, fruto de ampla e profunda pesquisa, deve ter sido escrita pelo autor, gravada durante a palestra e disseminada.

Mas, a racionalização sistêmica abrange muito mais atividades do que essa, a que recorremos como exemplo do que deve ser feito e, infelizmente, não está sendo ou podendo ser feito pela maior parte de nossas instituições culturais.

Metodologicamente, cada sistema inerente deve realizar as atividades de:

- registro/tombamento/catalogação, através de registros de dados a processar no âmbito do Sistema Bibliodata/Calco gerido pela Fundação Getúlio Vargas;
- indexação analítica, também para alimentar esse mesmo banco de dados;

- disseminação seletiva da informação (DSI);
- aquisição planificada de documentos.

Fixando nossa atenção na DSI, está sendo, até aqui, feita através de publicações periódicas e seriadas, de edição cada vez mais difícil e custosa, geralmente defasada, quando se pensa na oportunidade da informação.

O que se recomenda então é a DSI valendo-se da informatização e telematização. Basta a instalação de um terminal — linha telefônica, computador, impressora, vídeo e modem — para, através do sistema da Embrajetel, colocar as informações produzidas à disposição do maior número de

usuários. Esse computador realizaria também a produção de informações gerenciais ou utilitárias, tais as contábeis e de cadastro de sócios. Assim, atender-se-iam objetivos práticos, com custo inferior ao da editoração e distribuição de periódicos. Quanto ao pessoal, a reciclagem de um funcionário pode permitir a informatização sem acréscimo de efetivo.

Imaginemos, agora, por exemplo, que as comunicações, ainda que não gravadas, tenham sido escritas pelos seus editores. O digitador as passaria para o terminal, e cópias seriam distribuídas aos interessados. Um disquete poderia conter muitas e diversificadas informações, tais as que não tenham sido apresentadas de público.



Cel Inf R/I FRANCISCO RUAS SANTOS — É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição Histórica do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.



OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE O IMPÉRIO

Mario Jorge da Fonseca Hermes

Transcrição de matéria publicada na Revista Marítima Brasileira (edição julho-setembro de 1990). Continua e conclui artigo sob o mesmo título publicado em *A Defesa Nacional* (edição abril-junho de 1991).

Antes de concluir o tema proposto, o autor julgou de interesse traçar um perfil do Império, em linhas as mais gerais possíveis, na suposição de, assim fazendo, permitir uma melhor compreensão da posição militar no contexto existente.

Sob os aspectos político e jurídico, o Império foi balizado pela Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, de cunho absolutista e centralizador, segundo as tradições das Casas de Aviz e de Bragança, com os juristas predominando no controle da coisa pública. “Depois de dividir as funções com a fidalguia, eles se tornaram titulares exclusivos dos

grandes cargos, embrionariamente ministeriais. A crise de 1883-85 definiu a entrada para o mando e para as decisões dos legistas no paço real (...). Aclamado o Mestre (de Aviz) regedor e defensor do reino, dos sete conselheiros que escolheu, para com ele dividir a responsabilidade do governo, quase todos eram legistas (...). A importância dos legistas, constituindo já eles uma classe própria, foi crescendo sempre; e, no meado do século XV, os doutores ocupavam na sociedade um lugar tão elevado (...). No século XVI os legistas formavam uma espécie de casta.”¹ Por outro lado, “o serviço militar tornava-se um serviço público, remunerado ao

talento do rei, obrigatório sem o subterfúgio do consentimento. A nobreza cedia todos os seus privilégios ancestrais: no futuro, só lhe restaria, ares cortesãos, despida a arrogância, pedir um lugar no governo, fonte única de poder, de prestígio, de glória e de enriquecimento".²

D. Pedro I e aqueles capitaneados por José Bonifácio não cederam às pressões das correntes liberais, que absorviam as idéias das Revoluções Americana, Francesa e do Porto. O temor à fragmentação do Império em república, ao sabor do entusiasmo exaltado pelas motivações liberais, também foi razão determinante do caráter centralizador de nossa primeira Carta Magna. O autoritarismo dos dois imperadores, embora dissimulado em D. Pedro II, tornou-se uma constante, coibindo qualquer veleidade de autonomia política e administrativa às províncias e aos municípios, e, assim, impedindo que, em todos os níveis, fosse praticado o autogoverno. É interessante notar quão diferente era o desenvolvimento do processo político nos Estados Unidos da América, depositário da cultura anglo-saxônica. "A lei e a política constituíram influências poderosas no sentido de promover contatos entre os colonizadores do Oeste e a intelectualidade do Leste. A Constituição e as Ordenações de 1787 revelaram grande presciênciia, quanto ao que dizia respeito aos Estados e Territórios futuros. Devido a eles, havia em toda parte, logo que existia uma população suficiente, governo próprio, afinado

pela Constituição, tal como era ela interpretada pela Corte Suprema. O autogoverno proporcionava educação política, e as campanhas federais punham os homens a par das opiniões mais adiantadas quanto a questões de importância nacional."³

A Constituição do Império permitia aos militares participarem da política. D. Pedro I, por não contar com "civis laicos bem educados" em número suficiente, teve de socorrer-se dos militares aristocratas para o desempenho das atividades de governo, nas esferas do Executivo e do Legislativo. É também verdade que o imperador, após a aclamação e a dissolução da Assembléia Constituinte, necessitava da lealdade militar. Com a criação das Escolas de Direito, o número de bacharéis foi crescendo e os "membros da profissão das leis ganharam o controle de virtualmente todos os mais importantes postos legislativos e administrativos".⁴

Os números que se seguem mostram o que foi a presença militar no Senado e no Conselho de Estado. Durante os nove anos de reinado de D. Pedro I, 12 militares foram designados para o cargo vitalício de senador e cinco para o Conselho de Estado, que possuía 14 membros. A Regência, período em que o Conselho de Estado deixou de existir, nomeou dois senadores. D. Pedro II designou para o Senado quatro militares na década de 40, dois na de 50 e três no restante do seu reinado. Para o Conselho de Estado foram sete membros nas dé-

cadas de 40 e 50 e mais três até a República. Em 15 de novembro havia apenas um militar membro extraordinário do Conselho de Estado: Beurepaire Rohan, velho e inválido. Declínio semelhante é observado na participação de militares na Câmara Temporária.⁵ Deve ser creditado também, para que tal tivesse ocorrido, a desconfiança da classe política em relação aos militares de terra após o 7 de Abril e o desaparecimento progressivo daqueles de origem aristocrática.

O sistema monárquico parlamentar brasileiro careceu de representatividade. O Parlamento era o “polichinelo eleitoral dançando segundo a fantasia de ministérios nomeados pelo imperador”.⁶ O povo, a essência da representatividade, não vota. “Excluídos os escravos, os analfabetos, os menores de 25 anos, os filhos-família, os religiosos, e os indivíduos desprovidos de renda anual de 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos, poucos são chamados ao voto e poucos os elegíveis.”⁷ Na eleição de 1872, diz Gilberto Amado, numa população de 10 milhões de habitantes, cálculo otimista avalia entre 300.000 e 400.000 as pessoas aptas aos comícios eleitorais.⁸ Às vésperas de 15 de novembro, “um dos capítulos de uma obra de propaganda do Brasil, expressamente preparada para a Exposição Internacional de Paris, trará este fecho significativo: ‘Até a revisão de 1887, o número de eleitores no Brasil somava um total aproximado de 200.000; isto é, 1,5 por

cento da população. É um dos menores eleitorados que se conhece’. E a situação não mudará apreciavelmente em 40 anos que se seguiram à queda do regime”.⁹ Ao lado da pequena representatividade, a legislação e o processo eleitoral incentivavam a fraude, a ponto de ser dogma político que ao partido do poder tudo era permitido, menos perder a eleição. As Câmaras resultantes das consultas aos eleitores caracterizavam-se pela representação de um só partido, aquele do gabinete que o imperador chamava para conduzir o governo.

O conturbado período regencial não conseguiu sustentar o cenário político liberal, cujo ápice fora atingido no 7 de Abril, que propugnava pela Federação, pelo Senado temporário, pela ausência do Conselho de Estado e o término do Poder Moderador. Permaneceram as idéias conservadoras com a centralização do poder no imperador, que dispunha, para proteger seus atos do Senado Vitalício, constituído por maioria conservadora, do Conselho de Estado e da figura jurídica do Poder Moderador.

A morte de D. Pedro I, em Portugal, terminou com a facção restauradora e permitiu a formação do Partido Conservador, que aglutinou a corrente dos Andradistas, as figuras maiores do 7 de Abril, os seguidores de D. Pedro I e que dominou a política do Império. “Os homens que a revolução produziu eram na sua maior parte novos, sem tirocínio, cuja inexperiência (...). A nação sem desejar

a volta de D. Pedro era todavia caríssimo, isto é, voltava sua simpatia e confiança, para os homens que a revolução tinha posto à parte.”¹⁰

Durante a Regência e nos primeiros anos da maioridade, os conservadores acenavam sempre com o perigo da anarquia e os liberais, com os apelos ao povo, ambos “falsos e demagógicos”.

Pacificado o Império e após o gabinete da conciliação, D. Pedro II encontrou a estabilidade política para governar. As críticas liberais existiam, algumas violentas, contra a posição absolutista e ditatorial do imperador, mas a verdade é que os liberais usufruíram da situação e foram gabinetes conservadores que implementaram algumas das idéias liberais, inclusive a Abolição.

O imperador entendia que o Brasil estava próximo do modelo parlamentarista inglês. Assim, replicou a um diplomata estrangeiro que lhe observara que ele “reinava e governava, não obstante a máscara de Imperador Constitucional”: “Vossa Excelência se engana. Eu deixo andar a máquina. Ela está bem montada e nela tenho confiança. Somente quando as rodas começam a ranger e ameaçam parar, ponho um pouco de graxa.”¹¹ Reconhecia haver usado “de graxa” para a derrubada de três ministérios: o de 1843, e os presididos pelo Visconde de Abaeté (1859) e por Zácarias de Goes e Vasconcellos (1868). Poder-se-ia acrescentar o chefiado por Caxias (1875), quando não atendeu o pedido do velho duque para

substituí-lo pelo Barão de Cotegipe, e chamou os liberais para ocupar o governo. “O sistema político do Brasil” — escreveu D. Pedro II — “funda-se na opinião nacional, que muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Difícil é estudo, com efeito, por causa do modo por que se fazem as eleições.”¹² A inautenticidade das eleições e o diminuto número de eleitores caracterizavam a inexistência de representatividade no Parlamento do Império.

D. Pedro II, no seu longo reinado, convivera com várias gerações de políticos, mas poucos lhe mereceram respeito.* À medida que o tempo passava, aumentava, para o imperador, a sensação de *déjà vu*, e é bastante provável que percebesse que deveria comandar o espetáculo em lugar de deixá-lo nas mãos de conservadores ou liberais. Ao analisar-se, já à distância, os fatos, o que é diferente e bem mais cômodo que os viver, se é levado à conclusão de que a manutenção do *status quo* não permitiu, com a presença de maiores contingentes eleitorais, a renovação política e,

* *NOTA DO AUTOR* — Bernardo Pereira de Vasconcellos, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de São Vicente), Límpio de Abreu (Visconde de Abaeté), Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), José Tomás Nabuco de Araújo, o Conselheiro Saraiva, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias, Gaspar Silveira Martins e Alfredo Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), de certo, foram homens que mereceram o respeito de D. Pedro II.

em consequência, a oxigenação da sociedade. Nada indica, porém, que a maioria dos políticos, mesmo de alguns que acusavam o imperador de absolutista, fosse favorável a essa oxigenação...

Talvez, o mais elaborado ataque ao Poder Moderador, e, por conseguinte, ao imperador, tenha sido feito por Nabuco de Araújo, liberal, em razão da queda do gabinete Zacarias, considerado, à época, no limiar de um golpe de estado. O pronunciamento ocorreu no Senado, em 17 de julho de 1868, e ficou conhecido como o discurso do *sorites*. Eis algumas passagens da oração: "Sr. Presidente, sou chamado à tribuna por um motivo que, em minha consciência (talvez esteja em erro), é muito imperioso. Este motivo, senhores, é que tenho apreensões de um governo absoluto; não de um governo absoluto de direito, porque não é possível neste país que está na América, mas de um governo absoluto de fato (...) não apenas fazer um protesto, não sobre a legalidade do ministério atual, porque em verdade a Coroa tem o direito de nomear livremente os seus ministros, mas sobre a sua legitimidade. A escravidão *verbi gratia* entre nós é um fato autorizado por lei, é um fato legal, mas ninguém dirá que é um fato legítimo, porque é um fato condenado pela lei divina, é um fato condenado pela civilização, é um fato condenado pelo mundo inteiro." (...) foi chamado ao ministério uma política vencida nas urnas, que tinha produzido a maioria que se acha vigente

e poderosa no Parlamento. Isto, senhores, é sistema representativo? Não. Segundo os preceitos mais comézinhos do regime constitucional, os ministérios sobem por ser a maioria, como hão de descer por outra maioria; o Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha empregados, delegados e subdelegados de polícia; há de cingir-se para organizar ministérios, ao princípio dominante do sistema representativo, que é o princípio das maiorias. Pois, sem dúvida, senhores, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à Coroa de nomear livremente os seus ministros; não podereis ir até o ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprovou. Ora, dizei-me: "Não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições em nosso país? Vede estes *sorites* fatal, estes *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo, o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo em nosso país (...). No coração do próprio ministério, como na consciência de nós todos, está o reconhecimento da ilegitimidade do gabinete atual e de todos os ministérios que forem saídos, não das maiorias, mas simplesmente da vontade do poder irresponsável."¹³ Era o que

se poderia chamar de um parlamentarismo de cima para baixo. Joaquim Nabuco entendeu que, com esse discurso, "começava, de algum modo, a fase final do Império".

"Saraiva estava no mesmo pensamento de Nabuco (de Araújo). Também ele que em 1858 tinha escrito a bela carta ao *Correio Mercantil*, negando a existência do governo pessoal, fazia agora consistir a aspiração de sua vida pública em pôr fim ao poder ditatorial da Coroa, resultante de não estar a vez do partido entregue ao eleitorado, mas ao Poder Moderado."¹⁴

Joaquim Nabuco observou: "Ao lado de uma frase em que eu falava da prostituição eleitoral em 'o erro do imperador', S.M.I. lançou a seguinte nota: 'Não é o vestido que tornará vestal a messalina, porém sim a educação do povo e portanto a do governo. Parece que devo conhecer essa chaga, pois a observo, sem ser mero expectante, há quarenta e tantos anos...'"¹⁵

O imperador chama, em 1879, José Antônio Saraiva para chefiar o gabinete e modificar o sistema eleitoral. O que buscava a nova lei — a Lei Saraiva — era a moralização das eleições, o que seria conseguido, supunham seus defensores, pelo voto direto e, segundo seu autor, por uma melhor qualificação do eleitor. A nova legislação permitiu que os acatólicos tomassem parte no processo eleitoral, mas insistiu com a condição de "prova de renda". Com isso, o número de eleitores diminuiu e, sob

este aspecto, a representatividade. "Falando cinco anos antes no Senado, havia dito Saraiva que, a seu ver, a condição de saber ler e escrever era o bastante para servir à eleição direta. É que os não analfabetos já teriam, em geral, pelo menos uma renda sofrível e as exigências corresponderiam a uma duplicação desnecessária. Agora, porém, um dos poucos pontos de seu projeto para os quais pedia aprovação era o relativo à prova de rendas, e na discussão insistiu muito que era contrário ao sufrágio universal, pois este importaria no predomínio das classes mais baixas e miseráveis sobre as outras, que, dispendo de haveres e ilustrações, pareciam mais naturalmente interessadas na manutenção da ordem, na preservação da tranquilidade pública e no bom funcionamento das instituições. Em resposta a um aparte, acentuou que havia diferença entre renda e salário; que o infeliz assalariado depende de outros para ganhar seu pão de cada dia, e, assim, não oferece garantias de independência."¹⁶ A posição de Saraiva ao priorizar o componente renda no processo eleitoral, refletia preferência à oligarquia do capital e não à democracia. Saraiva preside a primeira eleição sob a nova lei eleitoral: 150.000 alistados, comparecimento de 64%. Porta-se como um magistrado. O governo vence-as, mas a oposição, fato inusitado, faz um terço da Câmara. Ministros que disputavam cadeiras não foram reconduzidos. Foi considerada a eleição mais limpa, ou talvez a única

limpa do Império. Parecia que a nova lei resolvera a questão. Mas, ao assumir o governo o Barão de Cotegipe (conservador) e ao obter permissão do imperador para convocar eleições, tudo voltou ao que era antes. O mesmo aconteceu com Ouro Preto (liberal), que presidiu o último gabinete do Império. Tinha razão D. Pedro II: "Não é o vestido que torna vestal a messalina..." Faltava razão ao Conselheiro Saraiva em sua crença de que "para se obterem boas eleições, o passo importante seria um expurgo devastador no eleitorado, de sorte que só restassem os votantes bons, isto é, dotados de haveres e ilustração, pois só estes saberiam bem escolher seus representantes".¹⁷

Em termos sinóticos a influência conservadora do Primeiro Reinado cedeu posição, ao seu final, à onda liberal, que se manteve na Regência até 1834; daí até o golpe da maioria dominaram os conservadores, que, somente após a guerra com o Paraguai, passaram a ter sua supremacia política contestada.

A economia colonial — montada sobre o extrativismo e em estrutura agrária alicerçada na monocultura de cunho extensivo e predatório, que demandava mão-de-obra numerosa suprida pelo braço escravo — tinha por finalidade exportar para Lisboa, o grande entreposto europeu, o que fosse produzido no Brasil. A férrea centralização política, que determinou a subordinação direta das capitâncias à metrópole e um mercantilismo que, desde o século XIV, sem

qualquer imaginação, visava apenas ao lucro imediato, foram as constantes econômico-administrativas da Coroa portuguesa através dos tempos. O Brasil foi submetido a essa orientação espoliativa, que quase nada possuía de ação colonizadora. Se o mercantilismo não acumulou riquezas para Portugal, muito menos o fez para a colônia. Havia apenas uma nuance; era deliberada em relação à colônia a manutenção do atraso, da pobreza e, mais que tudo, da ignorância.

A Independência não trouxe modificações na estrutura econômica colonial, pois, das diferentes correntes de opinião que lutavam pela autonomia, a maioria desejava a manutenção do *status quo*. Assim, a economia do Império teve por base a exportação, que, com a decadência do extrativismo e do açúcar de cana, fixou-se quase que exclusivamente no café. A agricultura de subsistência não era estimulada. O Império exportava para importar. Importar implementos agrícolas que permitissem aumentar a produção e, em consequência, as exportações, importar gêneros de primeira necessidade para a alimentação, para o vestuário e importar supérfluos para atender a europeização de ínfima parcela da sociedade, a nova aristocracia. A modificação dos costumes que constituiu o verniz dessa "nata social" ia desde o vestir, até o que e como comer. A indústria, não permitida à Colônia, sempre lutou, no Império, para obter um lugar ao sol; mas aqueles que ousavam empresar

nesse ramo tinham de lutar contra interesses ingleses e nacionais. Um mote foi criado, o de ser “o Brasil um país essencialmente agrícola”, que perdurou até a revolução de 1930. A ausência de proteção aos brasileiros impediu que houvesse a evolução do artesanato para as pequenas indústrias, e dessas para o início da industrialização. Era impossível competir com a qualidade e os preços ingleses. De qualquer modo, foram louváveis os esforços de Mauá na Ponta da Areia e o da construção naval-militar durante e após a guerra com o Paraguai. Os cofres públicos eram supridos, em sua maior parte, pela taxação sobre as importações, bem superiores daquela sobre os produtos exportados, pois, afinal, havia que se exportar. O tráfico e o comércio de escravos foram as atividades mais lucrativas.

Os fazendeiros, mormente os produtores de café — fruto que necessitava de longa maturação da sementeira à colheita — que a partir da década de 40 passam a sustentar a economia do Império, foram obrigados a valer-se do crédito (na composição do custo, a terra era muito barata ou mesmo gratuita, porém a mão-de-obra, principalmente após o término do tráfico, insidia fortemente), a princípio das mãos conhecidas e até amigas dos comissários. Mas, com o crescimento da lavoura, que precisava crescer para saldar seus compromissos, os fazendeiros passaram a recorrer aos bancos, únicos com capital para financiar e que, desde a abertura

dos portos, começaram a intermediar a exportação e a importação em benefício dos banqueiros ingleses e da Coroa britânica.

A finança, mais no discurso que na prática, pois que capitulara desde cedo a atração de imprimir papel sem lastro, era regulada pelo padrão ouro. Os empréstimos a curto prazo foram utilizados, com freqüência, para cobrir o *déficit* público e permitir o devaneio da economia e das finanças em ordem.

“Mesmo a um exame superficial verifica-se que a estrutura brasileira não sofreu alteração com a autonomia. As relações de produção permaneceram as mesmas. Dominavam, com a força adquirida em três séculos de estabelecimento e de desenvolvimento, o regime da grande propriedade e da produção extensiva sob o trabalho escravo.”¹⁸ “O Brasil passou de dependência política de metrópole decadente para dependência econômica e financeira de metrópole próspera.”¹⁹ É importante notar, no entanto, que, se os donos das grandes propriedades mantiveram durante o Império forte influência política, em termos econômicos foram tornando-se cada vez mais dependentes da finança externa, não possuindo, sob esse aspecto, nem o poder, nem a riqueza que alardeavam. “A verdade é que o império dos fazendeiros, mas agora dos fazendeiros das áreas adiantadas, porque os outros vinham perdendo cada vez mais a sua importância, só começo no Brasil com a queda do Império.”²⁰

A estrutura social do Império deu corrente dos componentes políticos, econômicos e da herança cultural recebida da época colonial. A sociedade era perfeitamente estratificada. Na base da pirâmide, os escravos, cujo trabalho sustentava a economia. Logo acima, e, algumas vezes, com elas misturando-se, brasileiros livres desocupados ou utilizados como servos, que não possuíam o direito de participar e expressar-se politicamente pelo voto. O que se convencionou chamar classe média, bastante diminuta, era formada por funcionários públicos de baixa hierarquia, pequenos comerciantes e pequenos proprietários de terra. Os imigrantes, cujo fluxo começa a crescer ao final do Império, situaram-se entre os desocupados e a classe média. No vértice, ínfimo grupo formado pela classe política, em sua quase totalidade constituída por bacharéis em direito — os casacas ou legistas, no dizer dos militares, ou os pedandocratas, segundo os positivistas —, os donos das grandes propriedades, os que traficavam e negociavam com escravos, os grandes comerciantes e alta burguesia, além da classe médica, que, no entanto, carecia de poder político. À Marinha cabia sustentar a política do Império no Prata; assim, possuía uma missão bem definida, de caráter profissional, o que tornava sua oficialidade, inclusive por sua origem, diferenciada na estrutura social da época, isto é, privando de convívio no vértice da pirâmide, quanto sem influência política. O Exército,

deliberante e fator decisivo no 7 de Abril, efeméride que marca a consolidação da independência, foi intencionalmente marginalizado até a guerra com o Paraguai; daí em diante, progressivamente, as forças políticas perderiam o controle sobre a força de terra, que passa a ocupar espaço, principalmente político, no cenário nacional.

“A intervenção militar na revolução (7 de Abril) era sinceramente injusta, porquanto o melhor amigo do Exército era o Imperador D. Pedro I, quaisquer que fossem suas faltas, tinha em relação ao Exército uma compreensão muito mais clara de sua necessidade e de seu papel do que a legislatura, cuja hostilidade o derrubou. *Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do Exército pareceu sempre secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de abril e 15 de novembro, é a grande função cívica libertadora.** No Primeiro Reinado ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata (...). O historiador do reinado atribui mesmo aos nossos desastres militares os mais salutares efeitos na ordem cívica. Segundo ele, a constante má fortuna das armas brasileiras produziu o resultado de desanimar as vocações militares e de inclinar as energias da geração nova para as vocações cívicas (...). D. Pedro não podia ver o nosso descrédito militar com essa filosofia de economista. Ele sentia a necessidade de tornar o Exército apto para a guerra e

* Grifo do autor.

para a vitória, de criá-lo de novo (...). Quando a Câmara reduziu as forças de mar de 7.000 a 1.500 homens, o bom senso estava com o governo que resistia (...). Pouco depois da revolução o partido que havia aproveitado a ação do Exército em 7 de abril só tinha um desejo: dispersá-lo, dissolvê-lo, deportá-lo para os confins (...). Foi essa a primeira decepção do 7 de Abril: a do Exército, condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder.²¹ Os motivos que levaram o Exército — a esta altura constituído, na quase totalidade, de sua oficialidade e praças, por brasileiros — a posicionar-se contra o imperador, que tanto prestigiara, iam ao encontro dos interesses maiores da nação recém-emancipada. As medidas tomadas por Feijó, por mais razoáveis que tivessem sido suas razões, fizeram com que o Exército fosse afastado da incipiente sociedade de então, e esse afastamento foi o início do fosso que foi sendo cavado e que culminou no 15 de Novembro.

A educação na época colonial esteve a cargo, na sua quase totalidade, dos jesuítas, até a expulsão da Ordem do Brasil, em consequência da política de Pombal. Sua preocupação era com a propagação da fé e não exatamente com a instrução. O ensino caracterizava-se pelo dogmatismo, portanto anticientífico. A retirada da Companhia de Jesus, no entanto, deixou um vazio que não foi preenchido. A Coroa portuguesa não tinha por política investir na educação; se esse era um fato para os reinóis, não se-

ria de esperar que despendesse sequer um real para instruir brasileiros. “Um ensino precário foi assegurado de maneira irregular, por outras ordens religiosas e por leigos (...). O ensino de nível médio foi substituído de maneira irregular pelas aulas régias, cuja única vantagem (...) foi a introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais etc.”²² Sob esse aspecto houve progresso significativo.

Alguns homens de posse conseguiram preparar seus filhos e encaminhá-los a universidades europeias, principalmente à Universidade de Coimbra, renovada no bojo das reformas pombalinas. A juventude brasileira que lá estudou formou uma elite intelectual que exerceu grande influência no processo que culminou com a Independência.

A chegada de D. João com sua numerosa corte e agregados determinou que medidas fossem tomadas na área de ensino, quase todas no sentido de formar profissionais para atender as necessidades do governo e dos que tinham transmigrado para a colônia. A Academia de Marinha viera com D. João; a Academia Militar foi criada em 1810; um curso de cirurgia, em 1808, no Hospital Militar da Bahia; no Rio de Janeiro, iniciaram-se cursos de anatomia e cirurgia, e, em 1809, os de medicina. Com isso garantia-se a formação de médicos para as Forças Armadas e para a corte.

É interessante registrar a preocu-

pação de D. Pedro I com a educação primária. A Constituição do Império determinava — no artigo 1º — a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos; no artigo 11, a criação de escolas para meninas nas cidades e vilas mais populosas; no artigo 179, a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos. “Nenhum desses dispositivos constitucionais foi cumprido.”²³ É correto o entendimento de que esses artigos eram extremamente ambiciosos, mas o que parece lamentável é a ausência de qualquer esforço governamental, durante todo o Império, para que se iniciassem suas implementações. Da Independência à República, em 1827, “foi decretada a única lei sobre o ensino primário, que proibia castigos corporais (...) esta lei não foi posta em prática.”²⁴

Não era por falta de relatórios que dissertavam sobre o descalabro da educação durante o Império que o problema deixou de ser enfrentado. “O relatório do ministro do Império, Conselheiro Paulino de Souza, apresentado às Câmaras em 1870, reflete o estado do ensino elementar no país: “Em algumas províncias a instrução pública mostra-se em grande atraso, em outras, em vez de progredir, tem retroagido, conservando-se aqui estacionária, ali andando com a maior lentidão. Em poucos é sensível o progresso; em nenhum satisfaz o seu estado, pelo número e excelência dos estabelecimentos de ensino, pela freqüência e aproveitamento dos alunos,

pela vocação pelo magistério, pelo zelo e dedicação dos professores, pelo fervor dos pais em dar aos filhos a precisa educação intelectual, em geral pelos resultados que poderiam produzir esses meios combinados. Em muitas províncias tem-se reformado, reforma-se e trata-se de reformar a organização do ensino mas não se tem cuidado quanto conviria no principal, que é espalhá-lo, fiscalizar os que deles são incumbidos, para que efetivamente se distribua, haja ardor em promovê-lo em atrair alunos às escolas, ensinando-se o mais possível e ao maior número possível.”²⁵ É um relatório que poderia ser assinado por quase todos os ministros e secretários estaduais de educação, de todas as repúblicas que sucederam o Império. No limiar da República, para “nove milhões de habitantes da população livre, os alunos representavam 2% dessa população. Aliás, o recenseamento de 1870 registra um índice de analfabetos de 78% nos grupos dessa população nas idades de 15 anos e mais.”²⁶

O ensino médio poder-se-ia dizer que era para alguns, uma vez que pequena era a procura. O poder público pouco cuidou dessa faixa de escolaridade, o que teve como consequência ficasse, quase que exclusivamente, aos cuidados das escolas particulares, que constantemente praticavam abusos, a despeito de parlamentares bravadearem contra esse estado de coisas. Justiniano da Rocha, deputado, cha-

* NOTA DO AUTOR — Os professores do ensino elementar eram muito mal pagos.

mava a atenção para a “exploração do ensino particular” e propôs projeto em que o dono de colégio deveria, antes de receber a autorização para abri-lo, provar: “Primeiro — que tem a necessária capacidade para o ensino a que se dedica; segundo — que tem a necessária moralidade e que ainda não sofreu pena alguma infamante.”²⁷ A que espécie de comerciantes estava entregue o ensino médio...

É digno de registro a criação do Colégio Pedro II, em 1837, ginásio modelo, único estabelecimento de ensino secundário oficial do Império, que recebia atenções especiais das autoridades e do próprio imperador, que, com relativa freqüência, o inspecionava e assistia aos exames para os cargos de professores, que eram por ele nomeados. Pelo Colégio Pedro II passaram jovens que tiveram atuação destacada no Império e na República. Entretanto, seu currículo primava pelo estudo de letras e ciências humanas, em detrimento da área científica. Essa foi uma constante do ensino brasileiro, que, infelizmente, permanece até nossos dias.

O ensino superior recebeu, desde a chegada de D. João, atenção maior, dentro do entendimento que as classes dominantes faziam da sociedade. Desse modo, preponderou a formação de bacharéis. Tal enfoque pesou muito nos destinos do Brasil, Império e República. O pequeno número de engenheiros, nos diferentes ramos das engenharias, e a ausência desses profissionais nas decisões políticas

deixaram o Brasil “à margem da História”, sem que suas elites pudessem compreender o significado da Revolução Industrial e a industrialização da Europa e dos EUA. Os médicos permaneceram nos grandes centros, não existindo preocupação, em termos de política de governo, com a saúde pública.

“A idéia de criação de universidades no Brasil foi objeto de cogitação de alguns parlamentares e do próprio imperador, mas nenhum projeto a respeito conseguiu concretizar-se.”²⁸ É interessante notar o pensamento das elites americanas, em época anterior a 1822. “A importância das escolas e universidades foi logo compreendida na América. Em 1870, em meio das complicações da Guerra da Independência, a legislatura da Virgínia concedeu uma doação para a universidade em Kentucky: ‘Sendo de interesse da comunidade encorajar e promover sempre iniciativas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do espírito e para a difusão de conhecimentos úteis mesmo entre cidadãos que se encontram mais distantes, e cuja situação num meio bárbaro, mantendo relações com pessoas rudes, poderia, de outro modo, torná-los hostis à ciência’. (...) Havia escolas em quase todas as vilas (...). As escolas não passavam de simples cabanas de madeira, mas, de qualquer modo, eram suficientes para ensinar quase todas as crianças a ler e escrever.”²⁹ Havia, realmente, um abismo entre as mentalidades das elites brasileiras e

americanas, e, de nossa parte, independeu de sermos Império ou República...

A filosofia da “difusão de conhecimentos úteis”, nascida com o povo americano — uma nação que foi jovem e moderna desde seus primeiros dias, com o senso da liberdade e do amor ao trabalho, sob o signo de uma constituição que permitiu fosse realizada na América a grande revolução do mundo contemporâneo —, incentivou-o a criar, a inventar, a lançar-se orgulhoso em direção ao futuro. “Em 1783, Benjamin Franklin inventa o pára-raios; em 1787, John Titch faz sua primeira demonstração da máquina a vapor de alta pressão; em 1807 Robert Fulton faz o seu navio a vapor; em 1884, Samuel Morse inaugura sua linha telegráfica entre Washington e Baltimore; em 1847, Richar Hoe imprime 8.000 exemplares de jornais por hora em Filadélfia; em 1851 William Kelly começa a desenvolver o seu processo de fazer aço, antecipando-se às descobertas de Bessemer; em 1868, Shole lança a máquina de escrever; em 1875, Swift termina e põe em uso o vagão frigorífico; em 1876, Alexandre G. Bell envia sua primeira mensagem telefônica; em 1875-77 Thomas Edson inventa a lâmpada elétrica e o fonógrafo; em seguida Goodyear com a vulcanização, Galting com a metralhadora.”³⁰ Mas não termina por aí, muito ao contrário. No entanto, é importante registrar “George Washington Craver, educado nascido no Missouri em 1864, professor de

botânica no Tuskegee Institute, a começar em 1896, e precursor da matéria plástica, descobre mais de trezentos produtos em que converter o amendoim”. George Washington Craver não era anglo-saxão como poderíamos estar supondo, mas sim “um negro retinto, filho de escravos, sem mescla de ariano (...). O prodígio negro tornou-se pesquisador e inventor porque o ambiente e a cultura em que se plasmou a sua formação estavam saturados de invenções, de pesquisas e de respeito aos inventores e ao ofício de pesquisar. (...) George Washington Craver recebeu o prêmio Spingarn em 1923 e o prêmio Roosevelt em 1939.”³¹ “Em 1854 os proprietários de uma serraria em Totonville, Pensilvânia, mandaram ao químico George H. Bissel, do colégio de Dartmouth, uma amostra de óleo encontrada em suas terras. Imediatamente Bissel assinalou o enorme valor do achado e pediu parecer ao célebre cientista Suliman, do colégio de Yale.”³² Em agosto de 1859, o Coronel Drake, contratado para fazer a prospecção, conseguiu que o petróleo jorrasse industrialmente pela primeira vez... Os EUA, a partir desse momento, já tinham assegurado a posição de nação mais rica e poderosa da Terra. Enquanto isso, o Brasil, que nasceu velho e devedor dos banqueiros internacionais, sob a tutela de uma Constituição anacrônica, como todas as que a sucederam República adentro; com sua elite possuída de mentalidade, no mínimo, acanhada, conti-

nuava, sob o domínio dos bacharéis, a fabricá-los aos borbotões para que se pudesse legislar, fazer novas regras, regulamentar e, naturalmente, dificultar a vida dos que possuíssem a capacidade de criar.

As tentativas ocorridas para que fossem implementadas, no Império, escolas profissionais não foram acolhidas pelos fazendeiros, no caso das escolas agrícolas, por eles não conseguirem compreender o que poderiam significar técnicas mais avançadas para a produção. Afinal, “por que iriam preocupar-se esses homens sem visão que possuam terra fácil e barata e o braço escravo? A hostilidade às escolas técnicas para a formação de mão-de-obra para a indústria vinha, em parte, do horror que havia entre as elites pelo trabalho, sobretudo pelo trabalho manual, que tornava “vis as profissões ligadas às artes e ofícios”.

*

Na década de 70, dois acontecimentos, a Questão Religiosa e a chegada ao Brasil do pensamento de Augusto Comte, merecem registro, por sua importância histórica e em razão do que contribuíram para a queda do Império e a Proclamação da República.

O ambiente político-filosófico-religioso existente trazia todos os componentes necessários à ocorrência de uma crise entre o Estado e a Igreja. De um lado, o “ultramontanismo triunfante”, cujo ápice ocorria no pontificado de Pio IX, “depois

do *Syllabus** e do Concílio Vaticano, que declarou a infalibilidade do Papa”.³³ Do outro lado, o regalismo, a maçonaria e as idéias liberais. O regalismo era uma tradição da dinastia dos Bragança; dele constava a figura do beneplácito, instrumento que os monarcas portugueses e nossos imperadores utilizaram para contrabalançar a influência da Santa Sé na área temporal. Em consequência, encíclicas, bulas e constituições apostólicas necessitavam, para que vigorassem no Império, do *placet* do monarca. Os bispos, elevados a essa posição, pelo Sumo Pontífice, tinham que ser confirmados em sua nova hierarquia pelo imperador. O clero, que recebia suas côngruas do Estado, era considerado, de alguma maneira, como funcionário público e designado para suas paróquias pelo poder temporal. A Constituição do Império, continuando a tradição dos Bragança e envolvendo todo esse contexto, fazia da Igreja Católica a igreja oficial, o que à época da Independência já se constituía em um anacronismo. O regime da igreja oficial determinava que “a vida do indivíduo fosse tutelada pela igreja do berço ao túmulo”, uma vez que “não vigoravam o registro civil, o casamento civil, os cemitérios secularizados, em que ser católico era condição para bacharelar-se e lecionar nas escolas superiores, para exercer cargos públicos ou fazer parte da representação nacional”.³⁴

* *Syllabus* — Lista que contém as afirmações contemporâneas julgadas inaceitáveis pelo Papa, publicada em 1864 por Pio IX.

A maçonaria, que tanta influência tivera na Independência, estava infiltrada nos níveis mais altos da política e da sociedade brasileira. O Visconde do Rio Branco, chefe do gabinete quando ocorreu a Questão Religiosa, era grão-mestre chefe da maçonaria, como grãos-mestres haviam sido D. Pedro I e José Bonifácio. Quanto a D. Pedro II, não se poderia dizer que fosse um católico obediente aos ensinamentos e doutrinas emanadas do Vaticano; ao contrário, não abdicava de sua realeza e do regalismo. Entre as condenações contidas nos documentos papais encontravam-se aquelas que diziam respeito à maçonaria. No Brasil, muitos padres eram maçons.

Os elementos encontravam-se frente a frente. Para que a crise eclodisse faltava o catalisador. E este apareceu nas pessoas de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, frade, capuchinho, bispo de Olinda, e D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará. Os dois foram lídimos e intransigentes defensores do ultramontanismo; cultos e inteligentes, possuidores de extremada fé e dotados de caracteres firmes que estavam dispostos a irem aos últimos sacrifícios pela causa da Igreja.

D. Vital logo após a sua indicação para o bispado, escrevendo a Pio IX, afirmava experimentar "uma alegria interna em testemunhar a Vossa Santidade minha fé em tudo o que ensina e aprova a Santa Igreja Romana, mãe soberana de todas as igrejas; eu creio, afirmo e abraço todas as verdades que

ela ensina, em particular os dogmas recentemente definidos pelo Concílio Ecumênico do Vaticano".³⁵

D. Vital e D. Antônio procuraram cumprir com exatidão, sem tergiversarem, as determinações de Pio IX e ordenaram que as irmandades religiosas de suas dioceses fizessem ver aos seus membros maçons da incompatibilidade entre a Igreja Católica e a maçonaria. D. Vital exorta a um membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, através do juiz dessa irmandade, para que ele abjure a maçonaria ou que da irmandade seja expulso. A irmandade diz-se impedida de cumprir a ordem do bispo, por não constar do estatuto, "aprovado ao mesmo tempo pelo poder civil e pelo eclesiástico", cláusula que autorizasse expulsar o irmão pelo motivo alegado. Após troca de correspondências, "D. Vital lembra pesar sobre os iniciados na maçonaria pena de excomunhão maior lançada por decreto papal (...) e lança sobre a irmandade desobediente a pena de interdito, que permanecerá em pleno vigor até a retratação ou eliminação daqueles irmãos, que por infelicidade são filiados à maçonaria."³⁶ A irmandade volta a recorrer, sem sucesso, ao bispo, e, então, apela ao Poder Judiciário. O recurso é aceito, sendo D. Vital "acusado de desobediência e de fazer guerra formal ao governo imperial, ao código criminal e à Constituição Política".³⁷ A seqüência dos acontecimentos em relação a D. Antônio foi a mesma ocorrida com D. Vital. Estava criada a

Questão Religiosa. Os dois bispos julgados culpados pelo Supremo Tribunal do Império foram condenados à prisão de quatro anos com trabalhos. D. Vital e D. Antonio, coerentes com a doutrina da Igreja e com a fé que os animava, não emitiram uma só palavra em suas defesas durante o julgamento, pois entendiam que o tribunal não podia julgá-los em assuntos que envolviam questões espirituais. Os bispos foram defendidos, com brilhantismo, por Zacarias de Goes e Vasconcellos e por Cândido Mendes de Almeida. Apesar do valor e da argumentação da defesa, era sabido, antecipadamente, que ela não lograria êxito, pois “o tribunal, embora limitando-se, no seu pronunciamento, aos aspectos jurídicos da questão, não poderia esquecer, no processo mental não explícito que levava cada um dos juízes a votar, o pano de fundo político-social que envolvia os atos do bispo*”, ainda que este pretendesse manter-se exclusivamente no terreno religioso”.³⁸ Fora um julgamento político. O tribunal permaneceu dentro das posições legalistas. O imperador, o Conselho de Estado, nem a maioria da classe política entendiam o processo de outra maneira, porque isto seria subordinar o poder civil à Cúria Romana, mormente com a desconfiança que havia “quanto aos rumos tomados pela Igreja, principalmente, após o Concílio Vaticano”.

* NOTA DO AUTOR — Refere-se ao julgamento de D. Vital, mas é inteiramente válido para o de D. Antonio.

Enquanto transcorria o julgamento de D. Vital, o imperador envia à Santa Sé o Barão de Penedo, ilustre diplomata e hábil negociador, a fim, segundo alguns historiadores, de obter do Papa uma censura a D. Vital, segundo outros, somente procurar um acordo para que fatos semelhantes não se repetissem. A missão era muito difícil. Penedo obteve carta de admoestação a D. Vital. Entretanto, o julgamento prossegue e vem a condenação de D. Vital. O Papa e a Cúria Romana dizem-se traídos, pois, segundo carta do Cardeal Antonelli ao embaixador do Brasil no Vaticano, “o Sr. Barão de Penedo assegurou ao abaixo assinado que o seu governo se absteria de tomar qualquer medida desagradável contra o bispo de Pernambuco”.³⁹ Penedo contestou essa versão, afirmando que nenhuma promessa fizera. Pio IX escreve que Penedo lhe dera a palavra “que nada de hostil” far-se-ia contra D. Vital. O governo imperial, não obstante, em nenhum momento cedeu ou transigiu e levou ao fim aquilo a que se dispôs, pois sentiram-se pelos bispos o chefe de gabinete e principalmente o imperador “feridos em suas prerrogativas, uma vez que as bulas contra a maçonaria não tinham sido placitadas”.⁴⁰ Foi o que Joaquim Nabuco chamou de “uma crise de majestade”.

Pio IX, escrevendo ao imperador, lembrava-lhe o “Tribunal de Deus” perante o qual teriam de comparecer e acrescentava: “Vossa Majestade, inspirando-se nos exemplos de um Es-

tado da Europa Central, desvairado pelas pérfidas sugestões da franco-maçonaria, descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono. Mas a Igreja há de sair triunfante desta guerra ímpia, porque Jesus Cristo acha-se do seu lado..."⁴¹ Em 1890, em sua pastoral coletiva do episcopado a respeito da separação entre a Igreja e o Estado (então uma realidade com a República), escrevia D. Antônio de Mace do Costa: "O trono desapareceu... e o altar? O altar está de pé."

É interessante observar, apesar de tudo, que nem o Vaticano nem o imperador desejavam a separação da Igreja do Estado. Foi condição para Caxias aceitar a chefia do gabinete, em substituição a Rio Branco, que o imperador anistiasse os bispos. E ele o fez a contragosto. O pensamento de D. Pedro estava expresso na carta dirigida a Caxias, datada de 17 de setembro de 1875, dia em que foi concedida a anistia: "Faço votos para que as intenções do ministério sejam compensadas pelos resultados do ato de anistia, mas não tenho esperança disto. Nunca me agradaram os processos, mas só vi e vejo dois meios de solucionar a questão dos bispos: ou uma energia letal e constante que faça a Cúria Romana recuar as consequências do erro dos bispos ou uma separação, embora não declarada, entre o Estado e a Igreja, o que sempre procurei e procurarei evitar, enquanto não o exigir a independência e, portanto, a dignidade do poder civil."⁴²

"Enquanto D. Vital e D. Mace do Costa não haviam sido seguidos pelo Episcopado do Brasil na questão maçônica, sua condenação levantou uma grita formidável de norte a sul do País, a protestar contra o escândalo e a perseguição de que eram alvos os dois antifístites, e a leva de broquéis partia das paróquias mais remotas até as autoridades católicas mais graduadas. Onde quer que um sacerdote, um monge, um missionário se encontrasse, uma voz clamaria estigmatizando o proceder do governo, ferreteando ao imperador e aos ministros de inimigos da fé e de menosprezadores da religião (...). Com a anistia, ato de bom senso político, havia a Igreja triunfado da perseguição galicana. Nenhuma questão, tanto como esta, perturbou, durante a monarquia, o espírito público, ferindo a consciência nacional. Nenhuma teve consequências iguais às desta, duradouras, de alcance alongado, e que tanto enfraqueceu o sentimento de lealdade ao Império."⁴³

A Igreja Católica ser a igreja oficial implicava, como vimos, a necessidade de ser católico do nascimento ao túmulo. Fosse a Igreja separada do Estado, não ocorreria a Questão Religiosa, pois as penas de interdito, expulsão ou excomunhão ficariam nos limites da Igreja sem desdobramentos sobre o poder temporal. Por sua vez, o Estado não poderia fazer visitas grossas a penalidades impostas, pois se assim fosse "o sofisma da religião oficial patentear-se-ia em toda a sua extensão e significado, com o

Estado reconhecendo como católico cidadão que a Igreja Católica não considerava tal".⁴⁴ A partir da condenação dos bispos, o problema religioso existente passa a ser atacado com mais vigor pelas correntes liberais e republicanas. Rui Barbosa, em *O Papa e o Concílio*, assim se expressa: "É entre o regalismo e a teocracia que havemos de escolher; e não defendermos o regalismo, isto é, a autonomia do Estado pondo o veto secular às invasões políticas da Igreja Oficial, a consequência será a teocracia romana, isto é, o Estado servo da Igreja, o Estado clericalizado, o Estado subscrevendo às intimações do *Syllabus*".⁴⁵

*

Augusto Comte imaginava que o mundo evoluiria no sentido do "Progresso da Humanidade"; seria o renascer da humanidade pela ciência, em razão de leis científicas por ele concebidas. Sua obra, segundo historiadores, escrita em diversas fases de sua vida, e, assim, abrangendo longo período de tempo, não se mostra imutável; ao contrário, apresenta modificações em seu pensamento.

Os seguidores de Comte, os do chamado apostolado, assumiram a responsabilidade pela difusão do que acreditavam ser a ortodoxia, isto é, de divulgarem seus verdadeiros pensamentos. Os heterodoxos, sofistas, como eram denominados pelos do apostolado, aferravam-se a pequenos trechos da volumosa obra, e, mais

como homens de ação do que de pensar, faziam proselitismo, mesmo contrariando a linha geral da doutrina.

Augusto Comte era contra o regime monárquico, ao parlamento, à Igreja, aos legistas. Comte e os militares, pela necessidade profissional destes com o estudo da matemática e com a evolução da ciência, o que sempre ocorria com as guerras, encontraram pontos de contato recíproco em suas idéias, embora o positivismo determinasse o pacifismo.

A Sociedade Positivista do Rio de Janeiro foi fundada a 5 de setembro de 1878. De sua diretoria fazia parte Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Mas foi somente com a chegada da França de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes que o movimento tomou corpo. A doutrina nunca chegou a ser vulgarizada. No 15 de novembro, eram 53 os que pertenciam ao apostolado. Contudo, algumas de suas proposições passaram a ser repetidas: a do altruísmo, "viver para outrem"; a que sustenta o primado da humanidade sobre o indivíduo, "o homem se agita e a humanidade o conduz"; e outras, tais como: "os vivos são cada vez mais governados pelos mortos". E havia uma razão doutrinária para o pequeno número de seguidores ortodoxos. É que os ensinamentos de Comte proibiam a seus discípulos exercer o proselitismo, escrever para jornais, ocupar e candidatar-se a cargos políticos, lecionar em escolas superiores. Acreditava Comte que o mundo evoluiria inexoravelmente em direção

do "progresso da humanidade", e desse modo seus seguidores não necessitavam imiscuir-se no dia-a-dia das coisas terrenas.

Os do apostolado eram favoráveis à proclamação da República no Brasil, mas da sua república particular: a ditadura republicana, "uma ditadura esclarecida e patriótica, apoiada diretamente no povo, com a eliminação política da burguesia escravista, isto é, com a eliminação do parlamentarismo",⁴⁶ propuseram ao imperador que proclamassem a República e fosse seu primeiro ditador.

Dentre os sofistas destacaram-se os republicanos Silva Jardim, Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilho. Contudo, foi a Benjamin Constant, engenheiro militar e professor, que coube o papel mais saliente na formação dos adeptos à causa da República e do positivismo. Isto porque teve a responsabilidade de educar a mocidade militar, turmas após turma de cadetes, e através da palavra, pacientemente, a elas transmitir a idéia da queda da Monarquia e do advento da República. Calógeras assinala que ao final do Império a maioria da oficialidade, da patente de major para baixo, era de republicanos. Acima do posto de major a expressiva maioria era de imperialistas. Benjamin Constant "era ídolo (da mocidade militar) (...). Desde muitos anos fora republicano (...). Para os estudantes militares sua palavra era oracular. Com eles conversando e conferenciando, seu prestígio ia sempre crescendo, até que de uma feita os cadetes

lhe pediram para conduzir o Exército e guiar o País. Numerosos oficiais aderiram a esse movimento ilegal".⁴⁷ Benjamin Constant, mais professor e positivista que militar, em muito contribuiu para desfigurar a formação profissional-militar dos futuros oficiais. Com a complacência de D. Pedro II, que o chamara para mestre de seus netos, introduzia o vírus da política na juventude militar, vírus esse que se torna perigoso quando disseminado entre aqueles a quem a Nação entrega armas para que defendam sua integridade e instituições.

O ponto de aproximação maior entre a doutrina positivista no Brasil e a oficialidade do Exército foi a aversão de ambas aos bacharéis em direito. Comte atacava duramente os legistas e denunciava a malignidade de sua atuação e de sua preponderância. Para os proselitistas brasileiros, mormente para aqueles que pertenciam às Forças Armadas, o que mais alto havia de falar era esta denúncia. Porque caía a propósito em um estado onde aos bacharéis de direito se dava tradicionalmente um papel privilegiado nos cargos que dominavam os postos decisórios no governo e na política do Império.

Sob a participação positivista na Proclamação da República, assim se pronunciou Miguel Lemos, em circular do diretor da Igreja Brasileira: "Importa notar (...) que não nos cabe a mínima parcela de responsabilidade pela insurreição de 15 de novembro de 1889, da qual resultou a procla-

mação legal da República no Brasil.”⁴⁸

Afigura-se racionável concluir que Benjamin Constant, muito mais que o positivismo, teve a ver com a República, pois esta foi fruto de um golpe militar, praticamente do Exército, na Corte, com o apoio da oficialidade jovem, discípulos de Benjamin. Os republicanos civis de primeira e última hora não contribuíram decisivamente para que a República fosse proclamada em 15 de novembro, até porque eram poucos e com participação política limitada.

A marca maior, perene, deixada pelo positivismo — uma doutrina dogmática, antidemocrática, agnóstica e

materialista — em nossa História deve-se ao lema *Ordem e Progresso*, tirado da máxima “amor por princípio, ordem por base e progresso por fim”, que, com a República, passou a fazer parte de nossa bandeira.

Se o papel do positivismo não foi decisivo para a proclamação da República, o mesmo não se pode dizer da influência que teve, através do Exército, na vida política do Brasil republicano. E, parece razoável que assim fosse, em razão do fator multiplicador do trabalho de Benjamin Constant junto aos cadetes, que, no futuro, ao longo da carreira, influenciariam, por sua vez, as novas linhagens de oficiais.

BIBLIOGRAFIA

1. GAMA BARROS, Henrique da. *História da Administração pública em Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, 1945, tomo III, p. 257, n.º 4. Citado por Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, Editora Globo, 7.ª edição, volume I, pp. 49 e 50.
2. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 50.
3. RUSSEL, Bertrand. *Liberdade e organização*. Tradução de Breno Silveira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2.º volume, p. 35.
4. SCHULTZ, John (Universidade de Princeton, EUA). *O Exército e o Império*. História Geral da Civilização Brasileira — DIFEL, São Paulo, 1974.
5. Ibid., pp. 241 e 242.
6. SOUZA CARVALHO. *Um estadista do Império*. Tomo II, p. 5. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 323.
7. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 323.
8. AMADO, Gilberto. *À margem da história da república*. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 323.
9. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. Livro 4º, p. 242.
10. Ib. pp. 62 e 63.
11. GONÇALVES, Roberto Mendes. *Um diplomata austriaco na corte de São Cristóvão*. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 334.
12. D. PEDRO II. *Conselhos a regente*. S. José, Rio, 1958, p. 27. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 343.
13. Ibid., pp. 661, 662 e 663.
14. Ibid., p. 674.
15. Ibid., p. 674, nota.
16. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 242.
17. Ibid., p. 245.
18. WERNECK SODRÉ, Nélson. *A história militar do Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 116, 3.ª edição.
19. _____. *As razões da Independência*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 261.

20. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit., 1972, livro 5º, p. 283.

21. NABUCO, Joaquim. Op. cit. pp. 58, 59 e 60.

22. WEREBE, Maria José Garcia. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4º volume, 2ª edição, p. 367.

23. Ibid., p. 369.

24. Ibid., p. 370.

25. Ibid., p. 371.

26. Ibid., p. 382.

27. Ibid., p. 377.

28. Ibid., p. 376.

29. RUSSEL, Bertrand. op. cit. p. 36.

30. MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Editora Globo, 2ª edição, 1955, pp. 162 e 173.

31. Ibid., p. 163.

32. BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Companhia Editora Nacional — tradução de Monteiro Lobato, p. 65.

33. M. DE BARROS, Roque Spencer. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 4º volume, p. 346.

34. Ibid., p. 341.

35. Ibid., p. 338.

36. Ibid., pp. 340 e 341.

37. Ibid., p. 349.

38. Ibid., p. 361.

39. Ibid., p. 357.

40. MAGALHÃES JÚNIOR, R. Teodoro. *A espada contra o Império*. São Paulo, Editora SA, 1957, volume I, p. 145.

41. M. DE BARROS, Roque Spencer. Op. cit. p. 363.

42. Ibid. p. 354.

43. CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5ª edição, Biblioteca do Exército Editora, 1957, p. 362.

44. M. DE BARROS, Roque Spencer. op. cit. p. 341.

45. Ibid., p. 343.

46. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 292.

47. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. pp. 398 e 399.

48. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 294.

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES é Almirante-de-Esquadra da Reserva Remunerada da Marinha de Guerra do Brasil.



SISTEMAS DE CONTROLE PARA MÍSSEIS TÁTICOS NO IME

Paulo Sergio de Carvalho Alvarenga

Matéria de natureza informativa sobre os Sistemas de Controle para Mísseis existentes no Instituto Militar de Engenharia.

INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Controle desempenham papel vital no avanço da engenharia e da ciência. Além de possuírem grande importância nos sistemas de pilotagem de aeronaves, mísseis guiados e nos veículos espaciais, eles se tornaram parte integrante dos modernos processos industriais e de fabricação.

Os avanços teóricos em Sistemas de Controle têm propiciado condições para que sejam alcançados tanto o desempenho ótimo de sistemas dinâmicos, quanto a melhoria de qualidade, redução de custos e aumento de produtividade nos processos industriais.

A seção de Engenharia Elétrica do Instituto Militar de Engenharia (IME)

possui três áreas de concentração em nível de mestrado:

- Sistemas de Controle;
- Eletromagnetismo Aplicado e
- Processamento de Sinais.

Este trabalho enfoca a primeira delas.

RESUMO HISTÓRICO

O marco inicial das atividades de investigação científica em Sistemas de Controle (SC) no IME foi a designação de um oficial engenheiro, ali graduado, para freqüentar o curso de mestrado dessa área na Universidade de Stanford, EUA. Trata-se do então Maj Eng Eltr Haroldo Correa de Mattos, que foi o primeiro Mestre em Ciências em Sistemas de Controle do País. Retornando de Stanford em meados da década de cinqüenta,

foi novamente servir no IME, quando implantou o então Laboratório de Automação, atual Laboratório de Sistemas de Controle da Seção de Engenharia Elétrica, cujo início de funcionamento ocorreu em 1961.

O Exército Brasileiro é, assim, pioneiro no ensino de Sistemas de Controle no Brasil. Além disso, foram oficiais engenheiros militares aqui formados que criaram os cursos de pós-graduação (mestrado) em Controle na PUC do Rio de Janeiro e na UFRJ.

Entre 1961 e 1970, os trabalhos nessa Área de Concentração (AC) se limitaram aos Projetos de Fim de Curso de graduação de interesse do Exército, nas engenharias elétrica e eletrônica. A partir de 1971, o IME começou a formar recursos humanos em nível de mestrado na AC Sistemas de Controle.

Até 1990, foram apresentadas 37 teses, por militares e civis, assim distribuídas no tempo:

71 a 81 — 10 (1 por ano)
 82 a 85 — 11 (2,7 por ano)
 86 a 90 — 16 (3,2 por ano)

Entre 1983 e 1989, o Exército enviou seis oficiais do QEM, mestres em Sistemas de Controle, para freqüentar cursos de doutoramento no exterior, cinco na França e um nos EUA. Cinco já retornaram com absoluto sucesso em suas respectivas teses, atestando o nível de excelência de sua formação profissional no EB. Dois servem no IPD, um cursa o CPAEx, dois foram transferidos

para a reserva e um encontra-se ainda na França, no último ano de seu doutoramento.

COMPOSIÇÃO E OBJETIVO

A área de concentração em Sistemas de Controle, da Seção de Engenharia Elétrica do IME, compõe-se de duas linhas de pesquisa (LP), sendo estas desdobradas em nove atividades (ATV):

LP₁ — Teoria e Métodos

ATV₁ — Simulação

ATV₂ — Modelagem, identificação e estimativa

ATV₃ — Otimização

ATV₄ — Análise e Síntese

LP₂ — Tecnologias Básicas

ATV₁ — Hardware

ATV₂ — Software

ATV₃ — Transdutores

ATV₄ — Eletrônica de potência

ATV₅ — Inteligência artificial

Essas LPs e ATVs convergem seus esforços para o objetivo-síntese da AC: "Sistemas de Guiamento e Pilotagem para Mísseis Táticos".

Atualmente os mísseis táticos para os quais a atenção desta AC tem se voltado são:

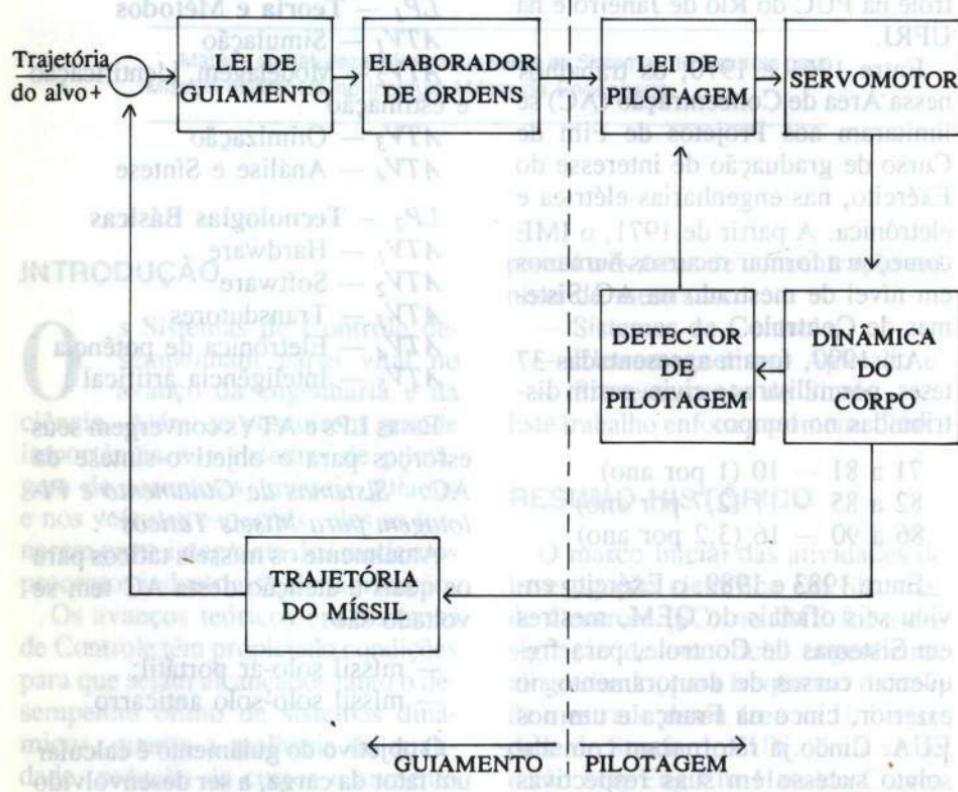
- míssil solo-ar portátil;
- míssil solo-solo anticarro.

O objetivo do guiamento é calcular um fator da carga, a ser desenvolvido pelo míssil, adequado a corrigir sua trajetória, visando à interceptação do alvo. Essa ação é considerada concluída quando os dois corpos atingem,

no mesmo instante, um mesmo ponto do espaço, ou dois pontos tão próximos quanto possível, de modo a possibilitar a destruição do alvo pela atuação dos sensores de proximidade.

O objetivo da pilotagem é executar as ordens de guiamento e controle do míssil, ou seja, provocar as mudan-

ças de altitude necessárias ao desenvolvimento, por meio de suas superfícies de atuação, das forças aerodinâmicas adequadas à realização das manobras ditadas pelo sistema de guiamento, sem deixar de atender aos requisitos ligados à estabilidade do veículo.



ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UM SISTEMA DE GUIAMENTO E PILOTAGEM

Enquanto o guiamento trata do movimento, no espaço, do centro de gravidade do míssil, a pilotagem se ocupa dos movimentos do engenho em torno de seu centro de gravidade.

Em outras palavras, as malhas de controle para guiamento e pilotagem de um míssil são responsáveis, respectivamente, pela escolha de uma trajetória para atingir o alvo e por mantê-lo nessa trajetória, a despeito de perturbações externas ou internas.

TRABALHOS CONCLUÍDOS

Mestrado:

- Análise de Erros em Sistemas de Estabilização de Plataformas Inerciais devidos a Giroscópios Sintonizados (77);
- Estudo de Sistemas de Direção de Mísseis Rotativos (78);
- Atuadores Elétricos em Pilotagem Automática (82);
- Pilotagem de Mísseis Táticos na Fase de Cruzeiro (82);
- Estudo de Controladores de Tempo Mínimo para Sistema de Pilotagem de Mísseis (83);
- Controle em Altitude com Afastamento Mínimo de um Míssil Estabilizado Aerodinamicamente por Empenas (84);
- Estudo de Algoritmos para Central Inercial com Componentes Vinculados a Bordo de Engenhos com Trajetória de Curta Duração (84);
- Estabilização e Controle de Grandes Sistemas (85);
- Um Modelo de Guiamento para um Míssil Solo-Ar Rotativo (87);

• Identificação de Parâmetros Aerodinâmicos de um Míssil Tático (87);

• Conceitos, Testes e Especificações de Dispositivos Inerciais para Mísseis Solo-Ar (87);

• Modelo de Eficácia para o Míssil Tático Solo-Ar Portátil (87);

• Seleção do Procedimento de Guiamento de Mísseis Táticos (89);

• Controle Ótimo com Objetivos de Rastreamento e Margem de Estabilidade (89).

• Otimização do Guiamento de Míssil de Concepção Monoplano pelo Método das Perturbações Singulares Forçadas (89);

• Uma Contribuição ao Estudo do Acompanhamento de Alvos Múltiplos (90);

• Uma Contribuição ao Estudo do Acompanhamento de Alvo Manobrante (90).

Graduação:

- Instrumentação Eletrônica no Estudo da Jato-Propulsão (61);
- Sistema de Telemetria para Foguetes (66);
- Sistema de Sinalização e Segurança para Rastreamento de Mísseis Táticos do Campo de Provas da Marombaia (72);
- Sistema de Telemetria para Foguete de Médio Porte (73);
- Sistema de Telemetria para Foguete de Médio Alcance (75);
- Unidade de Controle para Sensores Giroscópicos (76);
- Simulador de Teleguiamento de Mísseis (78);

- Sensores Giroscópicos para Instrumentação de Mísseis (82);
- Sistemas Giroscópicos (83);
- Guiamento de Sistemas Controlados (84);
- Sistema de Controle de Posição para Rampa de Lançamento de Mísseis (85);
- Motor de Passo (85);
- O Motor de Passo e uma Aplicação a um Manipulador Polar Controlado a Malha Aberta (85).
- Simulação do Míssil Roland (88);
- Laboratório de Sistemas de Controle (90).

PESQUISAS EM ANDAMENTO EM 1991

Requisitos funcionais para mísseis anticarro

Projeto iniciado em fevereiro, com os objetivos de:

- levantar o estado atual da arte quanto à concepção de mísseis anticarro;
- analisar o desempenho de um míssil anticarro na fase de engajamento terminal, por meio de guiamento fora da linha de visada e engajamento pela parte superior do carro;
- determinar os requisitos funcionais da malha de guiamento do míssil.

Redução de ordem de modelos de manipuladores robóticos

Projeto iniciado em março, com os objetivos de:

- desenvolver modelos de manipuladores robóticos empregando grafos de ligação;
- implementar estratégias de con-

trole para os modelos desenvolvidos;

- reduzir a ordem dos modelos de manipuladores robóticos empregando o método das perturbações singulares em grafos de ligação;
- simular os modelos desenvolvidos para avaliar os resultados.

Controle de mesa inercial, via computador, para testes em girômetros, giroscópios e acelerômetros

Projeto iniciado em março, com os objetivos de:

- elaborar "software" para gerenciamento da operação da mesa inercial;
- especificar e montar equipamentos periféricos para a mesa:
 - placa de aquisição de dados AD;
 - placa de ganho do girômetro;
 - placa de relés;
 - placa de interface HP-IB.

INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO

Esta área de concentração desenvolve seus trabalhos com fortes laços de intercâmbio e de cooperação com o IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento) e com a Seção de Engenharia Mecânica e de Materiais (SE/4) do IME.

Engenheiros militares do IPD oferecem, no IME, cadeiras de mestrado desta área e orientam algumas teses de mestrado e trabalhos de graduação; projetos de fim de curso (5º ano), trabalhos de iniciação à pesquisa (4º ano) e temas dirigidos (2º ano). Neste ano, por exemplo, o terceiro trabalho

do item 5 é de interesse do IPD e está sendo desenvolvido lá por três alunos do 5º ano de engenharia eletrônica, sob a orientação de engenheiro militar daquela unidade.

Com a SE/4 do IME a cooperação é também muito estreita, por intermédio da atividade "Modelagem, Simulação e Controle" de sua linha pesquisa em "Análise de Sistemas Dinâmicos". Os alunos de uma seção de ensino cursam cadeiras de mestrado na outra, dentro da área de controle. Com os professores o intercâmbio se dá tanto na orientação dos trabalhos acadêmicos de mestrado e de graduação, quanto na composição das bancas de exame desses trabalhos.

OUTRAS POSSIBILIDADES DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

A área de concentração em Sistemas de Controle, dispondo dos meios humanos e materiais necessários, poderia também atuar em outros campos da tecnologia de interesse militar, além de "Sistemas de Guiamento e Pilotagem para Mísseis Táticos".

Canhão Antiaéreo

Malha de controle para posicionamento automático de canhões obedecendo a sinais de radar.

Radar

Malha de controle para posicionamento automático de antenas de radar.

Carro de Combate

Pontaria e estabilização de tubos de canhão para tiro com carro parado e em movimento.

Veículos Remotamente

Pilotados

Pilotagem e guiamento de drones e alvos aéreos.

BIBLIOGRAFIA

PROJETO INSTITUCIONAL FINEP 1991/1992, Seção de Engenharia Elétrica, IME, Rio — RJ, apresentado à Fazenda de Estudos e Projetos.

PAES RIOS, Sérgio Ricardo, Ten Cel QEM Eltr, "Seleção do Procedimento de Guiamento de Mísseis Táticos", Instituto Militar de Engenharia, Tese de Mestrado, RJ, 1989, pp xxviii-317.

Nota: O autor agradece a colaboração do Major QEM Eltr Silvio Ari Kerscher e do Major QEM Elt Ricardo Zelenovsky no levantamento de dados para a preparação deste artigo.



Ten Cel QEM PAULO SÉRGIO DE CARVALHO ALVARENGA
— Possui os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-71), graduação em Engenharia Elétrica no Instituto Militar de Engenharia (IME-80) e mestrado em Engenharia Elétrica/Controle (IME-87). Possui, ainda, os cursos Básico, Mestre de Saltos e Estágios Básico e Avançado de Salto Livre da Brigada Pára-Quedista. Trabalhou em projetos, montagens industriais, manutenção elétrica e custos industriais na Fábrica Presidente Vargas da IMBEL, em Piquete-SP. Concluiu o curso de Mestrado em Engenharia Elétrica do IME em 1987. Atualmente é professor da Seção de Engenharia Elétrica do IME e gerente da área de concentração em Sistema de Controle.



DESPEDIDA

**Palavras do Diretor de Assuntos Culturais,
General-de-Brigada João Edie Kraemer**

Ao entregar, hoje, o cargo de Diretor de Assuntos Culturais, deixo, também, por força de dispositivo regulamentar, o serviço ativo do Exército.

Esta não é, pois, apenas uma despedida desta Diretoria, mas, igualmente, um adeus a um modo de viver de mais de 40 anos.

Se, por um lado, levo comigo a saudade do vestir, por 42 anos e 2 meses, a farda verde-oliva, levo por outro lado, a satisfação de haver tido a oportunidade de servir à minha Pátria em tempo integral de carreira e de tê-lo feito com a dedicação e a seriedade que a nossa profissão exige.

Com a mesma vibração com que transpus, em 22 de fevereiro de 1949, os portões da sempre lembrada e querida Escola Prepatória de Porto Alegre e vesti por vez primeira a farda de instrução, procurei cumprir todas as missões que me couberam.

Com a mesma vibração encerro hoje minha última missão, entregando o cargo a meu estimado amigo e companheiro de início de carreira, General Bergamaschi, a quem desejo felicidade, pois do êxito tenho certeza, no prosseguimento da implantação desta nova importante diretoria.

E ao deixar o pensamento, montado na memória, cavalgar livre pelas pradarias e montes do tempo que passou, tal qual o Aspirante que com entusiasmo percorria o terreno variado do girante e de Gericinó, montado em Jacarezinho, ou mais tarde o Tenente e o Capitão transpunha obstáculos nas pistas sulinas ou da AMAN, montado em Rio Grande, Duqueza, Carazinho e Combate, vejo com alegria e com reconhecimento a Deus, que no percurso da vida profissional, os obstáculos foram todos transpostos sem faltas, pois não conheci refugos nem desvios.

E, ao transpor as lanças da chegada que a mim foi determinada, o faço em um momento muito feliz e adequado. Passo o bastão exatamente quando ingressam no generalato, meus primeiros ex-cadetes, aos quais tive o prazer de receber, como tenente, no Curso de Cavalaria da AMAN, quando ingressaram na Arma e aos quais acompanhei até seu aspirantado. Vejo no fato uma feliz coincidência de prosseguimento de missão.

Quanto a mim, ingressei na Cavalaria ao entardecer do tropel das cargas hipomóveis e ao alvorecer do ronco dos motores das cargas dos blindados do Exército Brasileiro.

Foi-me dada, então, a oportunidade de participar ativamente na evolução doutrinária da Cavalaria Hipomóvel Operacional para a Cavalaria Mecanizada e Blindada, inicialmente a nível EsAO, depois a nível ESCEME e, posteriormente, a nível EME.

Afastado do nobre amigo, por circunstâncias particulares, quando ainda no posto de Capitão, guardei comigo e procurei aplicar as lições de vida, que com ele aprendi.

Rédea justa e suave ou rédea curta de acordo com as circunstâncias, mas jamais rédea solta na condução de nossas responsabilidades e no exercício de nossa autoridade. Rédea curta em demasia, somente quando necessária, pois pode quebrar iniciativas e gerar frustrações. Rédea solta só nos momentos de descanso, pois somente a rédea tensa com suavidade,

mas com firmeza, transmite segurança, apoio e confiança.

Aprendi que não basta corrigir os defeitos — nossos ou dos que estão sob nossa responsabilidade — mas é também fundamental estimular as qualidades.

E, como essas, tantas outras lições!

Hoje, na hora da despedida, passam-me na lembrança todos os lugares onde servi e posso assegurá-lhes todos foram para mim motivo de vibração. Em cada um deixei um pouco de mim e guardo a todos com muito carinho no coração.

Ao longo de minha vida profissional não conheci desilusões que me marcassem e alcancei todos os objetivos a que me propunha.

Consolidei amizades, nascidas muitas delas do conhecimento mútuo desenvolvido no trabalho comum, dentro e fora do quartel. Aprendi assim a respeitar e a admirar demais companheiros, não apenas no Exército, mas também das outras Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Meu Exército proporcionou-me ainda, por duas vezes, à oportunidade de conhecer outros exércitos e outros povos, estabelecendo laços de amizade que perduram até hoje.

Prezados companheiros, meus ex-comandados.

Deixo a ativa em uma fase de preocupações e de dificuldades como consequência da difícil conjuntura em que estamos vivendo.

Entretanto, tenho a esperança de que ela será superada e o Brasil en-

contrará o caminho da bonança em seu futuro. Confio, particularmente, em nosso Exército, pois conheço bem o valor de seus integrantes. Sei do que são capazes nossos soldados quando bem instruídos e nossas unidades quando bem adestradas. E não o desconhece nosso inimigo interno, donde resulta a nossa obrigação de superar com criatividade, com inteligência e com dedicação todos os obstáculos que se oponham a que atingamos os objetivos preconizados para cada ano de instrução e de ensino.

É necessário recordar sempre os pilares mestres em que se apoiam as Forças Armadas, pois eles é que lhes conferem a fortaleza e a imunidade contra as tormentas que procuram fustigar suas muralhas. Alerto para as tentativas que se fazem, sub-reptícia ou claramente, de quebrar nossa unidade através da quebra da confiança na cadeia de comando, confiança que cabe a cada chefe, em todos os escalões, preservar e estimular.

Vozes se fazem ouvir acusando a disciplina de subserviência e a hierarquia de escala de privilégios, em afirmações maldosas e mal intencionadas que têm por origem a ignorância ou a má-fé, ou, pior ainda, o recalque.

Bem sabemos nós que a disciplina, consciente e lúcida como a desejamos, é, antes de tudo, a assunção de nossas responsabilidades e que a hierarquia é o ordenamento dessas responsabilidades.

Aos meus ex-comandados lembro a mesma mensagem que lhes transmiti ao assumir cada comando e que

lhes tenho repetido em várias ocasiões.

Orientar suas atividades segundo as três idéias-força: Lealdade, Disciplina e Trabalho. *Lealdade*, em todos os sentidos: — para com os superiores hierárquicos e para com a instituição, para com os companheiros, para com os subordinados e, sobretudo, para consigo mesmo. Com a Lealdade, há justiça, há espírito de coletividade, há harmonia, há camaradagem, há moral e há confiança mútua.

A deslealdade torna o indivíduo incompatível com a vida comunitária. *Disciplina*, consciente e responsável. Um estado de espírito permanente, interior e consentido por lógica e portanto manifestado a todo o instante pelas atitudes exteriores. A verdadeira disciplina, a disciplina consciente, é praticada, pois, com naturalidade, sem traumas nem exageros, e traz consigo a ordem estável e a responsabilidade pessoal.

Trabalho, realizado com dedicação e objetividade, pois só o trabalho responsável conduz a bons resultados. *Não esqueçam, pois, Lealdade, Disciplina e Trabalho.*

General Bergamaschi, a Diretoria que hoje lhe entrego, há pouco reestruturada, tem uma missão empolgante e que descortina um amplo campo de possíveis realizações na área cultural, importantes não apenas para o Exército mas que dizem respeito ao próprio interesse nacional. No pouco tempo de que dispusemos, procuramos estabelecer as bases ini-

ciais de sua organização e de seu trabalho. Caberá ao caro amigo o prosseguimento da missão, e posso lhe assegurar a dedicação e a competência dos atuais integrantes da Diretoria.

Auguro-lhe, pois, votos de felicidade, pois do êxito, como já afirmei, tenho certeza.

Por último, os meus agradecimentos.

Se penduro, hoje, a farda e visto o paisano, sem traumas nem frustrações, mas consciente de que fiz o que me cabia dentro do que minhas deficiências o permitiram, e, se trago na lembrança apenas momentos de satisfação profissional e alegrias, o devo sem dúvida, à confiança que meus chefes em mim depositaram, aos ensinamentos que me proporcionaram e ao apoio que deles sempre recebi, à compreensão e à colaboração de meus companheiros e à dedicação daqueles, militares e civis, que serviram sob minhas ordens.

Agradeço à minha esposa pela sua compreensão e muitas vezes, seu sacrifício.

A meus pais, pela educação que me deram.

E agradeço de público, acima de

todos, a Deus que me permitiu chegar até aqui, me inspirou e me impulsionou em todos os momentos de minha vida, particularmente quando a Ele recorri através da Virgem Maria, de quem tenho a ousadia de me considerar protegido.

Prezados Chefes que nos deram a honra de aqui comparecer, caros companheiros e queridos amigos, agradeço o apoio que a presença de todos para mim significa.

É hora de despedir-me. Dispõe da farda mas não de minha condição de militar.

E, para encerrar, lhes digo com toda a sinceridade, passo o bastão, feliz, pois, montado no Trabalho, estribado na Lealdade e com as rédeas da Disciplina concientemente ajustadas, cavalei uma boa jornada e percorri sem faltas a pista do caminho do cumprimento do dever. Cruzei a linha de partida em 1949, com todo o entusiasmo e vibração de um jovem aluno e, embora trazendo nos cabelos a geada deixada pelo tempo transcorrido, com o mesmo entusiasmo e vibração, cruzo hoje a linha de chegada.

A todos, pois, o meu muito obrigado e os meus votos de felicidade.

Rio de Janeiro, RJ, 1º de janeiro de 1991



INFORMAÇÕES

SISTEMA ASTROS II

O projeto original do SISTEMA ASTROS II teve início por volta de 1980 e buscava solucionar um grande problema do campo de batalha — bater alvos de grandes proporções e posicionados num alcance maior que o admitido para a Artilharia convencional. Assim, inteiramente projetado por brasileiros, foi criado o sistema com a finalidade de se constituir num dos mais poderosos meios de apoio de fogo solo-solo do mundo, complementando e potencializando o poder de fogo existente no Exército Brasileiro.

O Sistema tem a capacidade de empregar foguetes de vários calibres que permitem o engajamento de alvos terrestres em alcance entre 10 e 70km.

A composição básica da bateria, existente no Exército, é de quatro Lançadoras Múltiplas Universais (LMU), que são responsáveis pelo lançamento dos foguetes e que podem lançar, num período de tempo de 16 segundos: 128 foguetes do tipo SS-30/calibre 127mm; 64 foguetes SS-40/calibre 180mm; e 16 foguetes SS-60/calibre 300mm. Possui, também, duas Remuniadoras (RMD) que acondicionam, transportam a munição, e realizam o carregamento das lançadoras. Existe uma Remuniadora para cada duas lançadoras e a sua capacidade de transporte de munição é o dobro da existente em uma destas. O equipamento responsável pelo controle técnico da direção de tiro é a Unidade Controladora de Fogo (UCF). Esta se constitui de um conjunto de subsistemas onde se destacam o radar e o computador, sendo capaz de realizar, sob quaisquer condições meteorológicas, a ajustagem do tiro, conduzindo-o para o local exato do alvo. Normalmente, é empregada na dosagem de uma UCF para um conjunto de até oito Lançadoras Múltiplas.

O Sistema é produto de eficiência comprovada em combate. É um multiplicador de forças, considerado como fator de reversão de situações desfavoráveis numa guerra, devido à sua alta mobilidade tática e estratégica e ao seu grande poder de fogo.

Sua guarnição necessita de efetivo reduzido, capaz de operá-lo, mediante um treinamento especializado. Não requer apoio logístico complexo e apresenta grande proteção à tripulação e ao equipamento sensível, por possuir blindagem de características perfeitas, o que proporciona uma alta sobrevivência a bombardeios inimigos e às outras condições adversas do combate.

Em sendo um meio de enorme poder de fogo à disposição do Comando da Força, torna-se um forte instrumento de dissuasão.

Em face de sua capacidade de lançar, num curto período de tempo, uma grande massa de fogos, apresenta como alvos altamente compensadores os Postos de Comando de Brigada ou escalão superior, as grandes concentrações de tropa, as instalações logísticas, a Artilharia inimiga, a Infantaria a partir do escalão Batalhão, os terminais aéreos, as refinarias, as instalações industriais ou militares, as plataformas de lançamento de foguetes ou mísseis, bem como inúmeros outros que sejam de vital importância para o combate.

Este Sistema é bem superior aos concorrentes internacionais, sobretudo no que tange ao seu baixo custo de operação e manutenção e à sua munição relativamente barata. Cabe ressaltar que, além das condições anteriores, apresenta um nível de precisão de tiro superior ao dos similares, associado à possibilidade de se optar por um dos três tipos de foguetes disponíveis para a obtenção de melhores resultados.

A compra desse material pelo Exército Brasileiro ratifica a confiança plena da Instituição

nas empresas bélicas nacionais, bem como se insere no contexto do amplo programa de modernização e reequipamento de nossa Força, conhecido como Projeto FT-90.

Coube ao 32º Grupo de Artilharia de Campanha, Grupo Dom Pedro I, localizado em Brasília, a guarda deste moderno material.

As raízes dessa Unidade remontam às origens de Brasília, em aquarelamento provisório, às margens do Lago Paranoá. Sua denominação histórica tem por objetivo prestar justa homenagem ao criador da primeira Unidade de Artilharia de nosso Exército, o Corpo de Artilharia Montada da Corte.

Operacionalmente, o Grupo é subordinado à 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Goiânia.

O Grupo Dom Pedro I, possuidor desse material, um dos mais completos e versáteis Sistemas de Saturação de Área do mundo, passa a contar com armamento que lhe proporciona substancial incremento de potência de fogo.

(Extraído da revista Verde Oliva, órgão de divulgação do Centro de Comunicação do Exército)

BENJAMIN CONSTANT

Transcorreu, em 22 de janeiro de 1991, o centenário da morte de Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Nascido a 18 de outubro de 1836, o Fundador da República era o primogênito de modesto professor de primeiras letras e militar reformado. A modéstia, traço singular de sua vida desde o berço, fez-se presente na discreta repercussão que sua passagem pela vida provocou.

Registra sua biografia que dificuldades e agruras juncaram seu caminho desde cedo. Aos treze anos, por morte do pai, assumia as responsabilidades da família, contando com minúsculos recursos.

Instalando-se com os seus na Corte, por volta de 1850, passou a freqüentar o externato gratuito do Mosteiro de São Bento, por iniciativa de amigos dedicados. Já se delineava o perfil do professor. Ministrava aulas aos alunos atraídos.

Aprovado em concurso, matriculou-se na Escola Militar em 20 de fevereiro de 1852 e assentou praça no 1º Regimento de Cavalaria, em 1º de abril do mesmo ano. Despertava o soldado, sem esquecer o mestre. Ensinava matemática elementar aos alunos do 1º ano. Proseguia seus estudos na Escola de Aplicação do Exército, em 1858, concluindo o curso de Engenharia Militar.

Ingressou na Escola Central, futura Politécnica, com dispensa do serviço militar, para cursar engenharia civil, em 1859. Lecionava matemática e assistia às aulas durante o dia. Em novembro de 1860, graduava-se doutor em matemática e ciências físicas, recebendo promoção a tenente, em 12 de dezembro do mesmo ano.

Iniciava-se a carreira de Benjamin Constant no magistério. Iniciava-se, também, a odisséia dos concursos públicos. Entre 1858 e 1875 participou de sete, colocando-se, sempre, em primeiro lugar. Nomeações jamais premiaram-lhe a capacidade, mercê de decisões políticas. Interino, suplementar, substituto ou denominações semelhantes reconhecia-lhe o mérito, negando-lhe a titularidade. O primeiro cargo efetivo de professor coube-lhe no Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, onde chegou a diretor.

Promovido a capitão, em 22 de janeiro de 1866, participou da Guerra da Tríplice Aliança, entre agosto daquele ano e setembro de 1867, quando a malária o obrigou a retirar-se do teatro de operações. Integrado ao Corpo de Engenheiros, executou as principais missões na região de Tuiuti-Humaitá, no período da Marcha do Flanco. Construiu trincheiras e posições, reconheceu e mapeou estradas e linhas inimigas sob condições de combate, mesmo quando a doença já se agravara.

Encerrada a guerra, Benjamin Constant foi promovido a major, em 26 de junho de 1871. No ano de 1888, ascendeu ao posto de tenente-coronel, graduado em 30 de maio e efetivado em 15 de dezembro.

A primeira nomeação para o magistério público alcançou-a somente em 23 de março de 1889, como catedrático da Escola Superior de Guerra.

O renome conquistado no magistério, o prestígio conferido pelo idealismo político e a ilibada conduta de cidadão e soldado consagraram

Benjamin Constant entre os líderes que preparam as transformações do fim do século no Brasil. Mestre exemplar, jamais serviu-se da cátedra para apregoar suas idéias abolicionistas e republicanas. Positivista convicto, acreditava na ascensão da humanidade sob o influxo da doutrina de Comte. Líder presente e atuante, com a grandeza do soldado e o idealismo do cidadão conduziu os revolucionários de 1889.

Chamado ao governo, com a Proclamação da República, exerceu o Ministério da Guerra, assumindo, a seguir, a pasta da Instrução Pública. Buscou traduzir em atos o ideal de aprimorar o ensino no Brasil, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário de 1890. Sua última decisão instituiu o montepio dos funcionários públicos.

Em 15 de janeiro de 1890, atingia o generalato, com a promoção a general-de-brigada por aclamação.

A doença, que nunca o deixara desde a guerra, agravara-se. Em 18 de janeiro de 1891,

renunciou ao cargo. Era madrugada do dia 22, quando faleceu.

No Almanaque de Oficiais figura, em destaque, seu nome como o sétimo general-de-brigada, por força da indicação do Congresso Nacional Constituinte, aprovada unanimemente, sem debate:

“Para celebrar o 7º dia do passamento do benemérito patriarca fundador da República Brasileira, Dr. Benjamin Constant, propomos que se indique ao Governo Provisório, como justa homenagem ao patriota general-cidadão, que seja perpetuamente conservado no ‘Almanack Militar’, no lugar que lhe competia entre os generais-de-brigada, o seu nome imortal, de sorte a, moralmente, não ser preenchida a sua vaga. Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1891. 3ºº da República.”

(Extraído da revista Verde Oliva, órgão de divulgação do Centro de Comunicações do Exército)



DESTAQUES DA IMPRENSA

A DISCUSSÃO SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

O general Jonas Correa Neto deixou o comando do Estado-Maior das Forças Armadas no dia 19 de abril, fazendo duas advertências: sobre o arrocho salarial que atinge servidores militares, que considera já insuportável, e sobre uma campanha, que não soube precisar por quem seria promovida ou a quem beneficiaria, destinada a ridicularizar as forças Armadas. Sinal dos tempos e da consolidação democrática: o seu discurso mereceu registro modesto na imprensa.

O coronel Péricles da Cunha, empresário bem-sucedido no ramo da informática e há alguns anos na reserva, deu ao *Jornal do Brasil* uma entrevista apresentando os seus pontos de vista sobre futuros caminhos para as Forças Armadas, especialmente para o Exército, força da qual é oriundo. Recebeu 10 dias de cadeia, que cumpriu em condições que a sua esposa considerou descabidas e humilhantes.

Anteriormente, Elio Gaspari, um dos mais argutos analistas que a imprensa brasileira produziu nos últimos anos, publicara na revista *Veja* um artigo sobre o mesmo assunto. Civil, não foi incomodado.

A Guerra do Golfo, com os seus mortíferos videogames a laser e a quase total ausência de combates terrestres clássicos, demonstrou a superioridade da aviação sobre as demais armas. Demonstreu, ainda, estarem quase todas as forças armadas do mundo obsoletas e incapazes de defender os territórios dos seus respectivos países. As do Brasil não fogem a essa regra, muito pelo contrário.

Encontra-se no Congresso a proposta do governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, ou seja, a lei que decide como e onde se vai gastar o dinheiro dos impostos. Ao mesmo tempo, estuda-se uma mudança na forma de pagamento dos militares, incorporando ao soldo, que é o piso mínimo do salário dos militares, os benefícios diversos que têm quando na ativa, o equivalente a, por exemplo, os adicionais de insalubridade ou de periculosidade que determinadas categorias de trabalhadores recebem. Essa medida tem como objetivo diminuir a diferença entre o que ganham os oficiais da reserva e os pensionistas e o que ganham os que ainda estão em atividade. Hoje, essa diferença chega a ser de 70%, proletarizando viúvas e os que já encerraram as suas carreiras.

Em consequência, parece óbvio ser a ocasião propícia para um debate em profundidade sobre o futuro das Forças Armadas, debate que terá de envolver tanto militares como civis, sobretudo os partidos políticos e as suas representações no Congresso. No entanto, para que aconteça, é preciso franqueza e desarmamento de espíritos. A traumatizante experiência da ditadura intimidou os civis e fechou ainda mais os militares no que consideram as suas reservas políticas privadas. O resultado desse duplo bloqueio é o desinteresse civil pelas questões militares — já que pensam não lhes ser permitido delas tratarem — e a frustração militar pelo abandono em que se julgam encontrar.

A formação militar, no Brasil como em outras partes, não facilita o contato com o mundo civil. É ela feita no interior de instituições que os cientistas sociais chamam "instituições totais", locais de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma

vida fechada e formalmente administrada, segundo a definição do sociólogo Erving Goffman.

O resultado é a formação de um espírito de corpo que tende a idealizar a instituição, portanto, a microssociedade a qual o indivíduo pertence, e a encarar com reticência ou desprezo a macrossociedade, o mundo civil, no caso. É a oposição entre militares e paisanos, muito bem descrita pelo antropólogo Celso Castro, que estudou os cadetes das Agulhas Negras em um livro excelente chamado *O Espírito Militar*. Aliás, o horror dos cadetes pelo desleixo nas universidades, pela cola, coisa de paisano, e pelo conluio entre professores preguiçosos e alunos vadios para que uns não tenham de ensinar e outros que estudar, é perfeitamente razoável.

A discussão sobre o futuro tem de romper esse espírito de corpo e essa atitude de superioridade, tarefa difícil porque enraizada em uma cultura institucional. Tem, ainda, que deixar de lado a letra de alguns regulamentos inibidores da livre expressão do pensamento. O coronel Péricles, por exemplo, nada tinha ganhar com a entrevista que deu. Ao contrário, sabia que teria provavelmente a perder, talvez até como empresário. Se deu a entrevista foi porque achou que poderia contribuir para algo que é importante para o país. Logo, mesmo que a sua contribuição fosse considerada equivocada, deveria ser criticado, ou, se algo de útil disse, deveria ser apoiado. Punito, não. A punição inibirá a contribuição que outros oficiais da reserva possam trazer.

Não existem, no Brasil, suficientes centros de excelência acadêmica para o intercâmbio civil-militar sobre questões estratégicas. A Escola Superior de Guerra e o Centro de Estudos Estratégicos da Unicamp são fechados demais para influírem sobre a opinião das elites políticas. A reformulação do SNI e do Conselho de Segurança Nacional, promovida pelo governo Collor, não conseguiu criar um fórum de discussão aberta, como é o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, organismo ao qual nenhum intelectual norte-americano nega a sua contribuição, por ter confiança na liberdade de expressão que lhe é garantida e, sobretudo, por confiar nas instituições democráticas do seu próprio país.

A pergunta central a ser discutida é se o Bra-

sil deve ou não dotar-se de instrumentos para a real defesa do seu território, como reza a Constituição. É só olhar para o mapa e o sim vem pronto. Um país desse tamanho não pode fazer como a Costa Rica, que aboliu as Forças Armadas. Deveria ter, pelo menos, recursos de defesa iguais aos da Índia, país parecido conosco. Para isso, precisaria desenvolver algum armamento moderno, como mísseis e submarinos nucleares, o que já está sendo feito com uma extraordinária modéstia de meios. Deveria, provavelmente, mudar também a capacitação profissional da sua oficialidade. No futuro, valerá muito mais um oficial que saiba manejar um computador do que quem saiba atirar de metralhadora. Aliás, um oficial cujos conhecimentos não vão além dos que tinha um general alemão da II Guerra Mundial valerá pouco. E um soldado que não tenha ao menos um curso secundário razoável não valerá nada.

Só por esse princípio, pode-se ver como a discussão tem potencialidades. No fundo, é uma discussão sobre a sociedade e o desenvolvimento brasileiro.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.05.91, assinada pelo jornalista e cientista político Marcio Moreira Alves)

PROBLEMAS MILITARES

“**E**stá bom mas ainda pode ser melhor.” Esse jargão, bastante usado na caserna como estímulo para melhorar o rendimento na instrução da tropa, é perfeito para definir a discussão que vem sendo travada sobre as Forças Armadas. É bom que o debate tenha começado, mas será melhor quando os inúmeros problemas que preocupam militares e civis passem a ser abordados mais objetivamente.

É certo que ainda existem os chamados bolsões de resistência, tanto de militares quanto de civis, retardando com suas posições retrógradas o aprofundamento da discussão. Não é menos verdade, porém, que a grande maioria, lúdica, felizmente, tem consciência da necessi-

dade de enfrentar o problema exorcizando velhos fantasmas.

Está na hora de passar do genérico para o específico, do abstrato para o concreto, deixando de lado o balanço dos possíveis acertos ou desacertos dos militares no passado. Também não é o momento de limitar a discussão às projeções sobre o futuro das Forças Armadas, quando o presente oferece problemas de tal magnitude que podem tornar impraticáveis quaisquer estudos sobre o futuro.

Um dos maiores desafios está aqui e agora. A tropa precisa que certos assuntos sejam definidos, sob pena de tornar caótico o exercício do comando, devido ao conflito entre a legislação militar atual e diversos artigos da nova Constituição Federal. Na área penal e processual penal militar pode-se afirmar, sem risco de exagero, que vários artigos do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar necessitam de urgente reformulação.

No Exército, especificamente, o art. 129, inciso I, da Constituição Federal, que reserva privativamente ao Ministério Públco a titularidade da ação penal, caiu como uma bomba nos quartéis, confundindo totalmente o funcionamento dos Conselhos de Justiça das Unidades, encarregados de processar e julgar os crimes de insubmissão e deserção de praças. Como tais processos tinham início com os termos de insubmissão ou de deserção, lavrados nos quartéis, a ausência do Ministério Públco na apresentação da denúncia torna todos eles nulos. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou nesse sentido em *habeas-corpus* que julgou em agosto do ano passado e a partir daí o Superior Tribunal Militar passou a anular os processos oriundos dos Conselhos de Justiça das Unidades, curvando-se diante da decisão do Supremo.

O Executivo tentou contornar o problema, como sempre através de medida provisória, editando três — 231, 254 e 271 — sem que conseguisse solução satisfatória. Até agora insubmissos e desertores do Exército continuam sujeitos a processo criminal sem saberem quem irá promover a acusação.

O inciso LXI, do art. 5º da Constituição Federal, é outro que vai deixar muito comandante com os cabelos brancos. Aquele inciso

diz que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei". Daí que o encarregado do inquérito policial militar não pode mais deter o indiciado por iniciativa própria por 30 dias, perfido prorrogável por mais 20 dias, como permite o art. 18 do Código de Processo Penal Militar, sem antes saber se o crime é propriamente ou impropriamente militar. O problema é ainda mais grave se considerarmos que até hoje o Congresso Nacional não definiu o que é crime propriamente militar, e para fazê-lo precisará votar um novo Código Penal Militar devido às profundas implicações que o conceito de crime propriamente militar traz em relação ao Código atualmente em vigor.

A tramitação de um novo Código Penal Militar no Congresso Nacional, por sua vez, trará de volta a discussão sobre competência da Justiça Militar para o julgamento de civis, pois o constituinte de 1988 deixou para a lei ordinária a fixação da competência da Justiça Militar e a definição dos crimes militares que a ela caberá julgar.

Isso para não falar nas transgressões militares, todas elas — no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nas Polícias Militares dos estados — previstas em decretos do Executivo e que desde outubro de 1988 precisam ser definidas em lei ordinária, por exigência expressa do inciso LXI, do art. 5º. Salta aos olhos a importância da questão, pois enquanto os desertores têm seus julgamentos retardados pela falta de denúncia do Ministério Públco, as simples transgressões disciplinares continuam a ser punidas por regulamentos inconstitucionais. Não demora muito e começam os processos questionando a validade jurídica dos regulamentos disciplinares junto ao Judiciário, quando então as autoridades militares se apressarão em declarações pomposas, denunciando manobras escusas para denegrir as instituições militares.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 31.05.91, assinada por Jodo Rodrigues Arruda, professor de Direito Penal Militar)

A AGENDA MILITAR DE COLLOR

Há uma certa preocupação entre os estrategistas militares com a viagem do presidente Collor aos Estados Unidos e os acordos que acaso viesse a firmar por lá. Os estrategistas são os intelectuais das Forças Armadas. Dedicam-se a pensar o futuro a partir de hipóteses de guerra que levam em consideração os recursos brasileiros, os dos possíveis inimigos e a interação entre ambos, interação que prevê um número considerável de variáveis políticas, econômicas, sociais e militares.

Os estrategistas se formam em instituições especiais, como as escolas de Estado-Maior das três armas e a Escola Superior de Guerra, que conta com a participação de oficiais superiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de uma maioria de estagiários civis. Todas essas escolas estão no Rio de Janeiro.

Aparentemente, a oficialidade não tem um diálogo regular com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República, chefiada pelo secretário Pedro Paulo Leoni, e sequer com ela mantém uma troca regular de informações. Por outro lado, o secretário Leoni também não conseguiu fazer da sua repartição um centro de debates sobre as grandes linhas da evolução da sociedade brasileira, que envolvesse especialistas do mundo universitário, a exemplo do que ocorre com o Conselho de Segurança Nacional norte-americano.

No Brasil, o Emfa, Estado-Maior das Forças Armadas, tem antes uma função de coordenação das atividades comuns às três armas, salários, saúde, alimentação etc. do que a de formular políticas gerais.

A preocupação com a viagem do presidente Collor tem mais a ver com o que as Forças Armadas não querem ser do que com o papel que pretendem representar no futuro do país, ainda que uma coisa esteja relacionada à outra. Elas não querem ser uma superpotência interna, que utilizasse o pessoal e os recursos do Exército e da Aeronáutica para combater, por exemplo, o narcotráfico, e os da Marinha para evitar o contrabando. Uma destinação desse tipo desvia-

rias as Forças Armadas da sua missão principal, colocando os militares brasileiros sob forte influência de agências norte-americanas, como a DEA, e retiraria da profissão a sua destinação específica, que é a de garantir a integridade do território nacional. O Exército, que se recusou a ser capitão-do-mato dos fazendeiros donos de escravos fugidos, recusa-se hoje a ser capanga de uma superpotência que não consegue mobilizar a sua juventude para projetos de vida que excluem os paraísos artificiais da droga.

Consta que o presidente Collor estaria sendo submetido a fortes pressões norte-americanas para assinar, em Washington, acordos de combate ao narcotráfico nos moldes do que está em vigor com a Bolívia, o Peru e a Colômbia. Na Bolívia e no Peru, esse acordo resultou em operações anticoca dos exércitos locais, sob o comando de assessores militares norte-americanos. Os militares peruanos têm reagido a essas missões.

Consta que há, também, pressões para reviver, de maneira disfarçada, o antigo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, cuja denúncia pelo Governo Geisel permitiu o desenvolvimento de uma indústria bélica autônoma no país, o que tem sempre sido visto com hostilidade pelos norte-americanos. Essas suposições são reforçadas pelo perfil profissional do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Richard Melton, com estreitas ligações passadas com a CIA na América Latina.

Enquanto essas questões não se esclarecem, os estrategistas se queixam do pouco interesse demonstrado pelos partidos políticos e pelos parlamentares pelas questões da defesa nacional. O Brasil, que em 1965 gastava 2,2% do seu PIB com as Forças Armadas e em 1975 gastava 1,2%, segundo a *Military Balance*, de Londres, gastou em 1987 apenas 0,3%. Os gastos brasileiros com defesa são iguais apenas aos do México, sendo 4,6 vezes menores que os do Peru, 5 vezes menores que os da Argentina e 15 vezes inferiores aos do Chile.

A redução de gastos implicou o retardamento de dois projetos considerados essenciais para que o país possua ao menos o esqueleto de uma força de dissuasão capaz de permitir-lhe uma certa independência na discussão de problemas vitais, como o da soberania na Amazônia: o projeto de um míssil para colocar satélites em ór-

bita e o da construção de um submarino nuclear.

Os orçamentos militares estão de tal forma reduzidos que os recrutas de um ano têm de deixar fardas e coturnos de herança para os do ano seguinte. O contingente de 80 homens que se reveza na vigilância da fronteira de Trafras, onde houver combate com garimpeiros colombianos, deixa até mesmo os seus cantis de água para os soldados que os substituem.

Alguns oficiais atribuem a queda dos gastos militares à formação pelos governos ditatoriais de dezenas de estatais que operam no vermelho. São, por isso, a favor do processo de privatização dessas empresas.

A preocupação maior dos estrategistas é hoje a Amazônia. Estudam intensamente os problemas da região e uma nova articulação das tropas, tradicionalmente concentradas no Sul, no Rio de Janeiro e em alguns lugares do Nordeste, onde se criaram quartéis em razão de preocupações anti-subversivas nos anos 70. No entanto, uma redistribuição das tropas enfrente, além das dificuldades orçamentárias, a inércia administrativa e pressões políticas. Não há prefeito ou governador que deseje a desativação de quartéis, dado o significado dos seus gastos para as economias locais. Além disso, em alguns lugares, são militares os únicos recursos médicos disponíveis para atender a população.

Os militares tratam, também, de se informar dos problemas ecológicos. A Escola Superior de Guerra tem um responsável por esse campo e na última semana ouviu opiniões tão disparem quanto as do deputado ecologista Fábio Feldmann e do governador Gilberto Mestrinho. Sabem que temos de controlar a devastação da Floresta Amazônica, mas temem a intromissão de potências estrangeiras em nosso território a pretexto de fazê-lo.

É claro que a falta de recursos militares é uma bomba de retardamento, tanto internamente como no campo externo. Embora a guerra seja o fracasso da preparação militar de um país, a regra de ouro de Clausewitz continua vigente: "A guerra é a continuação da política por outros meios."

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 29.05.91, assinada pelo jornalista e cientista político Marcio Moreira Alves)

A FRAGMENTAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

A guerra fria terminou e todos pensávamos que se iniciava um longo período de paz mundial, ou pelo menos de uma *pax americana*. No entanto, o advento mais amplo, ou menos amplo, da democracia nos países da Europa Oriental está acarretando mudanças no comportamento político das populações, que não poderíamos suspeitar. A grande verdade é que o governo comunista naqueles países costumava refrear com severidade toda e qualquer manifestação de interesses regionais, ou étnicos, que permaneciam abafados há 45 anos. O que estamos vendo com apreensão na União Soviética se reproduz nas vizinhanças: os tchecos e eslovacos estão brigando; a repressão dos romenos contra a minoria húngara pode gerar até uma guerra entre os dois países; os búlgaros oprimem a minoria turca, e a Iugoslávia já está até com data marcada para fragmentar-se; 26 de junho corrente. O mapa da Europa vai mudar bastante nos próximos 10 anos.

Os antecedentes, no entanto, explicam e até justificam as rivalidades e ódios de ontem e de hoje. Vivi na Iugoslávia dois anos e pouco, de 1949 a 1951, 40 anos atrás portanto, mas tenho procurado seguir de perto os acontecimentos naquele país tão bonito e de tanta personalidade. A Iugoslávia foi criada artificialmente em 1918, um "enfant de Versailles", como o reino dos sérvios, croatas e eslovenos, por influência sobretudo da França e da Inglaterra. Juntaram os restos do império austro-húngaro com os restos do império otomano, mistura indigesta de dois mundos antagônicos secularmente. Depois da 2.ª Guerra Mundial as províncias do reino transformaram-se em repúblicas federadas: a Eslovênia e a Croácia são duas regiões europeias que eram estreitamente ligadas a Viena. A Sérvia, a Bósnia Herzegovina, Montenegro, a Macedônia e Kosovo eram províncias turcas, com minaretes e muezins. Já a Voivodina é um prolongamento da planície húngara. Mundos diferentes, portanto. Mas as diferenças não ficam por aí apenas: a Eslovênia, a Croácia e a Voi-

vodina são católicas, e as demais repúblicas são basicamente cristãs-ortodoxas, e ainda lá residem cerca de 3 milhões de muçulmanos. Embora a língua seja praticamente a mesma, o servocroata, com pequenas divergências de pronúncia regional, os eslovenos e croatas escrevem seu idioma com caracteres latinos, ao passo que os sérvios continuam a utilizar os caracteres cirílicos usados pelos russos.

O país não é pequeno em termos de Europa: 255.000km², o que equivale ao nosso Estado de São Paulo. A população da Iugoslávia é hoje de uns 25 milhões de habitantes, sendo a Sérvia a maior república com cerca de 10 milhões, seguida da Croácia com 5 milhões. A Eslovênia só tem dois milhões de habitantes, mas é a república de mais alta renda *per capita*.

Antes da 2.ª Guerra Mundial, a Iugoslávia era basicamente um país agrário. A resistência ao ataque italiano, em 1941, levou Hitler a também invadir o país e a submetê-lo diretamente. O curioso é que, ao resistir bravamente aos italianos e aos alemães, a Iugoslávia retardou bastante a data prevista por Hitler para atacar a União Soviética. Os três meses que os alemães levaram para submeter a Iugoslávia podem ter sido o fator decisivo para sua derrota, pois, em vez de invadir a Rússia na primavera, só puderam fazê-lo a 22 de junho, com o verão já adiantado. Por isso foram apanhados pelo inverno russo, ainda em plena campanha, e todos sabemos as consequências.

Vemos, assim, que na Iugoslávia de ontem e de hoje há dois blocos bem nítidos: um ocidental, europeu, e outro semi-oriental. Além das diferenças acima citadas (raça, religião, mentalidade, escrita), desde o ano passado juntou-se o complicador de regimes políticos distintos. Hoje em dia somente a Sérvia e o Montenegro continuam dirigidos pelos comunistas, e as demais repúblicas federadas já estão livres e com regimes democráticos. Assim, os ressentimentos e ódios borbulharam rapidamente, sem a disciplina comunista para contê-los. Recordo que houve mais mortos na guerra civil depois da saída dos alemães da Iugoslávia, em 1944, do que durante a ocupação germânica. Sérvios e croatas se trucidaram impiedosamente. As histórias que ouvi em Belgrado, poucos anos depois, eram de arrepiajar os cabelos.

Exemplo nº 1: Um vagão lacrado foi en-

contrado na estação de trens de Belgrado, em um dos desvios. Como ele cheirava mal, foi aberto e nele encontraram centenas de cabeças humanas degoladas. O vagão provinha de Zagreb, a capital da Croácia. Exemplo nº 2: Certo dia, apareceu boiando no rio Danúbio, que passa por Belgrado, um casamento inteiro: a noiva com o véu, o noivo, os padrinhos e os convidados. Todos mortos, com os corpos boiando no rio, amarrados pelos pulsos, uns aos outros. Os croatas, por sua vez, contavam histórias horripilantes da crueldade dos sérvios. No entanto, o marechal Tito, um croata, conseguiu reprimir severamente a guerra civil.

A realidade é que até a morte de Tito, em 1980, a Iugoslávia conseguiu conter a sua agressividade étnica. Depois começou um governo rotativo anual dos presidentes das seis repúblicas, que, para minha relativa surpresa, se manteve bastante bem nos primeiros anos da década. Com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento do socialismo na Europa Oriental, a Iugoslávia começou a ferver. Foram afinal liberados os velhos ódios e antagonismos, a começar por uma guerra comercial ridícula: os produtos fabricados na Croácia não se vendem na Sérvia, e vice-versa. As companhias de turismo da Croácia não recomendam os balneários da costa do Adriático, na Bósnia e Montenegro, e as agências sérvias ignoram as belas praias da Iústria. Enfim, quase tudo foi reduzido a questões de nacionalidade, raça, religião. Até as notícias do mundo, nos jornais e na TV, são apresentadas sob o ponto de vista regional e não nacional. O turismo baixou, a inflação explodiu e a dívida externa também. O país, no momento, caminha para a hiperinflação. Incidentes de toda a espécie ocorreram: barricadas, dezenas de mortos, repressão violenta do exército federal, enfim, todos os ingredientes para uma guerra civil.

As primeiras consequências políticas não se fizeram esperar: a Eslovênia, a república mais rica e industrial, vizinha direta da Áustria, já marcou a data de sua independência, 26 de corrente. Pouco depois, cerca de 80% dos croatas votaram em referendo também pela sua independência. Em meados de maio findo, o presidente da Croácia, a quem cabia por direito a seu turno governar o país, só conseguiu quatro votos no Conselho para se eleger para a presi-

dência da Iugoslávia. Faltaram-lhe os votos da Sérvia e dos territórios de Kôsovo e Voivodina, sob controle sérvio. O Montenegro, ainda sob regime comunista, se absteve. A Croácia precisava de cinco votos.

A crise institucional está impedindo que o país tenha um presidente, o vice-presidente e o novo comandante das forças armadas. A Croácia e a Eslovênia, repúblicas europeias e democráticas, defendem uma associação flexível de repúblicas com muita autonomia, uma miniatura da própria CEE, a Comunidade Europeia Econômica, ao passo que os sérvios, até agora sempre no comando de fato, continuam a preferir um poder central forte, naturalmente deles dependente. No dia de *Corpus Christi*, Jacques Delors, em nome da CEE, reagiu vivamente à declaração oficial da Croácia de que, se não for aprovada em duas semanas pela Sérvia a formação daquela aliança flexível e descentralizada, o governo de Zagreb se separará da Iugoslávia. Afirmando Delors que a fragmentação da Iugoslávia será uma catástrofe. Esclareceu que a Iugoslávia unida vai ser admitida na Comunidade Europeia, mas de nenhuma maneira a Eslovênia ou a Croácia, em separado, poderá ser aceita. Por outro lado, o Parlamento Europeu em Estrasburgo advertiu que "a tomada do poder por militares, ou por forças civis por eles apoiadas, acarretará a imediata retirada do tratamento preferencial dado à Iugoslávia pela Comunidade Europeia". E o embaixador americano em Belgrado fez advertências semelhantes.

O presidente da Sérvia propôs um referendo sobre eventual reforma institucional, mas os croatas e eslovenos não parecem inclinados a aceitar, já que o bloco chefiado pela Sérvia é o mais numeroso. O impasse é gravíssimo e me faz lembrar palavras do meu saudoso chefe em Belgrado, o embaixador e acadêmico Ribeiro Couto, que previa, já em 1950, a partilha da Iugoslávia em dois blocos. A eventual entrega do poder aos militares só servirá para adiar a decisão final de desintegração do país.

É pena que isso venha a ocorrer, pois a Iugoslávia, em seus 73 anos de existência, se tornou, no governo do marechal Tito, um dos líderes do Terceiro Mundo, havendo desempenhado papel de relevo no movimento não-alinhado e no "grupo dos 77", de que foi um

dos fundadores principais. No tempo do presidente Kennedy, nos anos 60, a Iugoslávia desempenhou nas Nações Unidas um dos papéis mais importantes no cenário mundial. Possam os seus líderes de hoje encontrar fórmula conciliatória das aspirações de seus povos. Caso contrário, todos sofrerão em sua qualidade de vida, já modesta. Tal como está ocorrendo com a antiga Alemanha Oriental, que, apesar do auxílio financeiro de Bonn, tem agora milhões de desempregados. E a Iugoslávia será o segundo país importante da Europa a desaparecer, em menos de um ano, depois que a RDA foi cunhastamente anexada pela Alemanha Federal.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.06.91, assinada pelo Embaixador aposentado Vasco Mariz, ex-secretário da Legação de Brasil em Belgrado)

POLUIÇÃO E REJEITOS RADIOATIVOS

A energia nuclear foi e continua a ser anátema para a maioria dos ambientalistas. Esta reação era compreensível na fase inicial que se seguiu aos bombardeios de Hiroshima e de Nagasaki, com as terríveis sequelas sofridas pela população civil. As diversas experiências levadas a efeito depois, sobretudo as das ilhas Bikini, e a divulgação dos efeitos sobre a fauna e a flora locais, só vieram aumentar o medo desta nova arma de destruição.

A constatação de que o átomo poderia ser nova fonte de energia não modificou este estado de coisas, e a novidade foi recebida com desconfiança. As campanhas encetadas então visando à condenação da bomba — *ban the bomb* — não arrefeceu mesmo diante dos excelentes resultados verificados, em matéria de segurança. No caso da França, 75% da energia passaram a ser gerados pelas usinas nucleares a um preço de custo inferior à energia produzida mediante a queima de óleo e de carvão.

A resistência continuou em países como na Áustria onde, concluída a construção de uma usina nuclear com todos os aperfeiçoamentos em matéria de segurança, o governo não pode comissioná-la em virtude de plebiscito contrário à sua utilização. Na Suécia ficou decidido, em decorrência de plebiscito realizado em 1980, que as usinas serão abandonadas a partir do ano 2010, embora as 12 existentes representem 31,6% da energia elétrica gerada no país.

A Itália, também, que é obrigada a importar todo o combustível fóssil, decidiu em 1987 não mais recorrer à energia nuclear.

Mas não obstante estas manifestações isoladas, as usinas nucleares apresentavam bom desempenho em matéria de segurança. O desastre de Tchernobyl em abril de 1986 veio modificar totalmente o quadro: ficou provado que não se podia eliminar a possibilidade de uma catástrofe. O acidente verificado na Three Mile Island, nos Estados Unidos, que fora controlado, voltou a ser focalizado pela mídia. Mas o mais sério foi a revelação de que, em setembro de 1957, ocorreu na URSS em Kyshtym, o pior acidente nuclear, sobre o qual as autoridades soviéticas conseguiram silenciar, visto que o local não existia oficialmente, apesar de seus 100.000 habitantes.

No caso de Tchernobyl é necessário salientar que, mesmo em comparação com as usinas nucleares no resto do Leste europeu, as usinas soviéticas apresentavam o mais baixo nível de segurança. Mas, mesmo assim, o desastre só ocorreu em decorrência de oito erros humanos, conforme foi comprovado na Agência Internacional de Energia Nuclear.

Mas o mal estava feito. O dilema que os ambientalistas enfrentam é decidir qual a fonte de energia a que se deve recorrer neste estado de evolução da tecnologia. As usinas a carvão têm sido condenadas em virtude do altíssimo grau de poluição da atmosfera, como ocorre na Polônia, onde a situação é assustadora. O petróleo, além de seu alto custo, também figura como sério poluente. A energia hidroelétrica parecia ser a solução, mas, no caso do Brasil, as grandes barragens, como Itaipu, concluídas com planejamentos aprovados pelas principais instituições financeiras internacionais e a bênção de inúmeros países interessados na exportação do equipamento necessário à sua instalação, pas-

saram a ser igualmente condenadas, dados os estragos ecológicos, provocados pela inundação das áreas vizinhas.

O recurso à lenha é totalmente inadmissível, por razões ecológicas e também considerando que a utilização da mesma no Brasil já é altíssima. Quanto à energia solar, tão do agrado dos ecologistas, a tecnologia ainda não atingiu o grau de evolução indispensável.

Diante das necessidades energéticas do Brasil, o recurso à energia nuclear não pode ser eliminado, mas sempre tendo em consideração os parâmetros de segurança que são observados nos países mais avançados neste particular.

Mas perdura outro problema que preocupa não só os ecologistas, mas também os próprios técnicos ligados à energia nuclear, ou seja, o destino a ser dado aos rejeitos nucleares. Aqui cabe uma observação inicial: o transporte do lixo hospitalar e de determinados resíduos químicos por terra ou por mar representa um perigo muito maior para o meio ambiente em geral e à saúde humana em particular do que o transporte dos rejeitos nucleares, em torno do qual existem tratados internacionais severos, além da legislação de todos os países que lidam com o problema.

O incidente de Goiânia veio dificultar um problema simples em sua essência, mas que se complicou consideravelmente em virtude das reações políticas e psicossociais das populações e dos governos estaduais e municipais. Está em andamento no Congresso Nacional projeto de lei relativo ao processo de seleção de locais para a instalação de depósitos de rejeitos. Mas sem uma eficiente campanha de esclarecimento da opinião pública, é pouco provável a sua aceitação, dada a aversão da maioria dos membros do Congresso Nacional em assumir compromissos nas questões controvertidas.

A bem da verdade, deve ser esclarecido que a desconfiança em relação à energia nuclear existe em quase todos os países, sendo que a *Greenpeace* move uma campanha permanente em todos os continentes.

Na Grã-Bretanha, as autoridades atômicas encetaram vigorosa e dispendiosa campanha destinada a orientar o público a respeito. O principal esclarecimento prestado visa a mostrar que nem todos os rejeitos representam o mesmo perigo e que de acordo com a intensidade da ra-

diação eles são divididos em três categorias: os de alto, os de médio e os de baixo nível de radiação. Noventa e sete por cento do combustível nuclear pode ser reciclado; os 3% restantes, o *high level waste*, é o que representa perigo e exige toda a espécie de cuidado. É armazenado em *containers* duplos e resfriados e colocados em depósitos de cimento. Acha-se em fase de aperfeiçoamento na Grã-Bretanha nova tecnologia pela qual os rejeitos de alto nível são vitrificados e armazenados em *containers* de aço. De acordo com esta tecnologia de ponta, todos os rejeitos de alto nível produzidos na usina de Sellafield nos últimos 30 anos poderiam ser colocados em quatro ônibus londrinos de dois andares. Nos resíduos de baixo nível, ou seja, as toalhas de papel, luvas e vestimentas de proteção, ou material de laboratório, a radiação é insignificante e no entender da maioria dos técnicos nem representa uma ameaça. Foram estes os rejeitos do Hospital da Marinha do Rio que provocaram tanta celeuma no Brasil.

O projeto que circula no Congresso Nacional não permite que rejeitos radioativos sejam depositados no mar ou na plataforma continental. Sucede que segundo declarações oficiais das principais potências nucleares, o alijamento, ou seja, a colocação no mar, é o meio mais fácil e econômico.

A questão se acha devidamente regulamentada pela Convenção de Londres sobre Alijamento, que se reúne anualmente para avaliar as medidas a serem tomadas em defesa do mar contra a poluição por alijamento. A Convenção é categórica quanto aos rejeitos de alto nível. O alijamento é proibido. No caso dos rejeitos de nível intermediário a Convenção exige uma autorização específica para cada caso, e para os rejeitos de baixo nível basta uma autorização geral. A Convenção esclarece que o alijamento deve em todos os casos ser processado de acordo com rigorosos parâmetros elaborados pela Agência Internacional de Energia Atômica. Atualmente, em virtude de moratória votada em 1986, o alijamento de rejeitos radioativos se acha suspenso enquanto um grupo intergovernamental de peritos não ultimar estudos tendentes a provar que o alijamento controlado não representa perigo.

O grande mérito desta solução foi a de obrigar as potências nucleares que recorrem ao ali-

jamento a desenvolverem técnicas limpas cuja utilização poderá ser eventualmente colocada à disposição de todos os países. Quanto ao Brasil, enquanto as autoridades estaduais e municipais se recusarem a receber os rejeitos, mesmo os de origem médica, como os de combate ao câncer, a solução do alijamento não pode ser descartada, isto é, desde que todas as normas fixadas pela Agência Internacional de Energia Atômica sejam rigorosamente obedecidas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 27.05.91, assinada por Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, vice-presidente das Partes Contratantes da Convenção de Londres sobre Alijamento)

ASPECTOS DA PRIVATIZAÇÃO

A impressão que fica é a de que não se deve dar nenhuma importância ao que representa, para qualquer nação, o patrimônio público, construído com o dinheiro do povo. Para que se deter no custo e na montagem de uma usina siderúrgica, que tanto exigiu do Brasil, como é o caso da Usiminas? O que parece é que se deseja queimar tudo, para libertar o Governo dos encargos de sua administração, que ficaria melhor em mãos de particulares, num país em que não são poucas as fortunas construídas à margem dos recursos públicos. Há como que a obsessão de uma transferência imediata, como num processo de liquidação, às pressas, de um valioso patrimônio. Que valeria saber quanto custou ao Estado, se não custou nada aos promotores da privatização? Nada mais fácil do que dispor de bens alheios. Bens de um povo que não tem meios de se manifestar, com representantes habituados à obediência, num Poder Legislativo interessado apenas na multiplicação dos subsídios. Não teria sido um gesto de pura cortesia o Poder Executivo solicitar a autorização de um Congresso, que considera de seu dever dar todo a força ao Poder Executivo, para ver o que vai acontecer?

Muito embora a Usiminas tenha uma expon-

tação anual muito perto do primeiro lance do leilão de sua transferência. Como num processo de liquidação, com preços remarcados, para atrair licitantes.

Fica-se até na dúvida se não estamos assistindo a uma daquelas "Serrações da velha" do folclore, a que se reporta o excelente dicionário de Câmara Cascudo. Na verdade, talvez não se trate bem de capitalistas, mas de simples foliões, que chegam em tumulto, aos gritos de "Serra a velha! Serra a velha!", atraídos pelos preços convidativos. Tenho apenas uma dúvida, para saber se vêm mascarados, com que encobrir a sua nacionalidade, embora isso não tenha nenhuma importância para os promotores da privatização. O preço do lance inicial é também fictício, pois que pode compor-se com títulos da dívida, adotados no seu valor nominal, embora sujeitos a valer apenas 30% desse valor nominal. O que reduziria o preço da transferência a menos de um bilhão de dólares, como compensação para uma usina, que não deve ter custado menos do que cinco bilhões de dólares ao povo brasileiro.

Todavia, como poderia surgir algum tropeço, em face de um sindicalismo que se declara "de resultados" houve o cuidado de reservar, para os empregados e operários da fábrica, uma pequena percentagem de suas ações, ao que parece 10%. Mas 10% de um capital inicial, que deve crescer muito, com as novas subscrições que venham a ser anunciadas. E como as condições econômicas de empregados e de operários não permitirão que eles compareçam, com dinheiro novo, nas chamadas de capital, essa pequena participação de 10% irá descer, descer, até se transformar numa fração irrisória. Como um pequeno presente que se oferece a crianças, para fazer esquecer as dores de uma extração de dentes.

É claro que nada disso constituiria novidade. É o que me conta um acionista da Companhia Siderúrgica Nacional, D. Olga Soares Teles, em que chegou a possuir 2.600 ações da referida empresa. E como não teve recursos para acompanhar o aumento do capital, essas ações passaram a valer apenas 26 ações. Não creio que seja diferente a situação dos que subscreverem 10% das ações reservadas para os empregados e operários da Usiminas. O que estaria

longe de valer como uma vitória, num sindicalismo de resultados.

Tanto mais que não haveria meio de evitar uma pergunta insidiosa: seria a Usiminas, vendida na bacia das almas, conservaria os 1.500 operários com que hoje conta? O próprio Governo faz questão de pregar, como uma solução salvadora, o que vem chamando "enxugamento do pessoal". Um vocábulo sem dúvida simpático para a redução do quadro de seus dependentes, sem nenhum outro resultado do que a própria demissão, se o demitido, posto em disponibilidade, passa a ganhar a mesma coisa que ganhava na atividade. Mas com os operários, tudo seria diferente. Teriam que ir para a rua, num mercado de trabalho em crise de recessão. O que está longe das preocupações do próprio Governo. A sra. Zélia Cardoso de Mello só falou em povo depois de demitir-se do comando do plano econômico. E o fato é que já existem exemplos elucidativos. A Companhia Siderúrgica da Bahia, depois de privatizada, também adotou o "enxugamento do pessoal", demitindo, ao que me informam, nada menos de mil de seu quadro de 2.500 operários. Não sei por onde andam esses operários, nem o que aconteceu com eles e suas famílias, num país que ainda não pôde organizar devidamente o seguro do desemprego.

Como se vê, as soluções não chegam a ser soluções, se levarmos em conta os males que acarreta. E chegam a espantar quando se vê um Governo empenhado em privatizar estatais, que se sustentam com rendas próprias, ficando apenas com as que dão prejuízo. Como se tivesse prazer em colecionar déficit. Que se diria de um particular que se desfizesse de todas as suas empresas lucrativas, ou que soubessem equilibrar receitas e despesas, ficando apenas com as deficitárias? Não seria caso para um exame de sanidade mental?

Alberto Tôrres já nos ensinava, num grito de alerta para ouvidos infelizmente moucos, que "se os nossos problemas não forem resolvidos governamentalmente, não seria de surpreender que se invistam da competência de os solver empresas e sindicatos estrangeiros, que já exercem, aliás, muitos poderes da autoridade 'pública'". Como numa nação em regime de curatel, depois de enterrar, no fundo dos quintais, um dístico com a legenda do *Independência ou*

Morte, que está custando tanto a inscrever-se na consciência nacional. Tanto mais que se estão multiplicando os que vêm no nacionalismo nada mais que um anacronismo, uma coisa do passado, embora um dos mais notáveis publicistas da atualidade, o austríaco Hans Kohn, domiciliado nos Estados Unidos, depois de analisar a história dos acontecimentos em diversos países importantes, tenha chegado à conclusão de que estamos vivendo a "era do nacionalismo". Pois não estamos assistindo ao entusiasmo do povo americano, na glorificação dos resultados obtidos numa guerra sem combates, como a do Golfo Pérsico? E como explicar e compreender a ascensão do Japão, senão com o impulso de um nacionalismo vigilante e atento?

A realidade é que, quando a Europa resolreu atrair a imigração de portugueses, espanhóis e até africanos, para a execução de serviços que os seus nacionais não queriam fazer, o Japão, que estava na mesma situação, limitou a imi-

gração a filhos de japoneses. O que vinha, de alguma forma, confirmar a observação de mestre Oliveira Lima, que já nos lembava, no seu premonitório *No Japão*, que "os japoneses não gostam muito de que se lhes venham ganhar o seu dinheiro, e uma das maiores, porventura justificadas objeções à facilitação para a introdução de capitais de fora do país, é exatamente essa preocupação de que os lucros eventuais das empresas serão canalizados para os bolsos estrangeiros. Parece-lhes sempre, e não erram, que os ganhos dos outros saem de suas próprias algibeiras". Sentimento de todo um povo que teve sempre, num nacionalismo intransigente, a sua suprema inspiração.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 16.06.91, assinada pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Associação Brasileira de Imprensa)